

Aula 00

Atualidades p/ Câmara Municipal de Santos-SP (Nível Médio, Técnico e Superior) - Pós-Edital

Autor:
Leandro Signori

21 de Janeiro de 2020

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais	4
1 – Globalização e desglobalização	4
1.1 – Consequências da globalização.....	9
1.2 – Uma ordem antiglobal.....	9
2 – Comércio internacional.....	12
3 – Blocos econômicos.....	13
3.1 União Europeia.....	13
3.2 MERCOSUL.....	18
3.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá).....	21
3.4 Parceria Econômica Regional Abrangente	22
4 - Guerra Fria 2.0	23
5 - Estados Unidos.....	25
5.1 Sistema eleitoral e eleição presidencial	26
5.2 O governo de Joe Biden	29
6 – China.....	31
6 - Afeganistão – Taliban retoma o poder	36
7 – América Latina.....	38
Argentina	39
Uruguai.....	40
Bolívia	40
Chile.....	42
Equador.....	43



<i>Peru</i>	44
<i>Cuba</i>	45
<i>Haiti</i>	47
<i>8 – Venezuela</i>	49
<i>9 – Pandemia de Covid-19</i>	53
<i>9.1 Pesquisas de remédios e vacinas</i>	54
<i>9.2 Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus</i>	57
<i>9.3 O alcance mundial da doença</i>	58
<i>9.4 Impactos econômicos</i>	59
<i>Questões Comentadas</i>	60
<i>Lista de Questões</i>	84
<i>Gabarito</i>	94
<i>Resumo</i>	95



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na nossa disciplina no seu concurso público.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Convido-os a me seguirem nas minhas redes sociais: **Telegram**: <https://t.me/profleandrosignori>, **Instagram**: [profleandrosignori](#) e **YouTube**: Leandro Signori.

Este curso está de acordo com os conteúdos cobrados no edital do concurso público. Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho na disciplina que estamos ministrando.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)



QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E INTERNACIONAIS

1 – Globalização e desglobalização

A **globalização** pode ser entendida como o **processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta**. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por outros cantos do globo**.

Para entendermos a globalização, é preciso saber que o fenômeno em si começou há muito tempo. Os primeiros passos rumo à conformação de um mercado mundial e de uma economia global remontam aos séculos XV e XVI, com a **expansão ultramarina europeia**. A chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492, deu início ao que alguns historiadores chamam de primeira globalização.

O **desenvolvimento do mercantilismo** estimulou a procura de diferentes rotas comerciais da Europa para a Ásia e a África, gerando grande quantidade de riquezas para alguns países e para a grande burguesia europeia. Esses lucros, somados ao ouro e à prata extraídos das minas do continente americano forneceram a base para a Revolução Industrial no fim do século XVIII.

Por sua vez, a **Revolução Industrial** desenvolveu o trabalho assalariado e o mercado consumidor. As **descobertas científicas** e as **invenções** provocaram grande expansão dos setores industrializados e possibilitaram a exportação de produtos mundo afora.

No fim do século XIX, começam a surgir as **corporações multinacionais**, industriais e financeiras, que vão se reforçar e crescer durante o século XX. O mercado mundial estava, então, atingindo todos os continentes. Porém a **interdependência econômica** entre os países vai ficar evidente com a depressão norte-americana de 1929 – quebra da Bolsa de Valores de Nova York - que teve consequências negativas no mundo todo.

A partir dos anos 1990, acentua-se a integração da economia global por meio da **revolução tecnológica**, especialmente no setor de telecomunicações. A internet, a rede mundial de computadores, revelou-se a mais inovadora tecnologia de comunicação e informação do planeta. As trocas de informações (dados, voz e imagens) tornaram-se quase instantâneas, o que acelerou em muito a integração das atividades econômicas.

A **revolução tecnológica possibilitou ao capital uma veloz circulação pelo globo**, facilitando os investimentos diretos e os movimentos especulativos. As cadeias produtivas se espalharam pelo mundo, com empresas transferidas (relocalizadas) para países com menor custo de produção (salários, impostos etc.).

A **globalização** não é um processo acabado. É um processo em curso, **comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais**. O poder dessas empresas ultrapassa cada vez mais o poder das economias nacionais. **O grande capital financeiro** (bancos, bolsas de valores, especuladores, financistas etc.) **hegemoniza o capital produtivo. Ambos estão cada vez mais entrelaçados**.



A característica central desse período globalizante é a **interdependência** entre os atores econômicos globais – governos, empresas e movimentos sociais. Cabe destacar que o **desmantelamento do sistema socialista** foi um importante fator que contribuiu para a globalização e a expansão mundial do capitalismo. A derrocada dos regimes do socialismo real, a partir de 1989, fez com que os antigos países socialistas se integrassem ao mercado global capitalista nos anos subsequentes.

Nas últimas décadas, a expansão do comércio global resultou na intensificação do fluxo de capitais entre os países. A busca de maior lucratividade levou as empresas a investirem cada vez mais no mercado financeiro, que se tornou o centro da economia globalizada.

A atual mobilidade do mercado mundial permite também que grandes empresas façam a **relocalização de suas fábricas** – nome que se dá ao fechamento de unidades de produção em um local e sua abertura em outra região ou outro país. Esse mecanismo é globalmente usado para cortar gastos com mão de obra, encerrando a produção em países nos quais os salários são maiores, para organizar a produção onde há menos custos – também de impostos e infraestrutura produtiva. À medida que as nações reduzem suas barreiras comerciais no contexto da globalização, a fabricação em qualquer ponto do mundo e a exportação para outros mercados tornam-se cada vez mais rentáveis.

Características da fase atual da globalização:

- **Diminuição do poder dos Estados nacionais** em detrimento às grandes corporações multinacionais/transnacionais – Essas corporações operam em dezenas de países, empregam direta ou indiretamente, cada uma, dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores e movimentam bilhões de dólares anualmente. No mundo globalizado, possuem grande poder de negociação e de influência sobre decisões governamentais e de organismos internacionais e atuam em prol dos seus interesses econômicos. Podem tomar decisões que vão afetar a vida de milhares de pessoas e a economia de uma região ou regiões de um país ou do próprio país.
- **Multipolaridade** – Com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.
- **Nova Divisão Internacional do Trabalho** – É a divisão produtiva em âmbito mundial, direcionando o que cada país ou região produz em determinado momento histórico. Na nova DIT, os países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (empréstimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros). Essa divisão é a regra geral, mas não pode ser vista de forma absoluta ou estanque. Exemplo: O Brasil é um exportador de aviões de alta tecnologia, mas não é a característica predominante da sua participação na DIT, que é a dos países emergentes.
- **Predomínio do capitalismo financeiro** – O grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.
- **Predomínio de práticas neoliberais** – Visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.
- **Integração mundial do mercado financeiro** – A revolução nas telecomunicações propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro que opera de forma unificada pelo mundo.



- **Troca instantânea de informações** – Que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.
- **Aumento do comércio mundial**, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.
- **Proliferação de blocos econômicos** – Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias e capitais, ao reduzir barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.
- **Seletividade das migrações** – Com muitos obstáculos à migração de trabalhadores de baixa renda em direção aos países ricos, e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, como cientistas e reconhecidos professores universitários, bem como de pessoas ricas que vão investir nesses países.
- **Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais** – A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.
- **Emergência de uma sociedade civil global** – Os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva a atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

O Neoliberalismo

Pode-se afirmar que a atual fase da globalização tem como pilar econômico o neoliberalismo. Trata-se de um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Segundo seus defensores, a presença do Estado na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento.

Entre os princípios formadores da ideologia neoliberal presentes na globalização econômica, destacam-se:

a) Liberdade de mercado: Consiste na eliminação de todos os dispositivos que atrapalhem o livre funcionamento dos investimentos e do comércio, tais como excesso de impostos, de leis e de regras que inibam as transações financeiras ou limitem fusões e incorporações de empresas.

b) Mínima participação do Estado na economia: Traduz a crença de que o Estado é ineficiente, atrapalha o livre funcionamento dos mercados, administra mal os recursos e, ao não se modernizar no mesmo ritmo das empresas privadas, suas empresas geram menos lucros e ofertam produtos de pior qualidade. Por isso, essas empresas devem ser privatizadas (vendidas para particulares), incentivando a concorrência, barateando preços e melhorando a qualidade dos serviços e das mercadorias.

c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos: O Estado desperdiça muito dinheiro com direitos sociais, como saúde, educação, aposentadorias, amparo aos desempregados, entre outros. Isso provoca aumento de impostos, que serão pagos pela sociedade a fim de gerar recursos destinados à assistência aos mais pobres. Na visão neoliberal, a manutenção desses gastos do Estado significa premiar os fracassados e punir com impostos os competentes.

d) Livre circulação de capitais: Visa garantir a livre entrada e saída de capitais em qualquer país e permitir que o mesmo dinheiro seja aplicado e remunerado em operações financeiras, como, por exemplo, na bolsa de valores, e não somente na produção ou na geração de empregos.



e) Flexibilização do mercado de trabalho: A doutrina neoliberal entende que essa medida dinamiza a economia e possibilita que os empresários invistam na produção e ampliem a oferta de empregos. Com a flexibilização, pode-se contratar e demitir livremente os empregados e reduzir o dispêndio das empresas com seus funcionários.

f) Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros: Significa a eliminação de qualquer protecionismo econômico. Em outras palavras, nenhum país deve coibir a livre concorrência, e a melhor maneira para garanti-la é preservar a competição entre as empresas, independentemente de sua origem nacional ou estrangeira. Quem vai definir qual a melhor mercadoria a ser adquirida é o próprio consumidor, que ainda será beneficiado com uma maior variedade de artigos ofertados e a preços cada vez mais baixos e acessíveis.

A Quarta Revolução Industrial

Uma das recentes transformações na estrutura produtiva que vem ganhando corpo no mundo globalizado é a **Quarta Revolução Industrial** ou **Indústria 4.0**. Segundo analistas, o desenvolvimento e a incorporação de inovações tecnológicas vão mudar radicalmente o mundo como o conhecemos e moldar a indústria dos próximos anos.

Essa nova fase será impulsionada por um conjunto de tecnologias disruptivas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas, onde cada vez mais dispositivos, equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet. Algumas dessas inovações estão em sua fase de “infância” e ainda não mostraram todo o seu potencial.

A quarta revolução industrial não se define por cada uma destas tecnologias isoladamente, mas pela convergência e sinergia entre elas. Está ocorrendo uma conexão entre o mundo digital, o mundo físico, que são as “coisas”, e o mundo biológico, que somos nós. Na indústria, teremos uma cadeia produtiva totalmente conectada, a chamada manufatura avançada, na qual os processos são adaptáveis às necessidades de produção, os recursos são usados com maior eficiência (usando menos energia) e produtos serão customizados de acordo com a necessidade do cliente (cada pedido é único).

Com os avanços no campo da Inteligência Artificial, os computadores estão se tornando mais rápidos e inteligentes que os humanos. Isso pode mudar a forma como trabalhamos, pois os robôs vão tomar o lugar de diversas profissões.

Na indústria, a linha de produção será quase que inteiramente automatizada, diminuindo radicalmente a mão de obra humana nas fábricas. Segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, de 2016 até 2020, a automação deve eliminar sete milhões de empregos industriais nos 15 países mais desenvolvidos.

A tecnologia não ameaça apenas os trabalhos de “produção”, ela também já impacta diversas profissões tradicionais. O relatório também indica que até 2025, um em cada quatro empregos conhecidos hoje deverá ser substituído por softwares e robôs.

Se a produção e o trabalho manual serão feitos por máquinas, o trabalho humano será requisitado em tarefas menos repetitivas. A pesquisa do Fórum Econômico Mundial indica que 65% das crianças que hoje entram nas escolas irão trabalhar em funções que atualmente não existem.



As áreas de Engenharia, Matemática, Ciências e Computação deverão irrigar a tecnologia vigente e gerar novos empregos. Também surgirão oportunidades para os chamados “trabalhadores do conhecimento”, pessoas que lidam com a criatividade, habilidades de negociação, estratégia e análise.

Quem tiver a habilidade de resolver problemas complexos terá um maior diferencial. **E para ter maior competitividade, os países deverão investir em educação.**

Apesar dos empregos do futuro, milhares de postos de trabalho deverão ser extintos, já que a indústria 4.0 poderá aumentar a produção sem precisar criar novos postos. Nesse cenário, o abismo entre quem tem baixa qualificação e alta qualificação aumentará, o que pode criar maior desigualdade social e um novo tipo de “proletariado”.

Com o aumento do desemprego e a necessidade de um crescimento sustentável, pesquisadores já estudam novos modelos econômicos, como a redução da jornada de trabalho e medidas de redes de apoio social, como o Estado pagar uma renda mínima para o cidadão.

A quarta revolução industrial também poderá aumentar ainda mais a desigualdade entre os países ricos e pobres. As economias mais prejudicadas serão as que usam mão de obra barata como vantagem competitiva, como acontece nos países em desenvolvimento.

A internet das coisas

Um tópico muito falado no mundo atual, de aceleradas mudanças tecnológicas, é a **internet das coisas**. Para falar dela, vamos utilizar uma historinha, livremente adaptada de sites da internet. Vamos a ela:

É fim de tarde em uma terça-feira e você está dirigindo para casa, tranquilo, voltando do trabalho. Um sinal na tela multimídia do seu veículo lhe informa que você deve passar no supermercado no caminho e comprar mais leite.

O aviso foi enviado pela Lucy, a central de gerenciamento da sua casa, que, integrada à sua geladeira, já sabe o que você precisa comprar. Esta central está ligada ao GPS do seu carro, que localiza um supermercado no caminho do seu trabalho para casa.

Após fazer as compras, você se aproxima do caixa, saca seu celular e efetua o pagamento através de um aplicativo que substitui sua carteira.

Parece um filme de ficção? Sim. Mas a tecnologia que torna esta cena de Hollywood possível já existe. Não uma tecnologia, mas várias, interligadas pela internet em todas as coisas.

Isto é a “Internet das Coisas”, a revolução tecnológica que está em curso e que tem como objetivo **conectar os itens que usamos no nosso dia a dia à rede mundial de computadores**. Cada vez mais surgem eletrodomésticos, meios de transporte e até mesmo tênis, roupas e maçanetas conectadas à Internet e a outros dispositivos, como computadores e smartphones.

A internet conectou pessoas. A internet das coisas vai conectar pessoas e coisas. Sim, já estamos em uma nova revolução tecnológica. 😊 😊



1.1 – Consequências da globalização

A produção e o comércio mundial crescem com a globalização. Mas a riqueza concentra-se num pequeno grupo de países, e isso reforça a **desigualdade entre as nações**.

A redução dos impostos de importação é um dos motivos que explicam essa concentração de renda, que beneficiou muito mais os produtos exportados pelos mais ricos. Os mais pobres têm dificuldades para exportar produtos agrícolas para os mais ricos, pois estes subsidiam a produção interna.

Em períodos de crise econômica, os resultados da globalização são dramáticos para os países pobres, pois geram um **custo social altíssimo**. Ocorre o barateamento da mão de obra, o aumento do desemprego e da exclusão social. Outra consequência da globalização é o **aumento da migração** de pessoas dos países pobres para os países ricos.

A globalização não beneficiou a todos. A riqueza concentra-se nas mãos de poucos. Os grupos com rendimentos mais elevados tornaram-se muito mais ricos e as desigualdades sociais aumentaram.

1.2 – Uma ordem antiglobal

No início da década de 90 do século passado, o mundo parecia ter entrado em uma fase de amplas oportunidades para todos. Com o fim da Guerra Fria e a consolidação de uma Nova Ordem Mundial, sob a liderança hegemônica dos Estados Unidos, nada parecia deter o processo de globalização e as novas possibilidades de desenvolvimento que ele prometia. Sem o antagonismo comunista representado pela então União Soviética, o capitalismo passou a reinar absoluto no planeta.

As políticas neoliberais deram a sustentação econômica à globalização, enquanto o avanço da tecnologia da informação, particularmente da internet, tornou viável a interconexão e aproximação entre as diversas nações. Ao longo do tempo, porém, esse sistema começou a mostrar algumas fissuras. Ao contrário do que pregavam alguns dos principais teóricos da globalização, **o aumento da integração mundial e a ampliação do comércio não promoveram o bem-estar geral dos indivíduos e a redução das desigualdades entre as nações**. A globalização fez alguns vencedores, mas deixou muitos perdedores pelo caminho. E é nesse fosso de desigualdade que começam a surgir as reações ao sistema de integração econômica mundial.

O questionamento ao livre-comércio

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a rever suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a **questionar o livre-comércio**, mais especificamente os benefícios dos blocos econômicos.

A abertura comercial expõe os países à competitividade típica do capitalismo e do liberalismo econômico. Ao eliminar as barreiras à importação, os bens que entram no país disputam mercado com os produtos nacionais. Aquele que tem maior vantagem competitiva, seja por cobrar menos impostos, por pagar baixos salários ou por dispor de um câmbio mais favorável para as exportações, vai se dar melhor na conquista pelo



mercado consumidor. E, dependendo do tipo de acordo comercial, a entrada de produtos estrangeiros pode afetar todo um setor da economia de um país.

Nacionalismo

A participação de um país em um bloco econômico e em acordos comerciais faz com que cada um ceda um pouco em seus interesses nacionais em prol de acordos coletivos que prometem gerar maior prosperidade para todos, por meio do livre comércio.

Contudo, parcelas expressivas dos trabalhadores perceberam que, com a globalização, a manutenção de um padrão de vida, de aumento da renda e a perspectiva de ascensão social tornou-se mais difícil. Por outro lado, a crise econômica de 2008 também levou a um aumento do desemprego em vários países pelo mundo.

A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar nos estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estão roubando os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.

Entretanto, as causas da crise não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

Esse cenário de questionamento ao livre comércio e à livre circulação de pessoas reascendeu sentimentos de identidade nacional, conhecidos como nacionalismos.

O **nacionalismo** expressa um sentimento cívico, de lealdade à pátria. Nesse sentido, etnia, língua, religião e história são vistos como elementos unificadores de uma nação. Contudo, o nacionalismo também pode expressar uma ideologia, que se fundamenta nos valores de identidade nacional para alcançar objetivos políticos. Nacionalistas, **defendem a tese de que a solução para os problemas econômicos e sociais de um país está em menos integração, mais protecionismo e maior restrição ao ingresso de trabalhadores estrangeiros no país.** As relações com outras nações acabam sendo definidas mais em termos de competição, onde prevalecem as rivalidades nacionais. Para especialistas, a eleição de Donald Trump e o fenômeno do Brexit são exemplos de ascensão do nacionalismo político.

A xenofobia

Um dos pilares da globalização é a livre circulação de capitais (dinheiro), bens, serviços e pessoas. Contudo, **o livre trânsito de pessoas sempre foi um aspecto frágil da globalização.** O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos proporcionou enormes avanços nos meios de transporte, o que ajudou a intensificar os movimentos migratórios em diversas partes do mundo. O desenvolvimento das telecomunicações, por sua vez, facilitou as transferências bancárias, permitindo a um imigrante africano que mora na Europa enviar parte de seu salário mensalmente para ajudar os familiares que vivem em sua terra natal.

Mas, **enquanto o fluxo de capitais e mercadorias sempre foi estimulado pelos defensores do mundo globalizado, a imigração foi e continua sendo um tema polêmico, principalmente nos países economicamente desenvolvidos.** No pós-guerra, quando havia necessidade de mão de obra nos principais países europeus, como Reino Unido, Alemanha e França, a entrada de imigrantes de países pobres até era facilitada, e eles chegaram em peso ao continente.



Contudo, a integração desses contingentes à nova situação nem sempre foi tranquila. Muitos argelinos que vivem na França, turcos moradores da Alemanha ou jamaicanos residentes na Inglaterra sentem-se marginalizados, vivendo nas periferias das grandes cidades e com acesso restrito ao mercado de trabalho. Esse é um dos fatores que explicam as revoltas de adolescentes em subúrbios franceses, frequentes nos últimos anos.

Em uma situação de crise, os ânimos nacionalistas tendem a se aflorar. Muitos nacionais de países desenvolvidos, por exemplo, não aceitam que uma pessoa que veio de outro país possa compartilhar os mesmos direitos de quem nasceu ali. E esse nacionalismo pode descambar para a **xenofobia**.

O termo, derivado do grego, significa literalmente **“medo do estrangeiro”** e é usado para definir o **receio e a hostilidade que muitas pessoas sentem em relação a cidadãos de outras nacionalidades que vivem em uma mesma cidade ou país**. Além da questão econômica, principalmente relacionada ao mercado de trabalho, o estranhamento em relação a hábitos culturais ou costumes religiosos diferentes pode acirrar esses sentimentos xenófobos. Muitas vezes terminam em ódio e violência.

No entanto, a imigração e a exposição a diferentes hábitos e culturas fazem parte da história da humanidade. Muitas nações construíram suas identidades a partir do contato com outras culturas e cresceram economicamente com o esforço do trabalhador imigrante. Mesmo na Europa atual, com as taxas de natalidade em declínio, projeções apontam que faltará mão de obra no futuro para sustentar o crescimento econômico. E, nesse sentido, a aceitação do trabalhador imigrante seria fundamental para driblar essa encruzilhada demográfica.



O termo **globalismo** tem sido citado por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, por Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, por Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores brasileiro e por lideranças e ativistas políticos da direita internacional e brasileira. É um termo polissêmico, isto é, possui vários significados a depender do contexto em que é utilizado.

Para a linha crítica do fenômeno da globalização, **o globalismo significa um governo mundial formado por órgãos supranacionais**, ou seja, **acima da administração de cada país**. Por isso o questionamento a instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e a determinados tratados e acordos internacionais, que estariam a serviço da implantação do governo mundial e do enfraquecimento dos estados nacionais.

"Boa parte da direita internacional defende que o globalismo é um esquema organizado, um projeto de dominação global", afirmou ao G1 David Magalhães, professor de relações internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap).

O **conceito de globalismo se difere de globalização** – este último está relacionado à economia. "A globalização é uma ordem espontânea, voluntária, enquanto o globalismo



envolve uma ação coordenada, com organização", comparou Adriano Gianturco, coordenador do curso de relações internacionais do Ibmec-MG.

2 – Comércio internacional

Um elemento central da globalização é o **livre-comércio**, ou seja, a criação de um sistema em que bens e serviços são comercializados sem restrições tarifárias.

O comércio internacional nunca foi tão intenso, como nas décadas recentes, mas as exportações dos países ricos cresceram muito mais do que as dos países pobres. Atualmente, apenas dez países (dos 195 do planeta) monopolizam mais da metade de todo o comércio internacional.

Um dos instrumentos desse crescimento foi a criação da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, em 1995, com o objetivo de abrir as economias nacionais, eliminar o **protecionismo** (quando um país impõe taxas para restringir a importação de produtos e proteger a produção interna) e facilitar o livre trânsito de mercadorias.

A OMC funciona com rodadas de discussão sobre temas, que chegam ao final quando se fecham os acordos. A Rodada Doha, aberta em 2001 (com prazo previsto até 2006), entrou num impasse não resolvido até hoje. Os países ricos querem maior acesso de seus produtos aos países em desenvolvimento. Esses, por sua vez, buscam restringir as vantagens econômicas, como os subsídios (auxílio financeiro) que os países ricos dão a seus agricultores, e não se chega a um acordo.



Outra função muito importante na OMC é o sistema de resolução de controvérsias. Este mecanismo foi criado para solucionar os conflitos gerados pela aplicação dos acordos sobre o comércio internacional entre os membros da OMC. As disputas surgem quando um país adota uma medida de política comercial ou faz algo que um ou mais membros da OMC considerem que viole os acordos da própria organização. Exemplo de aplicação deste mecanismo é o contencioso do algodão entre Brasil e Estados Unidos.

Em 2004, o Brasil venceu na OMC uma disputa contra os subsídios recebidos por produtores de algodão dos EUA, ficando com o direito de impor sanções contra produtos norte-americanos no valor de US\$ 830 milhões. O Brasil concordou em suspender a punição, caso os EUA depositassem dinheiro em um fundo de assistência para produtores brasileiros de algodão.

Os EUA pagavam a compensação em parcelas mensais, suspensas em outubro de 2013, o que levou o governo brasileiro a ameaçar impor impostos mais altos para produtos norte-americanos. Em outubro de 2014, os dois países chegaram a um novo acordo. Os Estados



Unidos concordaram em pagar aos produtores brasileiros de algodão mais US\$ 300 milhões para encerrar a disputa.

3 – Blocos econômicos

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzirem barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxações impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.
- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.
- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

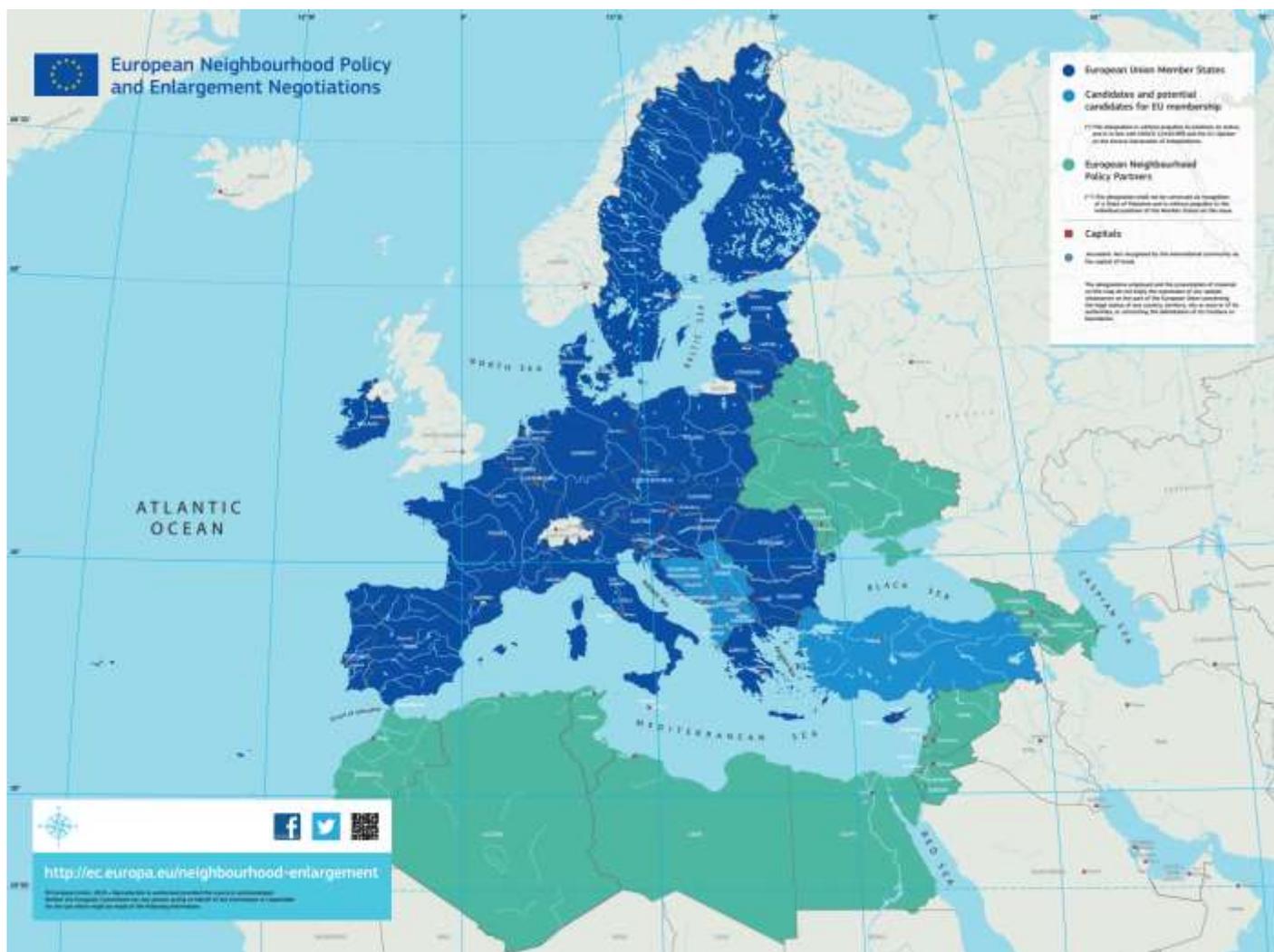
Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

3.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.



No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de

trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.



Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que foi denominado de **“Brexit”**. O acrônimo é uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída, em inglês). Na votação, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Theresa May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Os termos do acordo de saída negociado por Theresa May com o bloco europeu teriam que ser aprovados pelo parlamento britânico, que rejeitou a proposta por três vezes consecutivas. Devido a isso, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que também não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída, que foi rejeitado pelo parlamento britânico. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**.

Porém, Johnson conseguiu aprovar o adiamento das eleições gerais do Parlamento britânico, realizadas em dezembro de 2019, vencidas pelo **Partido Conservador**, do primeiro-ministro, que conquistou a maioria dos assentos. Após a vitória eleitoral, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- **Fatura de saída do Reino Unido:** ficou acordado que o Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fora da União Europeia não há mais a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países do bloco. Assim, cidadãos europeus que quiserem residir e trabalhar no país têm que seguir as novas regras migratórias britânicas. O mesmo vale para cidadãos britânicos que quiserem residir e trabalhar na União Europeia, terão que seguir as regras migratórias do bloco europeu.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte:** ao longo do século XX, a organização terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) lutou pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 1998, foi assinado o **Acordo de Belfast**, também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa, que pôs fim as hostilidades entre o IRA e o Reino Unido.



O acordo acabou com o controle da fronteira, permitindo a livre circulação de pessoas, do comércio, de serviços e de capitais entre os dois países, visando uma maior integração entre os irlandeses da ilha da Irlanda. A saída do Reino Unido da União Europeia implicaria na retomada do controle de fronteiras entre ambos, pois a República da Irlanda é um país membro da União Europeia. Havia um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda pudesse reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Contudo, na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços continuará em vigor entre os dois países. Exemplo: uma mercadoria poderá sair da Irlanda e entrar livremente na Irlanda do Norte. Mas se essa mesma mercadoria sair da Irlanda do Norte em direção à Inglaterra, Escócia ou País de Gales terá que passar pelo controle aduaneiro britânico. O mesmo vale para um cidadão irlandês ou da União Europeia. Na ilha da Irlanda ele poderá circular livremente, mas se sair da Irlanda do Norte em direção aos demais países do Reino Unido vai passar pelo controle de migração e pelas regras migratórias britânicas.

Controle de circulação de produtos entre Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Reino Unido sai da UE, mas Irlanda do Norte deve manter regime aduaneiro do bloco



- **Período de transição:** em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**. Parte expressiva do comércio entre ambos continuará livre de tarifas e cotas de exportação. Outra parte estará sujeita ao controle alfandegário, com tarifas aduaneiras e fiscais. A livre circulação de pessoas também deixou de existir. Valem as regras europeias para migrantes estrangeiros e as regras britânicas para migrantes estrangeiros.

Os direitos de pesca em mares britânicos foi um dos principais pontos de conflito entre os dois lados. Boris Johnson teve de ceder e autorizar que pescadores europeus continuem a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Para que o acordo fosse firmado, o Reino Unido precisou garantir que não vai alterar suas regras ambientais ou trabalhistas e nem subsidiar suas empresas, o que daria a eles uma vantagem que as concorrentes do continente não teriam. Nesse sentido, os apoios e subsídios estatais às empresas devem ser adequados e não permitir situações de vantagem no mercado.

3.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.



Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 27 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.



A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outras bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizar e reduzir os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável



Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US\$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

3.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos- Canadá)** ou CUSMA (Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México) entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), acordo comercial assinado em 1992 e que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México.

Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando a negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

Além da mudança de nome, podemos destacar alguns pontos em que foram feitas alterações:

Comércio Digital: não cobrança de impostos aduaneiros sobre produtos de origem digital, como ebooks, jogos e músicas e proteção das companhias de internet para que não sejam responsáveis por conteúdos que são produzidos por seus usuários. Essa cláusula beneficia os Estados Unidos, com empresas que estão entre as maiores do mundo em produtos de origem digital que serão comercializados no Canadá e México, sem tarifas aduaneiras.

Propriedade Intelectual: aumento da proteção à propriedade intelectual abrangendo especialmente o segmento farmacêutico, inovações na agricultura, escritores e compositores. **Extensão dos direitos autorais de 50 para 70 anos** após a morte do autor, favorecendo, os norte-americanos, considerando que a maioria da produção intelectual concentra-se no país em relação aos demais.



Medicamentos: aumento de oito para dez anos da proteção de patentes de novos medicamentos, antes que seja permitido a quebra de patente e fabricação de genéricos nos demais países, o que beneficia a grande indústria farmacêutica estado-unidense.

Setor automotivo: a ideia do acordo é garantir com que as empresas automobilísticas permaneçam na região, evitando com que busquem mercados com mão de obra mais barata, como, por exemplo, os asiáticos. Dessa forma, para que os produtos finais não possuam tarifas, é necessário que ao menos 75% das peças dos automóveis sejam produzidas em Estados Unidos, México e Canadá. Além disso, o acordo coloca que 40 a 45% das peças devem ser produzidas por trabalhadores que recebam, ao menos US\$16 por hora até 2023.

Laticínios: o acordo prevê a abertura do mercado canadense de laticínios, antes protegido pelo governo canadense. Com isso, aumentam-se as possibilidades de exportação de laticínios estadunidenses ao Canadá.

“Sunset clause”: O NAFTA não tinha cláusula de validade. Já o novo acordo **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

3.4 Parceria Econômica Regional Abrangente

Em novembro de 2020, quinze países da Ásia e da Oceania assinaram um acordo para formar a **maior associação comercial do mundo**. Trata-se da **Parceria Econômica Regional Abrangente** (*Regional Comprehensive Economic Partnership*, ou RCEP, sigla em inglês), que reúne cerca de um terço da população mundial e aproximadamente 30% do PIB global.

Assinaram o acordo **China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia**, juntamente com os dez países que compõem a **Associação de Nações do Sudeste Asiático** (Asean): Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietnã, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei.

A **Índia** fez parte das negociações, mas desistiu por temer que a redução das tarifas prejudicasse seus produtores.

A aliança elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos. Como boa parte dos participantes são países industrializados e tecnologicamente avançados, juntamente a outros que apresentam uma mão de obra ainda de baixo custo, pode-se esperar um fluxo comercial muito intenso.

O acordo também inclui proteções sobre propriedade intelectual e capítulos sobre investimentos e comércio de bens e serviços. Além disso, estipula mecanismos para a resolução de disputas entre os países.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, concebida como uma forma de a China se opor à influência que os Estados Unidos vinham exercendo na região durante o governo de Barack Obama.

Os EUA lideraram a formação da **Parceria Transpacífica** (TPP, na sigla em inglês), da qual faziam parte 12 países da bacia do Pacífico na Ásia e na América. Além dos norte-americanos, estavam no TPP o México, o Chile, o Peru, a Austrália, o Japão, a Nova Zelândia, entre outros países, mas não a China.



Para os Estados Unidos e o Japão, o Tratado representaria uma oportunidade de ficarem à frente da China e de criarem uma zona econômica na bacia do Pacífico capaz de contrabalançar o peso econômico dos chineses na região.

Contudo, ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco. O argumento de Trump, para a saída dos EUA foi o de que o acordo continha termos que eram prejudiciais à economia norte-americana e aos trabalhadores do país.

Enquanto o TPP se concentrava na redução de barreiras não tarifárias (proteção do meio ambiente, padrões para investimento estrangeiro), a RCEP dá ênfase principalmente às tarifas, sem a preocupação com proteções dos direitos trabalhistas, oferecidas pelo tratado promovido originalmente pelos EUA.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

4 - Guerra Fria 2.0

A **crecente tensão entre Estados Unidos e China**, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada **Guerra Fria 2.0**.

Só para nos lembrarmos: a Guerra Fria “original” foi uma disputa entre duas superpotências na segunda metade do século XX: **Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, liderando um bloco de países capitalistas e socialistas, respectivamente. Este período de intensa competição geopolítica, teve início em 1947, logo após o término da 2ª Guerra Mundial, e terminou em 1991, com a dissolução da União Soviética.

Não houve um conflito armado direto entre as duas superpotências. Por isso o nome: Guerra Fria, ou seja, o conflito não chegou a “esquentar” e ir para o campo de batalha. Os dois países foram os grandes vencedores da 2ª Guerra Mundial e buscavam aumentar sua área de influência, tanto por meios materiais – através da economia e do poder bélico – quanto por suas distintas ideologias.

A disputa atual, chamada Guerra Fria 2.0, não tem a característica de iminência de um conflito armado. Afinal, a maioria dos países já percebeu ao longo da história que, em se tratando de superpotências que possuem grande capacidade de destruição nuclear, isso não é benéfico para nenhum dos lados. Mas à semelhança daquele conflito, **a Guerra Fria 2.0 envolve uma disputa de poder geopolítico entre os dois países, sobretudo através do desenvolvimento econômico e tecnológico.**

No seu processo de transformação para a grande potência que é hoje, nas décadas de 80 e 90, a China virou a “fábrica do mundo”, “roubando” muitos empregos norte-americanos. O país também expandiu sua influência geopolítica para áreas que até então estavam sob influência norte-americana, conquistando novos mercados e aliados que até então estavam sob influência dos norte-americanos.

O discurso anti-China, que já era presente durante o governo de Barack Obama (2009-2017), chegou à um nível muito mais elevado com **Donald Trump** (2017-2021), que se elegeu com um discurso de ser mais rígido



com a China. No poder, Trump deu início à uma série de retaliações comerciais à China, no que ficou conhecido como **Guerra Comercial**.

Trump acusava o país de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia. Mas o ponto principal era o elevado e crescente **déficit comercial** dos Estados Unidos para com a China.

Como medidas, os EUA elevaram tarifas de importação sobre mais de US\$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US\$ 110 bilhões.

Em janeiro de 2020, os dois países chegaram a um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, o documento assinado prevê que a China compre mais US\$ 200 bilhões em produtos e serviços dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral.

Mas isso não tornou pacíficas as relações entre os dois países. Ao longo do ano de 2020, Donald Trump endureceu as medidas anti-China. A seguir, listo alguns fatos importantes que ocorreram ao longo daquele ano:

- O ex-presidente desferiu críticas frequentes e contundentes à China na questão da pandemia, responsabilizando o país pela demora no controle sanitário, deixando de evitar, assim, o espraiamento do surto do coronavírus de seu território para o resto do mundo.
- Em julho de 2020, Donald Trump ordenou **fechamento do consulado chinês em Houston**, sob justificativa de espionagem econômica e roubo de propriedade intelectual. Em resposta às medidas tomadas pelos Estados Unidos, **a China fechou o consulado americano na cidade de Chengdu**.
- Em abril, maio e julho, os EUA realizaram exercícios militares no Mar do Sul da China, área estratégica, por onde passam boa parte das exportações chinesas.
- Outro ponto de tensão se deu em relação ao aplicativo **TikTok**, a rede social chinesa que dominou o mundo, ganhando também muito espaço nos Estados Unidos. Trump ameaçou banir o aplicativo, sob o pretexto de que a rede não protege (ou até vaza) os dados dos seus usuários. Como a proposta não se apresentou atraente para os investidores norte-americanos, não houve seguimento.
- Em resposta à nova lei de segurança anunciada por Pequim para Hong Kong, Trump revogou o status de parceiro comercial preferencial, que facilitava negócios, à Hong Kong. Reino Unido, Austrália e Canadá, parceiros dos EUA, também tomaram a mesma medida.

Muitos analistas políticos fazem a leitura de que Trump endureceu o jogo em 2020 para conseguir melhorar sua imagem para a disputa das eleições presidenciais daquele ano, que se desgastou devido à má gestão do ex-presidente sobre a pandemia de Covid-19 no país.

No governo de Joe Biden, não houve mudança de postura. O que há é uma mudança de estratégia. Os Estados Unidos continuam tentando barrar o crescimento da influência geopolítica da China pelo mundo. Conter o expansionismo chinês é uma pauta bipartidária, defendida tanto por democratas quanto por republicanos.



Isso porque, para além de simples questões comerciais, a disputa entre Estados Unidos e China envolve também questões tecnológicas, como a **batalha pelo 5G**, que é a evolução da atual rede de internet, com velocidade muito maior do que a atual 4G.

A tecnologia 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “**internet das coisas**”, abrindo um leque enorme de inúmeras possibilidades para o desenvolvimento tecnológico, com carros, casas e cidades cada vez mais inteligentes e conectadas.

A empresa chinesa **Huawei** é a maior fornecedora de sistemas 5G e a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva **Meng Wangzhou** - filha do fundador da empresa -, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é o carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

5 - Estados Unidos

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.



Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. A posse ocorreu no dia 20/01/2021 e o término de seu mandato ocorrerá em 20/01/2025.

Joe Biden foi vice-presidente de **Barack Obama**, que governou o país de 2009 a 2017. Biden tem como vice-presidente a ex-senadora **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.

5.1 Sistema eleitoral e eleição presidencial

Diferentemente do Brasil, onde o presidente se elege com a maioria dos votos populares, nos Estados Unidos, o presidente se elege com a maioria dos votos do **colégio eleitoral**, que é formado pelos delegados eleitos pelos estados. O número de delegados de cada estado corresponde ao número de deputados e senadores de cada um dos 50 estados. Mais os três delegados do Distrito de Colúmbia (capital Washington). Ao todo, existem 538 delegados. **Para ser eleito, o candidato deve ter o voto de 50% mais um dos delegados (270).**

Na votação, os eleitores marcam na cédula o nome do candidato que querem para presidente, mas, na realidade, isso é contabilizado para a chapa de delegados.

Apesar de cada estado possuir seus delegados, e cada delegado possuir seu próprio voto, em 48 dos 50 estados americanos e no distrito de Colúmbia, **o candidato que recebe mais votos, fica com todos os delegados daquele estado**. É o chamado **"winner takes all"** (o vencedor leva tudo). Por exemplo, se, em um estado, a votação foi muito acirrada, com uma vantagem minúscula de um candidato sobre o outro, o candidato que obteve a vantagem levará **todos** os delegados desse estado. Apenas dois estados não seguem essa lógica, Maine e Nebraska, onde há uma certa proporcionalidade.

As eleições de 2020, registraram um número **recorde de votos antecipados e de votos pelo correio**. **O motivo foi a pandemia de Covid-19**, com dezenas de milhões de eleitores optando por votar por essas modalidades para evitarem as aglomerações nas seções eleitorais no dia oficial da votação. Os votos antecipados ou pelo correio não são novidades nas eleições americanas. É uma modalidade que é permitida na grande maioria dos estados americanos. Em alguns estados, desde que o eleitor vote pelo correio até o dia 03 de novembro, o seu votado é contabilizado, mesmo que chegue alguns dias depois desse dia de votação.

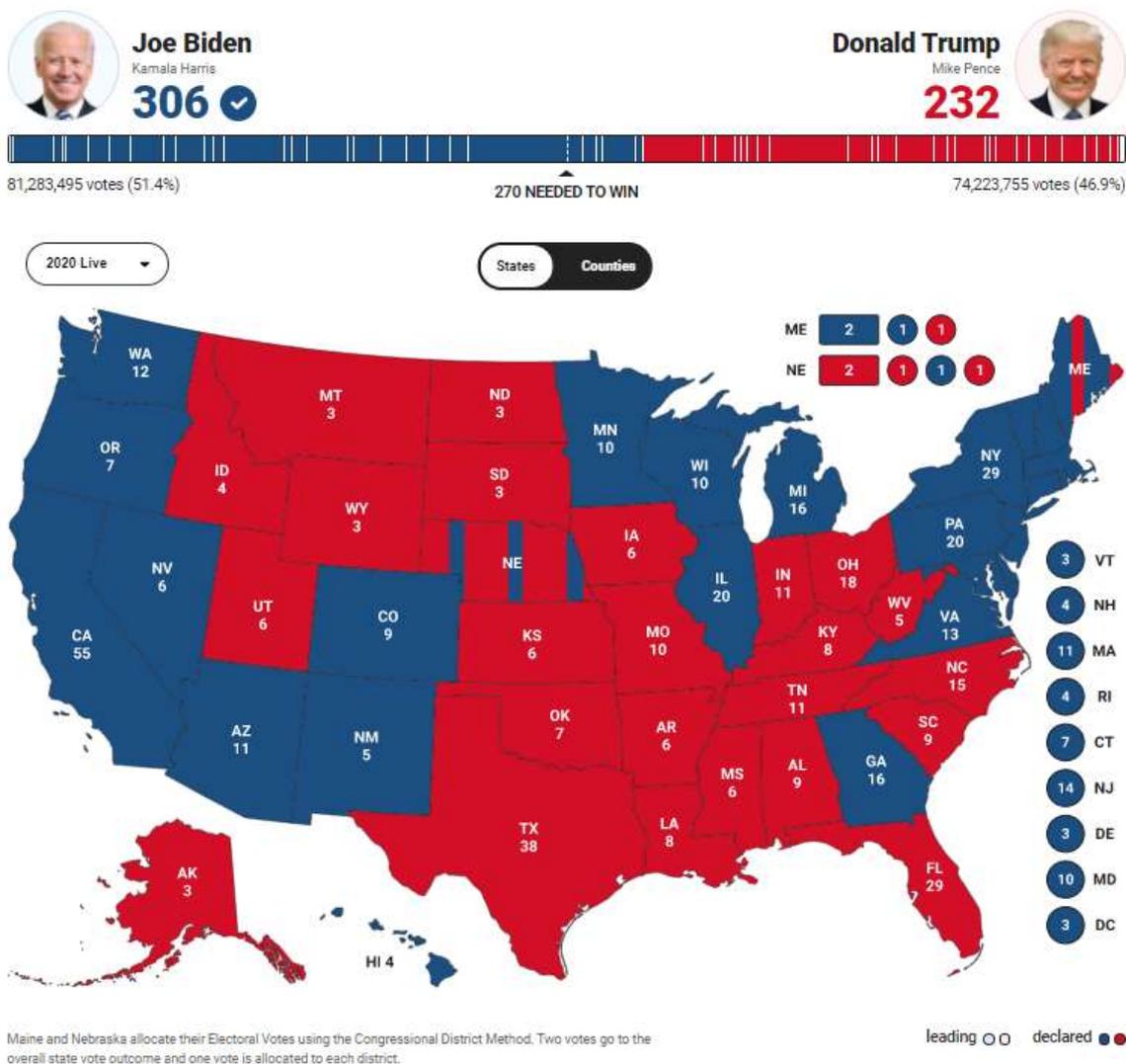
Cabe mencionar que, não existe um Tribunal Superior Eleitoral nos EUA, como no Brasil. As eleições são organizadas por cada estado, conforme regras eleitorais próprias. Quem organiza, executa e coordena todo o processo eleitoral é o poder executivo estadual. O resultado final é analisado e aprovado pelo poder legislativo de cada estado.

O voto é facultativo. Na eleição de 2020, houve um **recorde o número de eleitores registrados que votaram, em números absolutos e percentuais**. Joe Biden recebeu 306 votos no colégio eleitoral e Donald Trump recebeu 232 votos.

Joe Biden foi o candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a eleição, Donald Trump foi o segundo candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos.



Presidential Election Results



No dia 14 de dezembro de 2020, os delegados se reuniram em cada estado e votaram no candidato a presidente. Foi uma votação simbólica, pois como já dissemos, já se sabia o resultado, em função do sistema eleitoral americano.

Donald Trump e a sua campanha fizeram várias denúncias de supostas fraudes na votação e na contagem dos votos, contestando o resultado final. Sem apresentar provas consistentes, as alegações foram rejeitadas pelas autoridades eleitorais e pelos poderes judiciários estaduais. As denúncias que chegaram a Suprema Corte americana, também foram rejeitadas. Observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) também afirmaram em relatório que não houve nenhuma irregularidade grave nas eleições norte-americanas.



Invasão do Capitólio

No dia 6 de janeiro de 2021, durante a sessão conjunta de certificação da vitória de Joe Biden como presidente, partidários do ex-presidente, Donald Trump, se reuniram na capital, Washington DC, para protestar contra o resultado da eleição presidencial de 2020.

O movimento culminou com a invasão do Capitólio, como é conhecido o Congresso norte-americano. A invasão durou boa parte da tarde e continuou até o começo da noite. Na madrugada, as forças policiais conseguiram recuperar o controle do Capitólio, que ficou bastante depredado. Ao menos cinco pessoas morreram em decorrência do caso - entre eles, um policial - e dezenas foram presas.



A postura de Donald Trump foi duramente criticada por jornalistas, autoridades e políticos de ambos os lados do espectro político. Trump passou boa parte das eleições desqualificando o processo eleitoral, rejeitando os resultados e denunciando a existência de supostas fraudes.

Mais cedo, no dia da invasão, em discurso em frente à Casa Branca, Donald Trump pediu a seus seguidores que se manifestassem contra a certificação da vitória de Joe Biden nas eleições.

A postura de Trump culminou na abertura de um inédito **segundo processo de impeachment**, acusado de **incitar a insurreição**. Com isso, Trump se tornou o primeiro presidente na história a ter dois processos do tipo. O impeachment foi aprovado na Câmara dos Representantes (deputados federais), de maioria democrata, entretanto, o ex-presidente foi absolvido pelo Senado.

Nos Estados Unidos, a aprovação de um impeachment na Câmara dos Representantes equivale a uma aceitação da denúncia, o presidente continua no cargo. Somente se o Senado condenar o presidente é que ele é afastado do cargo, por meio da sua destituição.

O primeiro impeachment foi em dezembro de 2019. Trump foi acusado de **abuso de poder** e **obstrução do Congresso**. Como no segundo processo, a Câmara dos Representantes aprovou o pedido, que foi rejeitado pelo Senado, em fevereiro de 2020.

5.2 O governo de Joe Biden

Joe Biden iniciou o seu governo, revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump. O ex-presidente tinha feito o mesmo, em relação a medidas do governo de Barack Obama. Isso demonstra, governos com perfis programáticos bastante diferenciados em vários temas da agenda político-governamental.

Vejamos agora, os principais aspectos e fatos ocorridos no seu governo até o presente.

Covid-19

Os Estados Unidos são o país com o maior número de infectados e de mortes pela Covid-19 em todo o mundo. A postura de Donald Trump frente à crise foi muito criticada, tensionando pela reabertura do comércio e da economia, quando da adoção de medidas restritivas por estados e municípios, fazendo pouco caso da gravidade da pandemia e da importância do uso de máscaras de proteção.

O governo tem incentivado o **uso de máscaras de proteção** e o seu uso se tornou **obrigatório nas propriedades federais** (prédios, repartições públicas etc.). Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, da sigla em inglês) estabeleceram a **obrigatoriedade do uso de máscaras para viagens de avião ou dentro de transportes públicos, como ônibus e metrô**. A regra tornou a recusa de usar uma máscara uma violação da lei federal, imposta pela Administração de Segurança de Transporte e outras autoridades federais, estaduais e locais.

A **vacinação foi acelerada**. Centenas de milhões de doses foram aplicadas. **Não há falta de doses de vacinas nos EUA**. Os imunizantes estão disponíveis para quem quiser se imunizar, conforme os critérios e as orientações dos órgãos governamentais de saúde. O **número diário de novos casos e mortes caíram drasticamente com a vacinação em massa**.

O país voltou a fazer parte da **Organização Mundial de Saúde (OMS)**. Trump havia retirado o país da Organização.

Questão migratória

- Fim do veto à entrada de cidadãos de determinados países com população de maioria muçulmana.
- **Paralisação da construção do muro na fronteira com o México**. A construção do muro pouco avançou no governo Trump e era a sua principal proposta para intensificar o bloqueio da entrada de imigrantes ilegalmente por essa fronteira.
- Envio de um projeto de lei de imigração ao Congresso norte-americano, que propõe regularizar a situação de milhões de imigrantes que vivem ilegalmente nos Estados Unidos.



Meio Ambiente

- Retorno dos Estados Unidos ao **Acordo do Clima de Paris**. O tema do aquecimento global era uma das prioridades de campanha de Joe Biden.
- Organização da **Cúpula dos Líderes sobre o Clima**, fórum que contou com a participação de 40 chefes de Estado para debater questões climáticas e apresentar compromissos para a redução das emissões de gases intensificadores do efeito estufa.
- O governo não irá mais autorizar novas perfurações de petróleo e gás em terras públicas federais. Também foi proposta a remoção de subsídios aos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural);
- Programa de renovação da frota de carros e caminhões do governo, com aquisição de veículos movidos a energia elétrica.

Com isso, Biden adota uma postura antagônica à de Donald Trump, que demonstrava pouca preocupação com a questão ambiental e havia incentivado a utilização de fontes de energia poluentes e não-renováveis em detrimento às energias limpas e renováveis. O objetivo é a **reestruturação da matriz energética norte-americana em uma transição para uma economia verde**, com baixa emissão de carbono.

Economia

Para estimular a atividade econômica, Joe Biden conseguiu aprovar o **Plano de Resgate Americano** (de US\$ 1,9 trilhão), que destinou recursos a estados, municípios e empresas, ampliou auxílios desemprego e promoveu pagamentos diretos à população. Também apresentou o **Plano de Emprego Americano** (US\$ 2,25 trilhões), projeto para infraestrutura que visa promover a criação de postos de trabalho e estimular a economia verde, além de propor grandes mudanças na matriz energética norte-americana com foco na energia limpa.

Para financiar o projeto de infraestrutura, o governo propõe o **Made in America Tax Plan**, que busca elevar a arrecadação norte-americana de impostos em US\$ 2,5 trilhões nos próximos 15 anos. A próxima etapa da série de reestruturações da economia do governo Biden será o **American Family Plan**, ou Plano da Família Americana, que pretende taxar ricos para financiar a educação.

Política Externa

Os Estados Unidos buscam retomar um papel de líder ativo nas relações internacionais, reestabelecendo entendimentos com os seus principais parceiros históricos como a União Europeia, Canadá e Japão. A postura é de buscar o entendimento sobre grandes temas internacionais - economia, comércio, meio ambiente, segurança, democracia e direitos humanos - por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC.

Os EUA são o principal ator da geopolítica e das relações internacionais.



6 – China

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), de Mao Tsé-Tung, deu origem à **República Popular da China**, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes socialistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. O país manteve o controle estatal das fábricas e da terra, mas permitiu a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, denominadas Zonas Econômicas Especiais.

Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. Posteriormente, o governo autorizou a propriedade privada em algumas situações e fez maciços investimentos em tecnologia para aperfeiçoar a sua indústria.

Com essas medidas, o país inundou o planeta com seus produtos “made in China”, tornando-se o maior exportador mundial. Se a princípio os produtos chineses eram associados à baixa qualidade, hoje eles já possuem maior valor agregado, como eletroeletrônicos e automóveis. Paralelamente, para suprir sua demanda por alimentos, energia e matérias-primas, a **China** tornou-se um **grande importador de commodities**, como petróleo e minério de ferro.

Com essas ações, a China atrelou seu crescimento à economia de outras nações, firmando parcerias com países da África e da América Latina, incluindo o Brasil. Na crise mundial iniciada em 2008, por exemplo, a queda na demanda chinesa por commodities foi um dos fatores que afetaram a economia brasileira.

Atualmente, o país é a **segunda maior economia do mundo**, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos **Estados Unidos**.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio.

Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA. O fato é que se trata de dois aspectos praticamente indissociáveis: com o poder econômico e a expansão comercial, o país cria uma relação de interdependência com os mercados globais, o que aumenta o seu peso nas principais decisões mundiais.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe na chamada “diplomacia econômica”. Com projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura, o país aposta no poder de sua economia para angariar aliados. É uma forma de estabelecer uma relação na qual os outros países se tornem cada vez mais dependentes do capital chinês. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

O projeto mais ambicioso da China responde pelo nome de “**Nova Rota da Seda**”. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver este projeto de integração eurasiática, a China criou um fundo



com dezenas de bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.



Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular.

A China é uma ditadura que **reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime. O país é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

O atual presidente Xi Jinping já é considerado o homem mais poderoso da China, desde Mao Tsé-Tung. Xi foi reeleito para um segundo mandato presidencial de cinco anos, no período de 2018 a 2023, como chefe da Comissão Militar Central e como secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. O “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Época”, a teoria do presidente sobre o futuro do país, foi incluído na constituição do PCCh e na constituição do país.

Mar do Sul da China

O **Mar do Sul da China** é, atualmente, o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A área é reivindicada pela China, que alega ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. No entanto, além das Filipinas, países como Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.



O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

A disputa foi parar na Corte Permanente de Arbitragem da ONU, que decidiu que a China não tinha base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim não reconheceu e não acatou a decisão.

O país também disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

Taiwan

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país.



Localização da ilha de Taiwan

Antes da chegada ao poder de Mao Tsé-Tung, em 1949, a China era governada pelo Partido Nacionalista, que foi derrotado, tendo os seus líderes fugidos para a ilha de Taiwan, onde fundaram a República da China.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU.

Essa situação durou até 1971, quando a China continental ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan.

Mas esse isolamento político não significa isolamento econômico. Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Contudo, a maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada.

O governo chinês em Pequim tem pressionado militar, econômica e diplomaticamente Taiwan para atingir seu objetivo de longo prazo de "Uma China": um único país unificado, incluindo a ilha. Em outubro de 2021, enviou seu maior número de aviões de guerra para os céus acima do mar a sudoeste da ilha. As manobras começaram no Dia Nacional da China (1º de outubro), feriado em comemoração à fundação da República Popular e momento natural para atos de exibição militar.

Hong Kong

O território de Hong Kong, localizado na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com uma pequena área e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Macau, ex-colônia de Portugal, também detém o status de Região Administrativa Especial da China.



Localização de Hong Kong. Elaboração: G1.

A região passou para o domínio britânico, em 1842, tornando-se um importante centro econômico do Reino Unido no continente asiático. Em 1997, Hong Kong voltou a fazer parte da China, com base **Declaração Conjunta Sino-Britânica** e sob o princípio de "**um país, dois sistemas**".

O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial de Hong Kong, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos.

A região possui um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Hong Kong tem seu próprio sistema legal, seus próprios partidos e direitos que, na China, não existem, como o de liberdade de reunião e liberdade de expressão, garantido no seu documento que tem valor de constituição, a **Lei Básica de Hong Kong**.

Esta "autonomia" é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então tem apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em 2014, frente à insatisfação do povo honconguês com a escolha de seus governantes, a China apoiou a realização de eleições para Hong Kong no mesmo ano, mas só entre um grupo de candidatos que ela mesma escolhesse.

A resposta local foi com grandiosos protestos com a exigência do direito de eleger livremente seu próprio líder. Conhecida como **Movimento Guarda-Chuva**, as manifestações duraram várias semanas e acabaram fracassando sem concessões de Pequim. A utilização dos guarda-chuvas tinha como objetivo se proteger das bombas de gás lançadas pelas forças policiais.

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma **proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental**, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, multidões foram as ruas protestar contra esse projeto de lei e pela renúncia da chefe do executivo local, Carrie Lam. Em agosto de 2019, o governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Em maio de 2020, durante a Assembleia Popular Nacional ou Congresso Nacional do Povo, o maior organismo governamental do legislativo chinês, foi apresentada uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong. O anúncio da lei desencadeou uma nova onda de grandes protestos na região.

A nova lei, já em vigor, endurece o controle, a repressão e estabelece penalidades mais severas para qualquer ação que ameace de maneira grave a segurança nacional, como o separatismo, a subversão, a preparação ou a execução de atividades terroristas, assim como as atividades de forças estrangeiras que constituem uma interferência nos assuntos de Hong Kong. Também prevê autorização para que os organismos vinculados ao governo chinês estabeleçam em Hong Kong escritórios com autoridade em termos de segurança nacional.

O movimento pró-democracia de Hong Kong afirma que a medida abre o caminho para um retrocesso sem precedentes das liberdades locais. Com base nessa lei, ativistas políticos foram presos e estão sendo processados e órgãos de imprensa têm sido alvo de repressão das autoridades chinesas.



6 - Afeganistão – Taliban retoma o poder

O Afeganistão é um país localizado na Ásia central. Faz fronteira com o Paquistão ao sul e ao leste, com o Irã ao oeste, com o Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão ao norte e com China no nordeste. Seu território é montanhoso e o país não possui conexão com o oceano. Veja sua localização na figura abaixo:



Fonte: Nexo Jornal

O Taliban é uma milícia islâmica fundamentalista, da vertente sunita. A maioria de seus membros são pashtuns, o maior grupo étnico do país. O nome Taliban significa “**estudantes**” em pashto, a língua mais falada no Afeganistão.

Suas origens estão na invasão da União Soviética ao Afeganistão, em 1979, quando, para conter o avanço do bloco socialista, os EUA financiaram milícias religiosas islâmicas, denominados **mujahedin**, para combater os invasores. Combatentes deste período fundaram a milícia armada em 1994, que chegou ao poder em 1996, ao conquistar a capital, Cabul.

No poder, o Taliban instituiu um rígido regime, baseado em uma versão radical da **Sharia**, a lei islâmica. As mulheres não tinham permissão para trabalhar ou estudar e deveriam ficar confinadas em casa. Elas só poderiam sair se estivessem acompanhadas de um homem. Era obrigatório o uso da burca, cobrindo todo o corpo, da cabeça aos pés, e mulheres acusadas de adultério eram apedrejadas na rua. O Talibã também proibiu música, filmes, televisão e livros.

O Taliban deu abrigo e proteção à rede terrorista **Al Qaeda**, liderada por **Osama bin Laden**. Ofereceu porções de seu território para o estabelecimento de campos de treinamento para guerrilheiros e refúgio para terroristas do grupo.

Em 11 de setembro de 2001, a Al Qaeda realiza os atentados às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, deixando centenas de mortos e milhares de feridos.

Com a recusa do governo do Taliban em entregar Osama Bin Laden, em resposta aos atentados terroristas, o presidente americano, George W. Bush, com apoio internacional, inicia a chamada “guerra ao terror” e invade o Afeganistão, ainda no ano de 2001.

A ação resultou na derrubada do Taliban, e o grupo passou a agir como insurgente desde então. **Bin Laden foi morto em 2011, no Paquistão, em uma ação de forças especiais dos Estados Unidos**. Mas a ocupação estrangeira foi incapaz de derrotar o grupo, que seguiu controlando regiões do interior do país e enfrentando os americanos.

Em 2020, após 19 anos de conflito armado, os EUA (governo Donald Trump) e o Taliban assinaram um acordo de paz em Doha, no Catar, que estabeleceu a retirada progressiva das tropas norte-americanas do país. Em contrapartida, o Taliban deveria interromper suas conexões com grupos terroristas internacionais e impedir que eles utilizem o Afeganistão para realizar ataques contra os EUA.

A Guerra do Afeganistão foi o mais longo conflito militar em que os EUA estiveram envolvidos. No auge da sua presença, mais de 100 mil militares americanos lutavam no país. Estima-se que morreram no conflito 65 mil membros das forças de segurança afegãs, 3.500 da coalizão dos EUA, 72 mil combatentes do Taliban e aliados e 38 mil civis afegãos. Estima-se também que os Estados Unidos gastaram mais de 2 trilhões de dólares no Afeganistão nos últimos 20 anos. O valor é maior que o PIB do Brasil (câmbio de abril de 2021).

Pelo acordo, a saída total das tropas estava prevista para até 1º de maio de 2021, mas foi adiada para 11 de setembro de 2001, coincidindo com a lembrança simbólica dos 20 anos dos bárbaros atentados terroristas. Por fim, as últimas tropas deixaram o país em 30 de agosto de 2021, encerrando a mais longa guerra dos Estados Unidos.

À medida que as tropas estrangeiras foram deixando o país, o Taliban foi avançando. Em poucos meses, conquistou grande parte do território afegão. O exército nacional ofereceu pouca resistência. No dia 15 de agosto de 2021, chegou na capital, Cabul, e retomou o poder no país.

O retorno do Taliban ao poder levou dezenas de milhares de pessoas a fugirem do Afeganistão. O ex-presidente, Ashraf Ghani, também deixou o país.

No poder, o Taliban declarou que o Afeganistão passa a se chamar **Emirado Islâmico do Afeganistão**, mesmo nome adotado pelo grupo fundamentalista quando assumiu o poder pela primeira vez, em 1996. A lei será a Sharia, sistema jurídico baseado no Alcorão. Mas apresentou um discurso mais moderado, afirmando que



os direitos das mulheres serão respeitados dentro do código religioso, que buscará inserir mulheres no poder e dialogar com outros países de forma diplomática. Contudo, tem perseguido opositores e jornalistas.

A retirada dos Estados Unidos do país mudará completamente a geopolítica do Afeganistão e da região. O **vácuo de poder** deixado pelos americanos no país abre o caminho para China e Rússia ampliarem a sua influência na Ásia Central. A China sinalizou o reconhecimento à tomada de poder pelo Taliban e anunciou que está disposta a manter “relações amistosas” com o grupo, desde que não apoiem de nenhuma forma os separatistas islâmicos uigures de Xingiang, na fronteira com o Afeganistão.

7 – América Latina

O continente americano ou a América se divide em América do Sul, América Central e América do Norte. É uma classificação meramente geográfica.

Já a expressão “**América Latina**” é usada comumente para se referir a todos os países do continente americano com exceção dos Estados Unidos e do Canadá. Contudo, não há nenhuma “lista” oficial de países “latino-americanos” e as diversas fontes de informação divergem um pouco quanto aos países que realmente fariam parte da América Latina.

Porém, aceita-se largamente que a América Latina é composta pelos países da América do Sul, América Central (istmo e ilhas) e México (América do Norte). Nesse espaço geográfico, grande parte da população é falante de línguas latinas, em países ou territórios colonizados por Portugal, Espanha e França.



América Latina



Neste tópico, as bancas costumam cobrar conhecimentos sobre eleições presidenciais e parlamentares, sobre rumores de corrupção em países, relacionados a situações de instabilidade e/ou mudança política e econômica e sobre grandes tragédias, tais como desastres naturais, ambientais e chacinas.

As cobranças mais frequentes são sobre eleições presidenciais, que nos últimos anos levaram a uma virada política na América do Sul, com a ascensão de partidos e presidentes do espectro político da direita ao centro. Na primeira década do século XXI e em parte da segunda década, a centro-esquerda e a esquerda estiveram no poder em grande parte dos países da América do Sul e em parte dos países da América Central, no que ficou conhecida como a “onda vermelha”.

O ano de 2019 foi de eleições na Argentina, Uruguai e Bolívia. Neste ano o Chile, Equador, Peru, Paraguai e Colômbia vivenciaram situações de instabilidade política e/ou social.

Argentina

Há vários anos o país convive com uma série de problemas econômicos e sociais como a inflação elevada, o desequilíbrio das contas públicas, baixas reservas internacionais, escassez de dólares para o pagamento de



importações, desemprego elevado e o aumento da pobreza. Em 2015, Mauricio Macri, de orientação liberal e de centro-direita, foi eleito com a promessa de recuperar a economia argentina e melhoria da condição social. Contudo, ao longo do seu governo a situação econômico-social piorou. O país fechou 2018 e 2019 com crescimento negativo do PIB, em recessão econômica. O desemprego continuou elevado e a pobreza cresceu. A Argentina teve que recorrer, em 2018, a um empréstimo de US\$ 57 bilhões junto ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros.

Diante deste quadro, a oposição peronista despontou como favorita nas eleições presidenciais de 2019 e sagrou-se vencedora. O pleito foi realizado em 27 de outubro de 2019 e o candidato a presidente Alberto Fernández, da Aliança Frente de Todos, do Partido Justicialista (peronista) venceu no primeiro turno. A ex-presidente Cristina Kirchner foi eleita vice-presidente na chapa de Alberto Fernández. Pesam contra ela denúncias, investigações e processos judiciais por corrupção, relativos ao período em que esteve no poder, que atingem também seu círculo político próximo. Alberto Fernández tomou posse em 10/12/2019.

A situação social e econômica continua muito difícil e se agravou com a pandemia de Covid-19. O país foi um dos mais gravemente afetados pelo novo coronavírus.

Uruguai

A Frente Ampla, coalizão de partidos de esquerda, governou o país de 2005 a 2020. Nesse período teve como presidentes Tabaré Vázquez, duas vezes, e José “Pepe” Mujica. A Frente Ampla aprovou no legislativo várias medidas consideradas polêmicas, que dividem opiniões, como a legalização do aborto, o uso recreativo e plantio da maconha para consumo próprio.

Foi um período em que o país conviveu com a estabilidade política, sem grandes escândalos de corrupção. O PIB cresceu continuamente desde 2003, mas passou a crescer menos desde 2015. O Uruguai apresenta bons indicadores sociais.

Contudo, longos períodos no poder geram um desgaste natural. Ao mesmo tempo, questões como segurança e educação tomaram espaço no debate, revelando descontentamentos da população uruguaia. O país registrou recorde no número de homicídios em 2018. Em comparação com o Brasil, a violência no Uruguai é drasticamente menor, mas considerada alta para os padrões dos uruguaios.

O segundo turno das eleições no Uruguai ocorreu em 24 de novembro de 2019, com a vitória de Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla. Lacalle Pou foi empossado como presidente em 01/03/2020 e a sua campanha teve como principais bandeiras a modernização da educação, um enxugamento dos gastos públicos e a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e realizar um maior enfrentamento da criminalidade. A vitória do candidato do Partido Nacional encerrou um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai.

Bolívia

Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), de esquerda, governou o país de 22 de janeiro de 2006 a 10 de novembro de 2019.

Em 2009, uma nova Constituição foi instituída, estabelecendo o mandato presidencial de cinco anos, com uma reeleição. Como a Constituição era nova, a eleição de Evo Morales não entrou na contabilidade como sendo o seu primeiro mandato presidencial. Assim, Evo Morales concorreu a presidente e se elegeu no final



de 2009 e reelegeu-se no final de 2014, sendo este seu segundo mandato, não podendo mais concorrer à reeleição.

Desejando concorrer a um quarto mandato, o governo propôs um referendo para mudar a Constituição, em 2016, para remover as restrições sobre o número de mandatos presidenciais consecutivos no país. A campanha entre o "sim" à emenda, promovida pelo governo, e o "não", promovida pela oposição, foi acirrada, assim como o resultado final: o "não" venceu com 51,3% dos votos, contra 48,7% para o "sim".

Entretanto, o então presidente não desistiu e o seu partido entrou com uma ação no Tribunal Constitucional contra o limite de reeleições, com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo a qual não se pode impedir um cidadão de se candidatar. Em novembro de 2017, o Tribunal decidiu que o limite de dois mandatos presidenciais era "uma violação dos direitos humanos", e autorizou uma nova candidatura do presidente.

Ex-líder cocaleiro, Morales foi o primeiro indígena a chegar ao poder no país. O seu governo foi outro caso de sucesso econômico e social na região. O PIB cresceu a uma média anual de 5% na última década do governo. A pobreza e a desigualdade social reduziram-se expressivamente no país.

A Bolívia é rica em recursos minerais. O governo teve momentos de nacionalismo, com a nacionalização da exploração mineral do gás natural e do petróleo.

As eleições presidenciais e parlamentares ocorreram no dia 20 de outubro de 2019, com a vitória de Evo Morales no primeiro turno, mas o escrutínio foi posto sob questionamento com a suspeita de fraude na apuração dos votos. A oposição contestou o resultado e nos dias seguintes, uma onda de protestos se espalhou por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição.

Diante da grande contestação aos resultados, o governo da Bolívia acertou com a Organização dos Estados Americanos (OEA), a realização de uma auditoria na apuração dos votos e se comprometeu a convocar novas eleições se a entidade encontrasse irregularidades na contagem dos votos. A OEA fez a auditoria e apresentou um relatório preliminar demonstrando várias irregularidades, propondo a anulação da votação, a realização de nova eleição, a destituição dos juízes do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e nomeação de novos juízes. O presidente Evo Morales acatou as recomendações da OEA, convocando novas eleições e destituindo os juízes do Tribunal Eleitoral.

Contudo, os protestos não cessaram e estavam ocorrendo conflitos entre apoiadores do governo e da oposição. Policiais se amotinaram e se negaram a reprimir as manifestações nos departamentos de Cochabamba, Sucre, Santa Cruz e La Paz. Os comandantes da polícia e do exército sugeriram ao presidente que ele renunciasse para pacificar o país. Em 10 de novembro de 2019, Evo Morales renunciou à presidência, vindo a receber asilo político no México, indo posteriormente para a Argentina, que lhe concedeu o status de refugiado.

Renunciaram também toda a linha sucessória do ex-presidente. Diante dessa situação, a segunda vice-presidente do Senado, a opositora Jeanine Añez, se autoproclamou presidente da Bolívia em 12 de novembro, prometendo convocar eleições em até 90 dias. Pouco depois do anúncio, o Tribunal Constitucional da Bolívia reconheceu, em comunicado, o ato da senadora que a proclamou como nova presidente boliviana.



Em dezembro de 2019, a Assembleia Nacional elegeu os novos juízes do Tribunal Supremo Eleitoral. As novas eleições presidenciais, inicialmente marcadas para o dia 3 de maio de 2020, foram adiadas, em função da pandemia do coronavírus. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição.

Realizadas em outubro de 2020, **Luis Arce, do Movimento ao Socialismo**, aliado de Evo Morales, **foi eleito o novo presidente da Bolívia**, vencendo no primeiro turno, com 55% dos votos. A Organização dos Estados Americanos (OEA), uma das principais vozes responsáveis pela anulação da eleição presidencial de 2019, atestou a lisura do pleito e reconheceu a vitória de Arce. **O MAS elegeu também a maioria dos deputados federais, senadores e governadores. O atual presidente foi empossado em 08/11/2020.**

Evo Morales, refugiado na Argentina desde 2019, voltou ao país, com a vitória de Luis Arce.

Chile

Nos meses de outubro e novembro de 2019, o Chile viveu uma situação de agitação social e de violência não registrada desde o retorno da democracia, após a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). O estopim desta crise foi o aumento das passagens do metrô da capital Santiago em 3,75% nos horários de pico, de 800 para 830 pesos, o equivalente a 15 centavos de real.

O aumento ocorreu em 06 de outubro de 2019, a partir daí, estudantes universitários começaram a protestar pulando as catracas para entrar nas plataformas do metrô sem pagar a passagem. A situação se agravou quando os protestos tomaram as ruas da capital chilena, com grandes manifestações populares, com grupos minoritários de manifestantes perpetrando atos de violência, com incêndios em várias estações de metrô e ônibus, saques a supermercados, lojas e farmácias e ataques a centenas de estabelecimentos públicos.

O momento mais marcante aconteceu na noite do dia de 18 de outubro, quando foi queimado um edifício de mais de 20 andares que sediava a maior companhia de energia do país, a Enel.

Em decorrência desses acontecimentos, o presidente chileno, Sebastián Piñera, declarou **estado de emergência**, o que significou o envio de militares para os pontos de protesto, e ordenou **toque de recolher**. Mesmo assim, os protestos continuaram e Piñera foi forçado a ceder, suspendendo o aumento da tarifa do metrô.

No entanto, a medida não fez com que a população parasse de protestar. O aumento das passagens do metrô foi apenas o estopim para que os chilenos aumentassem as suas reivindicações, que refletiam as suas insatisfações com a situação econômica e social no país. Os protestos continuaram e passaram a englobar outras pautas, tais como:

- **Redução da desigualdade social:** o país tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina (0,843, em 2017) e a maior renda per capita (13.481 euros em 2018), o que contrasta com a sua elevada desigualdade, sendo o segundo país mais desigual na distribuição da renda na América Latina, atrás somente do Brasil.
- **Privatização e os altos custos dos serviços básicos, como da eletricidade e da água e do sistema de previdência social:** A partir das reformas realizadas durante o regime militar de Augusto Pinochet (1973-1989), a educação, a saúde e o sistema de aposentadorias passaram a funcionar a partir do mercado privado, ainda que contando com alguns subsídios públicos. O sistema de aposentadorias é um dos pontos de maior insatisfação para os chilenos. Atualmente, os trabalhadores têm que depositar cerca de 12% dos salários em



contas individuais, controladas por instituições privadas. Os aposentados recebem, em média, meio salário mínimo.

- **A elaboração de uma nova Constituição** que substitua o texto atual, feito durante a ditadura militar;

Depois de intensas negociações, Piñera e o Congresso chileno anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados.

Além disso, prometeu realizar uma redução de salários de parlamentares e de funcionários públicos com altos rendimentos, redução no número de parlamentares e um limite no número de vezes para a reeleição legislativa e o aumento dos impostos para os ricos. O estado de emergência foi revogado.

Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em 26 abril de 2020 para decidir mudar ou não a Constituição e que tipo de órgão deve escrever essa nova Constituição: uma “convenção constitucional mista” ou uma “convenção ou assembleia constitucional”. Em função da pandemia do coronavírus, o plebiscito foi adiado.

Realizado no mês de outubro de 2020, quase 80% dos eleitores **votaram a favor da elaboração de um novo texto constitucional**. Também **foi definido que a nova Constituição será redigida por meio de uma convenção constitucional (assembleia constituinte exclusiva)** composta por 155 membros que foram eleitos por votação direta em maio de 2021. **A convenção constitucional terá paridade de gênero e cotas especiais para os membros dos povos originários**.

A eleição foi marcada pelo bom desempenho tanto de candidatos independentes quanto de candidatos de esquerda e centro-esquerda. O setor progressista garantiu uma maioria folgada em comparação com os partidos de direita.

Esse grupo reunido garantiu 118 assentos, equivalentes a 76% das cadeiras em disputa. Ultrapassa com folga, portanto, os dois terços necessários para emplacar mudanças, segundo a regra da Convenção Constitucional. A lista dos candidatos de direita ficou com 37 assentos, equivalente a 24% das cadeiras.

Agora, os constituintes deverão elaborar o texto entre nove e doze meses. Em seguida, a nova constituição precisa ser validada por dois terços da Convenção e, por fim, deve ser aprovada também em referendo popular.

Em dezembro de 2021, o povo chileno elegeu seu novo presidente, **Gabriel Boric**, de esquerda, ex-líder estudantil. Com 35 anos, é o presidente mais novo do Chile. Durante a agitação social que abalou o Chile em outubro de 2019, Boric teve papel protagonista ao firmar o acordo político para convocar o plebiscito para reformar a Constituição herdada da ditadura.

Equador

O país realizou eleições presidenciais em abril de 2021. O conservador de direita Guilherme Lasso, do partido Movimento Político Criando Oportunidades (Creo), se sagrou vencedor, em uma disputa acirrada contra o esquerdista Andrés Arauz.



O principal motivo de sua vitória foi a insatisfação da população com o ex-presidente, Rafael Correa (2007 – 2017), que apoiou Arauz. Muitos destes eleitores não votaram em Lasso no primeiro turno em 7 de fevereiro de 2021 e no segundo turno mudaram de ideia.

O ex-banqueiro e empresário Guilherme Lasso terá na área econômica um de seus principais desafios. O Equador encontra-se em uma situação muito delicada, de severo déficit fiscal, falta liquidez e uma enorme dívida externa, que chega a cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Isso levou, inclusive, seu antecessor, Lenín Moreno, a buscar um empréstimo com o FMI, que injetou US\$ 7,4 bilhões no país.

A pandemia agravou ainda mais a situação econômica do Equador, que teve queda de 7,8% em seu Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2020.

Contudo, Lasso terá pouca margem de manobra, pois seu partido é minoria na Assembleia Nacional, enquanto o de seu oponente conta com a maior bancada. Para ter maioria, terá que fazer acordos políticos com vários partidos representados no Poder Legislativo nacional.

Peru

Desde 2016, quando a empreiteira brasileira Odebrecht começou a cooperar com a operação Lava Jato para revelar esquemas de pagamentos de propinas, a política peruana tem passado por momentos muito conturbados.

A operação revelou que, entre 2005 e 2014, US\$ 29 milhões foram pagos a funcionários do governo peruano para a obtenção de vantagens. Dentre esses funcionários, foram citados os nomes dos 4 últimos presidentes eleitos pelo voto direto em delações, além da líder do principal partido do país. Vejamos:

Alejandro Toledo (2001-2006): preso em julho de 2019, nos Estados Unidos, contra ele pesam acusações de ter recebido US\$ 21 milhões das empreiteiras Odebrecht e Camargo Corrêa em troca da concessão de obras da Rodovia Interoceânica Sul.

Alan García (2006-2011): contra García, pesava a acusação de ter recebido US\$ 7 milhões da Odebrecht para fornecer o contrato das obras no Metrô de Lima. Quando policiais chegaram a sua casa para realizar a prisão preventiva, em abril de 2019, García tentou suicídio, falecendo no hospital pouco depois.

Ollanta Humala (2011-2016): O ex-presidente e sua esposa são investigados por terem recebido uma doação de US\$ 3 milhões da Odebrecht na campanha da eleição de 2011. Humala e sua esposa chegaram a ficar presos preventivamente por nove meses, respondendo atualmente as acusações em liberdade.

Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018): conhecido como PPK, venceu Keiko Fujimori nas eleições de 2016, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, por uma margem pequena de votos. Contra ele pesam acusações de ter recebido US\$ 5 milhões da Odebrecht por supostos serviços de consultoria entre 2004 e 2013 e mais US\$ 300 mil na campanha da eleição de 2011. Renunciou à presidência em março de 2018, em meio a um processo de impeachment. Encontra-se em prisão domiciliar.

Keiko Fujimori: além dos 4 presidentes, a líder do maior partido peruano (Fuerza Popular) e filha do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), passou quase um ano presa, entre 2018 e 2019, por obstrução de justiça. Ela é acusada de ter recebido US\$ 1,2 milhão em fundos ilícitos por parte da Odebrecht em sua campanha para a eleição presidencial em 2011.



Com a renúncia de PPK, assumiu o governo o vice-presidente **Martín Vizcarra**, que implementou medidas de combate a corrupção e de reforma política. No entanto, teve dificuldades de relacionamento com o Legislativo pelo fato de a oposição ser maioria no parlamento e ter sido atingida pelas medidas adotadas por seu governo.

Em setembro de 2019, a situação política, que já era conturbada, se intensificou quando Vizcarra dissolveu o Congresso do Peru, que relutava em votar reformas políticas propostas por ele. O mecanismo de destituição do Congresso e de convocação de novas eleições legislativas está previsto na Constituição do Peru, para casos em que o parlamento não aprove por duas vezes moção de confiança ao governo em exercício, o que acabou ocorrendo.

Em resposta, o Congresso peruano, tentou destituí-lo do cargo e nomeou para seu lugar a vice-presidente Mercedes Aráoz. Como o Congresso já estava dissolvido, Vizcarra considerou que a decisão de o afastar não teve validade. Contando com apoio popular e das forças armadas, o presidente conseguiu se manter no poder e convocou novas eleições legislativas para janeiro de 2020.

As eleições legislativas foram realizadas em 26 de janeiro de 2020, os parlamentares eleitos vão cumprir um mandato tampão até abril de 2021, quando o país elegerá um novo presidente e um novo parlamento. No Peru, desde 2018, as reeleições imediatas são proibidas para todos os cargos. Com isso, os eleitos em 2020 não poderão se candidatar novamente em 2021.

No mês de novembro de 2020, a tensão política no país teve um novo capítulo, quando, **por meio de um impeachment, o Congresso destituiu o presidente Martín Vizcarra**. Seguindo a tendência dos presidentes anteriores, Vizcarra foi denunciado por corrupção, por recebimento de propina de construtoras quando ocupava o cargo de governador regional, em 2014. O ex-presidente nega as acusações e disse ter sido vítima de um golpe.

Para o seu lugar, **o Congresso elegeu o deputado Manuel Merino**. A destituição de Vizcarra gerou grandes protestos no Peru, que foram duramente reprimidos pelo governo de Merino, o que gerou mal-estar nos manifestantes e na política peruana. Sob pressão do presidente do Congresso e da maioria dos parlamentares, **Merino renunciou ao cargo menos de uma semana após ser empossado**. Com isso, **o Congresso do Peru elegeu o deputado Francisco Sagasti como presidente interino do país**. Desta forma, **em menos de um mês, o país teve três presidentes diferentes**.

Em abril de 2021, foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais. Foram para o segundo turno a direitista Keiko Fujimori (Fuerza Popular) e o esquerdista Pedro Castillo (Peru Libre), que foi a grande surpresa das eleições.

Castillo teve apenas 44 mil votos a mais que sua rival, menos de meio por cento, demonstrando a grande polarização política que permeou o segundo turno. Ele também venceu com boa vantagem nas regiões rurais, na Amazônia e no interior do país. Mas perdeu nas regiões economicamente mais desenvolvidas, nas maiores concentrações populacionais e no voto dos peruanos residentes no exterior. Um contraste entre o Peru pobre e rural, historicamente relegado, e um Peru urbano e com melhor condição socioeconômica.

Cuba

A República de Cuba é um país localizado no mar do Caribe, na região da América Central. É o único país socialista das Américas. O Partido Comunista é o único existente em Cuba. Não há eleições democráticas,



liberdade de organização política, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. Os cubanos também enfrentam dificuldades para deixar o país. Seu atual presidente é Miguel Díaz-Canel, o primeiro nascido depois da Revolução Cubana de 1959.



Localização de Cuba. Disponível em: <http://loucosporpraia.com.br/onde-fica-cuba/>

Na década de 1950, no contexto da Guerra Fria, uma guerrilha comandada por Fidel Castro depôs o governo de Fulgêncio Batista, que era apoiado pelos Estados Unidos. Assim, instalou-se na ilha um governo socialista, que contou com grande apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Em reação, os Estados Unidos decretaram um embargo econômico, vigente até os dias atuais, que proíbe não apenas o comércio entre os dois países, mas também que norte-americanos viajem para Cuba. O embargo é condenado pelas ONU e pela grande maioria dos países, pois exerce um grande peso sobre a economia cubana e sufoca seu comércio exterior.

Em 2014, no governo de Barack Obama, Cuba e Estados Unidos anunciaram a retomada das relações diplomáticas após mais de 50 anos de rompimento. Entretanto, o embargo econômico não foi revogado. Cuba foi retirada da lista norte-americana dos países que apoiam o terrorismo. As relações entre os dois países foram formalmente retomadas com a reabertura das embaixadas de Cuba, em Washington, e dos EUA, em Havana.

Com a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA, em 2017, a reaproximação entre os dois países foi congelada e retrocedeu, situação que permanece igual no governo de Joe Biden.

Em abril de 2019, entrou em vigor uma nova Constituição em Cuba, que substituiu a de 1976. Embora apresente algumas mudanças, não alterou estruturalmente o regime político vigente. Cuba continua sendo um país socialista, e o partido comunista é o único reconhecido na ilha. A propriedade privada foi reconhecida, mas com limites. A posse das terras continua sendo uma exclusividade do Estado. Foi proibida a discriminação de pessoas LGBT, considerando que o Estado é laico, e permitida a liberdade de imprensa, mas os meios de comunicação são de "propriedade socialista", jamais privados.

Protestos contra o governo e a Covid-19



O turismo, que gera boa parte das receitas do país, foi diretamente afetado pela pandemia da Covid-19, mergulhando Cuba na sua pior crise econômica em três décadas. Em 2020, o PIB cubano sofreu retração de -11%. O país passa por uma situação de escassez de remédios, longas filas para acesso a alimentos, cortes de energia elétrica e inflação crescente.

Com a propagação da internet na ilha, a partir de 2018, os opositores do regime amplificaram a sua voz e se organizaram melhor. Em julho de 2021, ocorreram os maiores protestos já realizados desde a revolução cubana, do final da década de 1950. Os manifestantes foram às ruas com gritos de "liberdade", "abaixo à ditadura" e "pátria e vida", protestando contra o governo de Miguel Díaz-Canel e a crise econômica que assola o país.

Díaz-Canel culpou o embargo econômico e os Estados Unidos pelas manifestações e pela crise no país, convocando apoiadores a irem às ruas "em defesa da revolução". A internet foi cortada, bem como linhas telefônicas nas regiões onde houve protestos.

Cuba foi o primeiro país da América Latina a ter a sua própria vacina contra a Covid-19, denominada Abdala, que começou a ser aplicada em maio de 2021. O país desenvolve ainda mais cinco outros imunizantes contra o Coronavírus.

Haiti

Localizado no Caribe, o Haiti é o país mais pobre das Américas e figura entre os mais pobres do mundo. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país ocupa a 170ª entre 189 posições.

Sua história é marcada por ditaduras e golpes de Estado. Para piorar, o país situa-se em uma região suscetível a furacões e terremotos. Em 2010, um terremoto devastou o país, deixando cerca de 200 mil mortos e causando enormes prejuízos econômicos. O furacão Matthew, em 2016, também causou mortes aos milhares e danos econômicos.





Localização do Haiti. Disponível em: <http://loucosporpraia.com.br/onde-fica-o-haiti/>

Na ilha de Hispaniola, foi estabelecido o primeiro povoamento das terras americanas descobertas por Colombo, em 1492. A parte ocidental da ilha (Haiti) tornou-se colônia francesa de São Domingos, em 1697.

Utilizando mão de obra escrava africana e sob o domínio colonial francês, apresentou uma produção muito expressiva de açúcar e café para a época, ficando conhecida como “a pérola das Antilhas”. Quase 800.000 escravos chegaram da África, correspondendo a um terço de todo o comércio de escravos do Atlântico.

Resistindo à exploração, os haitianos se revoltaram contra os franceses. A revolta haitiana começou em 1791, com destaque a Toussaint L’Ouverture, ex-escravo e um dos líderes do movimento.

O país conquistou a sua independência no dia 1º de janeiro de 1804, sendo o único país das Américas a conquistar a sua independência a partir de uma rebelião de escravos. Como não era reconhecido como um país independente por sua ex-metrópole, o Haiti não encontrava compradores para seus produtos. Além disso, seus cultivos foram quase dizimados pelas guerras.

O reconhecimento francês veio somente em 1824, mediante o compromisso de uma indenização de 150 mil francos, que só terminou de ser paga mais de 100 anos depois.



Ao longo das décadas seguintes, a nação sofreu uma intervenção militar dos Estados Unidos e vários golpes militares internos. Foi governada por ditadores, resultando na perseguição a opositores e na morte de muitos habitantes.

Desde 1994, a comunidade internacional, liderada pelo governo estadunidense, tem realizado uma série de intervenções no território haitiano para tentar diminuir os conflitos internos e promover a democratização do país.

A principal ação foi a realização da Missão de Estabilização das Nações Unidas (**MINUSTAH**), de 2004 a 2017, na qual o Brasil assumiu papel de liderança. Durante 13 anos, generais brasileiros comandaram um contingente internacional, que chegou a reunir mais de 7.000 militares vindos de 22 países. A missão possibilitou prestígio ao nosso país perante a comunidade internacional, mas, na prática, foi pouco eficiente em fortalecer as instituições haitianas.

Desde a saída da ONU, o Haiti retomou seu ciclo de instabilidade política e institucional, o que mostra que a comunidade internacional não teve êxito em seu principal objetivo, o de firmar as bases de uma democracia estável. O país convive com instabilidades políticas e disputas de gangues, que controlam diferentes áreas do país.

Em meio a esse contexto, no dia 7 de julho de 2021, **o presidente Jovenel Moïse foi assassinado a tiros em sua residência privada**. A autoria do crime tem sido creditada a mercenários colombianos e haitianos, mas ainda não se sabe quem foi o mandante.

Moïse era muito impopular entre os haitianos e tinha diversos oponentes políticos. Desde que assumiu a presidência, em 2017, foi alvo de protestos, somados às acusações, por parte da oposição acusando-o, de autoritarismo e de tentar instalar uma ditadura ao prolongar seu mandato.

Em 2019, o país deveria ter realizado suas eleições parlamentares, mas a falta de acordo as atrasou e Moïse passou a governar por decreto desde então.

Além disso, a oposição alegava que o mandato de Moïse deveria ter terminado em 7 de fevereiro de 2021, cinco anos após a renúncia de seu antecessor, Michel Martelly. Entretanto, a saída desse último foi adiada por um ano, e Moïse insistia que deveria permanecer no poder até 2022, porque só tomou posse em fevereiro de 2017, completando os cinco anos no poder, previstos nas regras do país.

O assassinato do ex-presidente coloca o país em uma nova espiral de instabilidade e de caos. A pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação de pobreza e precariedade econômica. Até a morte de Jovenel, a vacinação não tinha sido iniciada pela falta de imunizantes. As primeiras doses só chegaram por doação na segunda quinzena de julho de 2021.

8 – Venezuela

Hugo Chávez governou a Venezuela de 1999 até sua morte, em 2013. No seu governo, ele aplicou políticas estatizantes e antiliberais, especialmente após 2005, quando declarou seu apoio ao que chamou de



“Socialismo do século XXI”. Apesar de governar por eleições regulares, sofreu uma tentativa de golpe de Estado em 2002.

No poder, Chávez colocou em prática o que chamou de “**Revolução Bolivariana**”, em referência a Simón Bolívar (1783-1830), herói da independência na América do Sul. Entre as medidas de maior impacto de sua gestão, destacam-se a regulamentação da reforma agrária, o fortalecimento da empresa estatal de petróleo, a PDVSA, restringindo a participação de multinacionais na exploração do óleo, e a estatização de setores considerados estratégicos na economia, como energia elétrica e telecomunicações.

Na área social, ampliou o acesso à saúde, à educação e à habitação para as camadas mais pobres. Essas ações, somadas a uma ampla rede de proteção, que garantiu comida, medicamentos e itens básicos por meio de subsídios e controle de preços, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza de 49% para 27% da população, entre 1999 e 2012. Nesse período, a renda per capita saltou de 4.105 dólares para 10.810 dólares por ano. A Venezuela tornou-se o país menos desigual da América Latina.

O paradoxo é que, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais e a pobreza diminuía, a violência aumentava. Na atualidade, a Venezuela é um dos países com os maiores índices de violência da América Latina.

Boa parte dos avanços sociais foi financiada com a bonança do petróleo, cujo valor atingira preços recordes no período. As receitas com as exportações do produto também foram fundamentais para que a Venezuela projetasse sua influência internacionalmente, liderando um conjunto de países na América Latina que compartilhavam valores em comum, como a proposta estatizante da economia e a oposição à ingerência dos Estados Unidos na região, como a Bolívia, Nicarágua e Cuba.

Chávez foi um árduo antagonista da influência norte-americana na região. O seu governo caracterizou-se por manter relações hostis com os Estados Unidos, a ponto de ambos os países retirarem seus embaixadores das respectivas capitais em 2010. A relação hostil com os norte-americanos prossegue com o presidente sucessor de Hugo Chávez.

No entanto, as conquistas sociais da Era Chávez foram ofuscadas por uma condução política autoritária, marcada por uma série de medidas de concentração de poder. Respalado por uma bancada favorável no Congresso, Chávez conseguiu aprovar leis que fortaleceram o Poder Executivo e permitiram a reeleição por tempo indeterminado. Além disso, foi acusado de cooptar o Judiciário para ratificar suas medidas e perseguir a oposição. Embora não seja caracterizada como uma ditadura, já que havia eleições livres e justas, a Venezuela tampouco poderia ser considerada uma democracia plena.

Com a morte de Chávez, nova eleição foi realizada na Venezuela, em 2013. Nicolás Maduro, candidato do governista PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela, venceu em uma disputa acirrada. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

Na atualidade, a Venezuela enfrenta uma **grave crise econômica, marcada pela alta inflação, recessão e escassez de alimentos**. Essa situação demonstra que a situação socioeconômica do país regrediu significativamente em poucos anos. Especialistas apontam como causas a **excessiva dependência do país do petróleo** e a **política de controle de preços**. A oposição culpa a corrupção e a má gestão do governo de Nicolás Maduro pela atual situação do país.



O petróleo responde por 96% das receitas de exportação da Venezuela. Quando Hugo Chávez assumiu a presidência, o valor do barril estava em 10,75 dólares. Em 2008, durante o auge do chavismo (uma alusão a era Chávez e como são chamados os seus seguidores – chavismo/chavistas), o barril chegou a superar os 120 dólares. Nos anos subsequentes, o seu valor caiu significativamente, recuperando em boa parte a sua cotação a partir de 2017. Porém a produção e a exportação de petróleo conheceram uma significativa queda nos últimos anos. Ou seja, o barril pode ter recuperado o seu preço, entretanto a grande queda nas exportações faz com que as receitas obtidas com a venda do óleo sejam muito menores.

Com menos recursos provenientes das receitas do petróleo, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Se a economia fosse mais diversificada, o país não ficaria tão vulnerável à flutuação do preço do petróleo.

Uma outra ação tomada desde o período do governo Chávez impediu o desenvolvimento de um setor empresarial mais dinâmico: o **controle de preços**. Adotado inicialmente como medida paliativa para conter a inflação e garantir que a população mais pobre tivesse acesso a produtos essenciais, o congelamento se prolongou por muitos anos sem resolver o problema. Pior: a medida acabou desestimulando os investimentos da iniciativa privada, uma vez que, em muitas situações, os itens acabavam sendo vendidos a preços inferiores ao custo de produção. Consequentemente, os produtos sumiram das prateleiras, gerando a atual crise de abastecimento.

O controle do Estado sobre o câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo inicial de impedir a fuga de dólares do país e controlar a inflação, também desestruturou a economia. Esse complexo sistema funciona assim: o governo mantém duas taxas de câmbio, uma delas com a cotação do dólar mais barata para ser utilizada apenas na importação de insumos de primeira necessidade. O problema é que boa parte desses dólares é desviada ilegalmente por militares e membros do governo, que os revendem no mercado paralelo, cuja cotação é dezenas de vezes maior que o câmbio oficial. Essa medida não apenas alimenta a corrupção, como provoca uma escassez de moeda estrangeira que deveria ser utilizada para as importações e para os investimentos do setor produtivo, agravando o problema de abastecimento.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos. O presidente também culpa os Estados Unidos, cujo governo declarou, em 2015, que a Venezuela representa uma “ameaça à segurança nacional e à política externa” do país. No entender de Maduro, essa é uma forma de os norte-americanos pressionarem investidores estrangeiros a desistir da Venezuela e impedir que bancos internacionais concedam empréstimos ao país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a inflação chegará à casa dos 10.000.000% no ano de 2019. Isso mesmo pessoal, a altíssima inflação na Venezuela chegou na estratosfera.

A crise política entre governo e oposição

Durante o governo de Hugo Chávez, a oposição sofreu sucessivas derrotas eleitorais. No entanto, foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional (AN) realizadas em dezembro de 2015. Reunida na coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), a oposição é formada por partidos de direita, de centro e de centro-esquerda. Desde a Constituição de 1999, aprovada no primeiro ano do governo Chávez, o parlamento é unicameral. O Senado Federal foi extinto.



Em abril de 2017, o presidente Nicolás Maduro assinou decreto convocando uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), para “reformular o Estado e redigir uma nova Constituição”. A oposição fez várias críticas à forma como a Constituinte foi convocada e ao sistema de escolha dos deputados, decidindo não participar do processo eleitoral, nem da ANC.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas no dia 30 de julho de 2017. A composição é de 545 membros. A metade foi eleita por eleitores de segmentos representativos de sindicatos, comunas, missões e movimentos sociais. A outra metade dos membros foi eleita por eleitores de municípios e territórios. Todos os constituintes estão alinhados ou têm proximidade com o Chavismo e com o governo de Maduro.

Conforme a sua constituição, os demais poderes se subordinam à ANC. Os Poderes Executivo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão aceitaram a subordinação. O Poder Legislativo negou-se a subordinar-se à Assembleia Constituinte.

Em agosto de 2017, a Assembleia Constituinte aprovou um decreto em que assumiu o poder de aprovar leis, usurpando as competências da Assembleia Nacional, que tem maioria de oposição. Com isso, há dois poderes legislativos na Venezuela, um de maioria governista, a Assembleia Constituinte, e outro, de maioria oposicionista, a Assembleia Nacional.

Em maio de 2018 foram realizadas eleições presidenciais. Líderes da Mesa da Unidade Democrática e outros membros da oposição não puderam candidatar-se às eleições por causa de procedimentos administrativos e legais que os deixaram de fora do processo eleitoral. Os principais partidos de oposição foram desqualificados pelo Conselho Nacional Eleitoral. Diante dessa situação, a opositora Mesa da Unidade Democrática decidiu boicotar as eleições. Um dos partidos integrantes da MUD, a Ação Popular (AP) decidiu participar das eleições.

Nicolás Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos válidos. Henri Falcón (AP) recebeu 21% e Javier Bertucci (político sem partido) 10,3%. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar. Diversos países do mundo e organismos internacionais não reconheceram o pleito, nem a reeleição de Maduro.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse novo mandato **não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima**. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também declarou, no dia da posse, que não reconhece mais o governo de Maduro.

O Grupo de Lima foi criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do **Brasil** e do Peru, mais 11 países integram o grupo – Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá e Paraguai. O México, agora sob o governo de esquerda de Andrés Manuel López Obrador, se absteve da decisão de não reconhecer o novo mandato de Nicolás Maduro.

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo de estabelecer um governo de transição e organizar eleições livres. Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram **Juan Guaidó** como **presidente interino (encarregado) da Venezuela**,



entre eles Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Japão, Espanha, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, França, Áustria, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Ucrânia e Austrália. De outro lado, por volta de 15 países reconhecem o governo de Maduro, entre eles Rússia, Cuba, México, Bolívia, Nicarágua, Suriname, Turquia, China e Irã.

A Assembleia Nacional da Venezuela declarou Nicolás Maduro "usurpador" do cargo de presidente da república. Na prática, isso significa que a Assembleia considera como "juridicamente ineficaz" a Presidência exercida por Maduro. Além disso, os atos do Poder Executivo venezuelano foram anulados. Em seguida, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ, que é governista) considerou "nulos" todos os atos aprovados pelo Parlamento.

Protestos

O governo de Maduro enfrenta protestos desde seu início e responde violentamente.

Como não surtem o efeito desejado e são violentamente reprimidos, a população passou a boicotar ainda mais os processos eleitorais, como as eleições para prefeito (nas quais muitos partidos foram proibidos de concorrer) e para vereador em dezembro de 2018.

9 – Pandemia de Covid-19

Em dezembro de 2019, uma pneumonia de causas desconhecidas começou a se espalhar por **Wuhan**, uma metrópole da região central da **China** com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei. Por meio de estudos, descobriu-se que os sintomas eram causados por um novo tipo de **coronavírus**.

O novo vírus se espalhou rapidamente por países e continentes, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar uma situação de **pandemia** global. A definição de pandemia é usada quando uma doença não se restringe apenas a uma região específica, mas sim por todo o globo.

Descobertos na década de 1960, os **coronavírus são uma grande família viral e recebem esse nome por causa de pequenos espinhos que possuem na superfície, que lembram uma coroa**. Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos.

O novo coronavírus foi denominado **SARS-CoV-2**. A doença que ele causa foi denominada **Covid-19**. A nomenclatura segue diretrizes internacionais que pedem para não se fazer referência a uma localização geográfica, a um animal, a um indivíduo ou a um grupo de pessoas. As regras pedem também que o nome seja pronunciável e que estabeleçam alguma relação com a doença causada pelo vírus.

Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a **SARS-CoV** e **MERS-CoV**. Entre 2002 e 2003, o surto de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), causado pelo coronavírus SARS-CoV, foi responsável pela morte de quase 800 pessoas e se espalhou por 37 países, tendo iniciado também na China. Em 2012, um coronavírus distinto foi detectado como sendo responsável pela Síndrome



Respiratória do Oriente Médio, ou Mers. A doença foi inicialmente identificada na Arábia Saudita e se espalhou depois para outros países da região.

Os surtos relacionados a coronavírus geralmente têm origem em animais infectados. A suspeita mais provável é de que o novo vírus tenha sido transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como os morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais vivos, em Wuhan. Na sequência, passou a ser transmitido de humano para humano.

Foram identificados os seguintes **sintomas** nas pessoas com **Covid-19**: febre, tosse (geralmente seca), dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar, falta de ar e perda de paladar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Algumas pessoas infectadas pelo vírus podem não apresentar sintomas ou apresentar sintomas discretos. A maioria das pessoas infectadas (cerca de 80%) se recupera da doença sem precisar de tratamento especial. Cerca de uma em cada seis pessoas com Covid-19 pode desenvolver a doença em sua forma mais grave.

Pessoas idosas e/ou com comorbidades, ou seja, outras doenças associadas como, por exemplo: pressão alta, problemas cardíacos, diabetes e pessoas em tratamento para câncer têm maior probabilidade de desenvolver doença respiratória grave.

9.1 Pesquisas de remédios e vacinas

A OMS coordena o projeto **Solidarity** (Solidariedade), com o objetivo de encontrar um tratamento eficaz para casos mais sérios de Covid-19. O projeto conta com a participação de dezenas de países no desenvolvimento dos ensaios clínicos com pacientes hospitalizados.

Não há um medicamento específico para combater o vírus. O tratamento é feito combatendo os sintomas, enquanto o próprio corpo se cura da infecção. Pacientes com quadros mais graves da síndrome aguda respiratória podem precisar ficar internados em UTIs de hospitais e serem entubados, ou seja, respirarem com ajuda de um ventilador mecânico.

Dentre os fármacos em estudo e que foram empregados contra o novo coronavírus, foi objeto de destaque e polêmica a **hidroxicloroquina**, mas não há comprovação de eficácia contra a covid-19. Sucessivos estudos e pesquisas descartaram a cloroquina e a hidroxicloroquina como tendo algum tipo de ação contra a covid-19.

Após algumas idas e vindas, a Organização Mundial da Saúde encerrou os estudos para determinar se a hidroxicloroquina ajuda ou não os pacientes com Covid-19, já que o medicamento não demonstrou efeitos significativos na redução da mortalidade dos pacientes hospitalizados.

Em janeiro de 2021, o médico francês Didier Raoult, que pioneiramente propôs o uso da cloroquina como uma opção no tratamento da doença do novo coronavírus, admitiu a inutilidade do remédio para esse tipo de tratamento.

Durante os primeiros meses de pandemia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, defenderam enfaticamente o uso da cloroquina para o tratamento do Covid-19.



Sem o respaldo científico, Trump deixou de se pronunciar sobre o tema e o presidente brasileiro passou a se pronunciar menos a respeito do fármaco.

Outro medicamento bastante citado foi o **remdesivir**. Alguns estudos mostraram benefícios do medicamento, que teve seu uso temporariamente autorizado nos Estados Unidos e na Europa, enquanto eram pesquisados dados sobre sua eficácia. Contudo, segundo a OMS e o ensaio Solidarity, também não demonstrou efeitos significativos na redução da mortalidade dos pacientes hospitalizados. Apesar disso, a Anvisa liberou o antiviral para tratamento da Covid-19.

A **dexametasona** foi apontada pela OMS como um medicamento capaz de reduzir a mortalidade dos pacientes em estado grave, mas que deve ser utilizado somente para pacientes nesses casos. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não se pronunciou sobre o fármaco.

Também são frequentemente apontados como medicamentos a **ivermectina** e a **azitromicina**. Ambos não possuem consenso científico e o seu uso não foi indicado pela OMS e nem pela Anvisa.

Vacinas contra o vírus

A velocidade do processo de busca de uma vacina para a Covid-19 superou tudo o que já foi visto até hoje na área de desenvolvimento de imunizantes, normalmente um processo demorado e trabalhoso, que envolve várias rodadas de testes em animais e avaliações de toxicidade antes das três fases obrigatórias de testes com pessoas.

Naturalmente, os países desenvolvidos foram os que largaram na frente no desenvolvimento e aprovação de vacinas foram, já que contam com fortes instituições e investimentos em pesquisa e tecnologia na área da saúde. A produção de vacinas ocorre de forma desigual no planeta, concentrada em poucos países, sobretudo os desenvolvidos. Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Alemanha e Reino Unido lideram a produção de vacinas.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar uma vacina contra a Covid-19, batizada de **Sputnik V**, mas a decisão foi questionada por muitos cientistas, já que foi registrada antes da conclusão da "Fase 3" do estudo, que envolve milhares de pessoas, em que se busca comprovar que a vacina experimental é segura e eficaz na imunização.

Entretanto, foi no Reino Unido que uma vacina com estudos concluídos foi oficialmente aplicada pela primeira vez. No dia 8 de dezembro de 2020, Margaret Keenan, uma senhora de 90 anos, foi a primeira a receber a dose da vacina contra a Covid-19, **desenvolvida pela farmacêutica norte-americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech**. Até o momento em que este texto foi escrito, a OMS aprovou os seguintes imunizantes para uso emergencial:

- **Pfizer/BioNTech;**
- **Covishield:** desenvolvida pela farmacêutica anglo-sueca AstraZeneca, com a Universidade de Oxford, da Inglaterra;
- **Janssen:** desenvolvida pela norte-americana Johnson & Johnson, é a única vacina aplicada em apenas uma dose;
- **Moderna:** imunizante da farmacêutica norte-americana Moderna;



- **Sinopharm:** produzida pelo laboratório chinês Sinopharm; e
- **CoronaVac:** desenvolvida pela chinesa Sinovac Biotech.

Cuba foi o primeiro país latino-americano a desenvolver o seu próprio imunizante, a vacina **Abdala**.

Assim como a produção de vacinas, o processo de vacinação também ocorre de forma desigual no mundo, concentrado nos países desenvolvidos que possuem expressiva produção ou poder de compra.

Os países que mais aplicaram doses (em números absolutos) até o momento foram, respectivamente, China, Índia, Estados Unidos, Brasil, Alemanha e Japão (agosto de 2021).

Isso não significa que o Brasil esteja com um programa nacional adiantando, já que, por ter uma população muito grande, de 211 milhões de pessoas, a nação conseqüentemente imuniza mais pessoas em relação a países menos populosos.

Isso é possível de se notar quando analisamos a porcentagem da população totalmente vacinada em cada nação. Neste quesito, o Brasil tinha 19% das pessoas totalmente imunizada contra a Covid-19, de acordo com dados do dia 03 de agosto. **De acordo com essa métrica, os cinco países que mais vacinaram sua população são Canadá, Reino Unido, Espanha, Itália e França (agosto de 2021).**

Para melhor distribuir as vacinas no mundo, a OMS coordena a **Aliança Covax Facility**, uma coalizão universal que visa acelerar o desenvolvimento de vacinas e garantir um acesso equitativo às doses contra a Covid-19, levando-as sobretudo a nações mais pobres. No entanto, a iniciativa enfrenta dificuldades como a escassez de recursos e atrasos na produção. Acordos bilaterais entre países ricos e farmacêuticas também são outro desafio ao projeto.

No Brasil, a vacinação começou em janeiro de 2021, com a vacinação da enfermeira Mônica Calazans, 54 anos, com a CoronaVac, desenvolvida pela SinoVac em parceria com o Instituto Butantan, do governo do Estado de São Paulo. **Até o momento, a Anvisa aprovou quatro vacinas para uso no Brasil: AstraZeneca, CoronaVac, Pfizer e Janssen.** Além da fabricação da CoronaVac, o Instituto Butantan está desenvolvendo a vacina ButanVac, de tecnologia nacional e do Instituto Mount Sinai (EUA). **A vacina mais utilizada no Brasil é a AstraZeneca/Oxford**, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do governo federal, por meio de acordo com a farmacêutica anglo-sueca.

A Anvisa também aprovou, sob condições especiais, a importação da Covaxin, **da fabricante indiana Bharat Biotech, e da Sputnik V**, mas essas duas ainda não estão sendo utilizadas no país.

Crescimento dos movimentos antivacina

Os grupos antivacina não são novos, mas a pandemia contribuiu para torná-lo visíveis novamente. O movimento nasceu nos Estados Unidos, no fim da década de 90, a partir de um estudo fraudado pelo médico Andrew Wakefield, relacionando a vacina tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, com o autismo. Anos depois, o médico foi processado por fraude, conspiração e teve a licença cassada.

O movimento chegou a influenciar na cobertura vacinal de 2019 contra sarampo no mundo todo, inclusive no Brasil. Em 2019, a Organização Mundial da Saúde considerou a rejeição à imunização como uma das



principais ameaça sanitárias, quando o número de casos de sarampo triplicou em relação ao ano anterior, em grande parte motivado pela baixa cobertura vacinal contra a doença.

Agora, enquanto a maioria dos países realiza suas campanhas de vacinação contra a Covid-19, o movimento antivacina voltou à tona, baseado na disseminação de informações falsas e teorias conspiratórias sobre imunizantes, sobretudo pelas redes sociais.

As vacinas são a forma mais eficaz, senão a única, de frear a pandemia da Covid-19. Vacinar-se é uma decisão pessoal, mas que têm consequências para toda a população. Porque cada imunização afeta às demais pessoas ao redor e, portanto, quem pode ser vacinado tem uma grande responsabilidade com a comunidade. A explicação está no conceito epidemiológico da imunidade em grupo.

Para estimular a população a se vacinar, diversos órgãos governamentais e até empresas privadas têm oferecido uma forma de benefício às pessoas que se imunizarem.

9.2 Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus

Como medida de proteção, vários países adotaram medidas restritivas contra a disseminação do vírus, por meio do distanciamento social, isolamento, quarentena e lockdown. Alguns adotaram medidas mais brandas, outros, mais restritivas. Pensando na escala de risco para serem adotados, do menor para o maior, os regimes são classificados nesta ordem: distanciamento social, isolamento, quarentena e lockdown.

Vamos entender o que significam esses termos:

Distanciamento social: O distanciamento social busca, de forma voluntária, restringir a aproximação entre as pessoas como forma de controlar a disseminação da doença. Nessa fase, escolas e comércio podem fechar e eventos podem ser cancelados, mas não há aplicação de multa ou detenções para quem não seguir o distanciamento social. Praticamente todos os países que registraram casos de Covid-19 adotaram medidas de distanciamento social.

Isolamento: O isolamento também é uma medida não obrigatória para restringir a propagação do vírus. Esse distanciamento pode ser mais brando ou mais extremo, dependendo do contexto.

O **isolamento vertical** é mais brando, destinado somente a pessoas dos grupos de risco, enquanto o resto da população vive normalmente, seguindo os protocolos de higiene e distanciamento social. Apesar de representar danos menores à economia, não é tão efetivo no combate à doença.

Já o **isolamento horizontal** atinge toda a população. Envolve o fechamento de estabelecimentos, a proibição de aglomerações e a paralisação da maior parte da atividade econômica considerada “não essencial”. A população é aconselhada a ficar em casa e sair somente para o essencial. Essa estratégia é mais eficiente em combater a propagação do vírus, mas pode causar maiores impactos na economia.

O isolamento também foi adotado para aquelas pessoas que tiveram contato com alguém infectado ou para quem estava esperando o resultado de testes que confirmassem ou negassem a contaminação pelo novo coronavírus.



Quarentena: A quarentena é uma medida obrigatória, estabelecida pelas autoridades (em escala municipal, estadual ou federal), na qual todos os estabelecimentos não essenciais são fechados. O intuito da quarentena é restringir a circulação de pessoas que foram ou podem ter sido expostas ao vírus, para diminuir a sua velocidade de transmissão.

Lockdown: O lockdown é uma paralisação total dos fluxos e deslocamentos, exceto os essenciais, imposto por um decreto, lei ou decisão judicial. A circulação de carros e pessoas também é reduzida, sendo autorizada apenas a saída de casa para a compra de alimentos, medicamentos e transporte de indivíduos para hospitais. Nesta etapa, o governo pode usar as forças policiais e aplicar multas e detenções para quem desrespeitar a medida.

9.3 O alcance mundial da doença

O coronavírus demonstrou ter uma contaminação extremamente veloz. No mundo globalizado em que vivemos, com o grande fluxo de pessoas que circulam pelo nosso planeta por meio das redes de transportes, sobretudo o transporte aéreo, as doenças podem espalhar-se rapidamente pelos países e continentes.

A posição que a China possui atualmente no cenário econômico e político internacional faz com que determinadas doenças que apareçam no país tenham um potencial de contágio ainda maior. Muitos chineses estão a todo momento viajando pelo interior do país e para fora do país, da mesma maneira que muitas pessoas diariamente entram em território chinês.

Esses fatores fizeram com que tenham sido registrados casos de coronavírus em quase todos países do mundo, em todos os continentes. **Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês.** No momento em que este texto foi escrito, os **Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas infectadas e com o maior número de mortes.**

O Brasil é o segundo país com o maior número de mortes e o terceiro com o maior número de casos. São Paulo foi o estado mais atingido, com o maior número de mortes e de infectados. O primeiro caso em território nacional foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, proveniente de um homem de 61 anos, que esteve na Itália alguns dias antes, mais especificamente na região da Lombardia - um dos epicentros da crise na Itália, que também foi severamente atingida pela doença.

Como forma de conter a disseminação do vírus, muitos países fecharam temporariamente suas fronteiras e proibiram grande parte dos voos nacionais e a entrada de estrangeiros.

A União Europeia fechou todas as fronteiras do continente, e alguns países fecharam suas fronteiras internas também. Trata-se de uma medida dura no continente que simboliza o espírito da globalização e das fronteiras abertas, com o trânsito livre de pessoas.

Manifestações populares contra o lockdown e outras medidas de prevenção impostas para tentar conter a pandemia de Covid-19 foram registradas em várias cidades europeias, nos Estados Unidos e também no Brasil. Os manifestantes contestam as restrições e criticam o que consideram um ataque às liberdades públicas, denunciam o uso de máscaras de proteção e as restrições de movimento impostas após o confinamento.



9.4 Impactos econômicos

A pandemia de coronavírus, inicialmente, uma crise sanitária, desencadeou também uma crise econômica global. Com a paralisação das atividades econômicas, muitas empresas reduziram a sua produção. As exportações e as importações diminuíram e as pessoas, no geral, passaram a consumir menos produtos e serviços. Isso gerou desemprego, fechamento de empresas e a desvalorização de ações, provocando abalos nos mercados mundiais, nas cadeias globais de suprimentos e na atividade econômica como um todo, encaminhando o ano de 2020 para uma grande recessão global.

O Banco Mundial divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) global teve queda de 5,2% em 2020. Porém, o banco projeta uma forte recuperação econômica global em 2021. O PIB deve crescer 5,6% em 2021, o maior crescimento anual dos últimos 80 anos. O PIB do Brasil registrou queda de 4,1% em 2020. Antes da deflagração da pandemia, a expectativa era de alta de 2,2%. Foi o pior desempenho econômico desde o ano de 1996. A recessão econômica fez com que governos e bancos centrais de todo o mundo liberassem grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio para as economias nacionais, que sofreram com a pandemia de coronavírus. No Brasil, a principal medida foi o **auxílio emergencial**, um auxílio mensal de R\$ 600 a trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEIs) por cinco meses. O auxílio recebeu mais uma rodada em 2021, mas com uma abrangência e valores bem menores.



QUESTÕES COMENTADAS



(QUADRIX/CREFONO 4ª REGIÃO/2021 – FONOAUDIÓLOGO FISCAL) Tudo indica que o que foi dito em relação ao século XX – “uma era dos extremos” – também se aplica às duas primeiras décadas do século XXI. As mudanças se processam com extrema rapidez e convivem com um extraordinário avanço científico e com exemplos dramáticos de intolerância, desigualdade e fanatismo. Relativamente ao cenário mundial da atualidade, julgue os itens a seguir.

1. A denominada globalização resulta de um processo histórico que atravessa séculos, cujo início pode ser identificado na expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna (séculos XV e XVI).

COMENTÁRIOS:

A globalização pode ser entendida como o processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta.

Os primeiros passos rumo à conformação de um mercado mundial e de uma economia global remontam aos séculos XV e XVI, início da Idade Moderna, com a expansão comercial e marítima europeia. A chegada de Cristóvão Colombo à América, em 1492, deu início ao que alguns historiadores chamam de primeira globalização.

Gabarito: Certo

2. A partir da Revolução Industrial, o moderno capitalismo se disseminou pelo mundo afora e, impulsionado pela corrida imperialista, foi moldando o mundo aos seus interesses e às suas necessidades, gerando o que hoje é chamado de globalização.

COMENTÁRIOS:

A Revolução Industrial criou as bases para que mais tarde o capitalismo se estabelecesse como o sistema econômico dominante em praticamente todo o planeta.

As inovações tecnológicas da Revolução Industrial aumentaram a produção fabril, o que gerou a necessidade de novos mercados consumidores para esses produtos e uma corrida por matérias-primas.

A corrida imperialista, ou imperialismo, período no qual as grandes nações europeias lançaram-se na colonização de territórios da África e da Ásia em busca de matérias-primas e novos mercados consumidores, consolidou ainda mais o capitalismo.



Esses processos também contribuíram com a globalização, na medida em que interligaram distantes regiões do globo.

Gabarito: Certo

3. Entre as principais características da ordem global dos dias atuais, avulta a grande circulação de capitais, mercadorias e pessoas, diluindo, em certa medida, o antigo conceito de fronteiras nacionais.

COMENTÁRIOS:

A ordem econômica e política global atual tem como um de seus pilares a ideia de globalização, marcada pela livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas, diluindo, figurativamente, o conceito de fronteiras nacionais. Diz-se figurativamente, pois as fronteiras ainda continuam existindo, mas a ideia de formação dos blocos econômicos tem como um de seus objetivos finais a diluição das fronteiras nacionais, a exemplo do que ocorre na União Europeia, onde praticamente não há controle de fronteiras entre os países do bloco.

É importante destacar também que essa noção tem sido muito contestada na atualidade, com países estabelecendo políticas antiglobalização, protecionistas e nacionalistas.

Gabarito: Certo

4. Há consenso de que o domínio do conhecimento é essencial nesta ordem global, o que explica a fundamental importância da ciência e da tecnologia no presente estágio da economia mundial.

COMENTÁRIOS:

O domínio do conhecimento é essencial na ordem global atual. O conhecimento é fundamental para o desenvolvimento tecnológico, que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento econômico e militar de um país. Não é por acaso que os países mais desenvolvidos e com maior PIB são aqueles onde há maior produção de conhecimento, mais pesquisa e investimentos na ciência.

Gabarito: Certo

5. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) O termo globalização gera intenso debate quanto ao seu significado e suas características centrais. Em meio a essa acalorada discussão, no entanto, foi possível chegar a alguns consensos e um deles refere-se ao fato de que, apesar de a globalização ser um fenômeno mundial, seus impactos são locais e regionais, impulsionando mudanças que se desenvolvem de diferentes formas e com intensidade variada.

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

A globalização como um fenômeno mundial, mas de rebatimentos locais e regionais, tem como consequências

- A) o pleno emprego e o crescimento econômico, com a minimização das desigualdades.
- B) a competitividade e o consumo, com a geração de maiores danos ao meio ambiente.



- C) o atraso tecnológico e maior fluidez nas comunicações internas.
- D) a alimentação mais natural e saudável e o surgimento de muitos vírus com mais poder de contágio.
- E) o fechamento dos países ao investimento externo e o bloqueio econômico.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Pleno emprego não é algo comum no capitalismo. As desigualdades sociais e entre países aumentaram na globalização. A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.

b) Correto. A abertura dos mercados e sua interconexão, promovidos pela globalização, aumentou a competitividade entre os países, uma vez que o mercado passou a ser global, e não mais local ou regional. Com isso, o desenvolvimento tecnológico e a inovação se intensificaram, aumentando a competitividade entre empresas e países.

A expansão dos mercados e a evolução nas telecomunicações e nos transportes intensificou o comércio global, conseqüentemente, também intensificou o consumo.

Nesta corrida por maiores resultados, intensificaram-se os danos ao meio ambiente. Uma das principais problemáticas relacionadas à globalização é a existência de uma legislação ambiental ainda deficiente, limitada e pouco rígida em muitos países. Dessa forma, empresas multinacionais buscam instalar filiais em países que apresentam suas legislações ambientais mais brandas, de modo a otimizar sua produção. Isso ocorre geralmente nos países subdesenvolvidos.

c) Incorreto. A globalização promoveu um rápido e intenso desenvolvimento tecnológico, sobretudo na área das telecomunicações e dos transportes, o que propiciou maior fluidez nas comunicações, tanto internas, quanto globais.

d) Incorreto. Atrélado à globalização, ocorreu um grande desenvolvimento no setor de biotecnologia, com destaque para o desenvolvimento de pesticidas agrícolas (também chamados de agrotóxicos) e de alimentos transgênicos. A disseminação destes produtos pelo mundo, visando o aumento da produtividade agrícola, tornou a alimentação menos natural e saudável. Verifica-se também uma grande disseminação dos alimentos industrializados, como os embutidos e enlatados, e dos *fast foods*.

A segunda parte da alternativa está correta. Pelo fato de intensificar os deslocamentos entre países e as migrações, a globalização tende a ocasionar surgimento de muitos vírus com mais poder de contágio. A disseminação do coronavírus Sars-Cov-2, vírus da Covid-19, se deu de forma muito acelerada devido a esse aspecto do mundo globalizado. Tanto é que, para conter a disseminação do vírus, muitos países fecharam suas fronteiras.

e) Incorreto. Um dos pilares da globalização é defesa de uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia. Nesse sentido, os países passaram a receber muitos investimentos externos, sobretudo das multinacionais.

Gabarito: B



6. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) A formação de blocos regionais que surgiram através da integração econômica se caracteriza, na verdade, como um processo, o qual, normalmente, se distingue por várias etapas. Quando tais etapas são projetadas para o âmbito social e político dão à formação do bloco a característica de união total. Internet: <trilhante.com.br> (com adaptações).

Acerca da formação e da integração econômica dos blocos regionais, assinale a opção correta.

- A) Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.
- B) A finalidade é sempre chegar a uma união aduaneira, último estágio da formação de um bloco, que permite a circulação de produtos, pessoas, bens, capitais e força de trabalho.
- C) Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, com destaque para o Reino Unido, sua maior potência econômica.
- D) A estabilidade política e econômica do Mercosul chama a atenção do mundo para seus membros efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
- E) O Brasil, devido a sua riqueza mineral e natural e seu maior parceiro comercial ser a China, faz parte do bloco regional que envolve países da Ásia e do Pacífico.

COMENTÁRIOS:

a) Correta. Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.

b) Incorreta. Existem diferentes estágios da integração econômica, alguns mais simples, outros, mais avançados e integrados. O último estágio é a **união econômica e monetária**, onde, além do livre-comércio, adoção de uma tarifa externa comum, livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento. Na união aduaneira, os países adotam somente a livre circulação de mercadorias e a tarifa externa comum.

c) Incorreta. Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, que chegou ao estágio final da integração econômica, a união econômica e monetária. Contudo, o Reino Unido não faz mais parte da União Europeia. O país saiu do bloco no processo chamado de Brexit. Foi o primeiro país a deixar a União Europeia.

d) Incorreta. Não se pode dizer que há uma estabilidade econômica nos últimos anos. As duas maiores economias, mais de 90% do PIB passaram e passam por crises econômicas: Brasil e Argentina. Diferenças políticas entre os presidentes do Brasil e da Argentina têm gerado tensionamentos políticos. Assim, há uma certa instabilidade política no Mercosul. Por fim, os membros efetivos ou plenos fundadores do Mercosul são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012, mas se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul.



e) Incorreta. O bloco regional referido pela alternativa é a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), um dos principais blocos econômicos do mundo, que conta com gigantes como Estados Unidos, China, Canadá e Austrália. O Brasil não faz parte desse bloco.

Gabarito: A

7. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia sobre o pós-Brexit chegam sem definição hoje ao prazo convencionado pelo premiê Boris Johnson e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para um acerto. A três semanas da data limite, as discussões estagnadas preocupam empresas e autoridades, diante da possibilidade de haver escassez de produtos, engarrafamentos, portos bloqueados e fábricas fechadas. Desde o início da semana, federações industriais alertaram sobre o que pode ocorrer a partir de janeiro.

Empresas Reagem a Indefinição do Brexit. Jornal O Estado de São Paulo, Internacional, 13 dez. 2020, p. A11. Adaptado.

Em 1º de janeiro de 2021, o Reino Unido tomou a seguinte decisão em relação à União Europeia:

- (A) manter seus representantes no Parlamento Europeu.
- (B) realizar novo referendo junto aos cidadãos britânicos.
- (C) deixar a condição de país-membro do bloco regional.
- (D) liberar a exigência de visto para trabalhadores do bloco.
- (E) adotar novas medidas para ingresso na zona do euro.

COMENTÁRIOS:

O Reino Unido já estava politicamente fora da União Europeia desde 31 de janeiro de 2020, porém, continuou seguindo as regras comerciais do bloco regional.

De 1º de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, vigorou um período de transição, no qual foi negociado pelas partes um acordo comercial específico. Em 1º de janeiro de 2021, esse acordo comercial entrou em vigor e o Reino Unido deixou de seguir as regras comerciais do bloco, estando, sob esse aspecto, também fora do bloco europeu. O país passou a ter soberania para negociar acordos comerciais específicos com outros países e blocos econômicos e estabelecer regras econômicas internas, de forma independente da União Europeia.

O comando da questão está mal formulado, já que a decisão do Reino Unido de deixar de ser membro da União Europeia foi tomada em um plebiscito, em junho de 2016. Faz parte, mas quem estudou o assunto, não errou essa questão.

Gabarito: C



(QUADRIX/CFT/2021 – JORNALISTA) O fim da segunda década do século chega diante de um profundo desafio sanitário, social e econômico global. Os impactos sociais, políticos e econômicos da pandemia de covid-19 aprofundaram os problemas da América Latina, a região mais desigual do mundo segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

Internet: <<https://www.brasildefato.com.br>>.

Com relação aos aspectos políticos e econômicos atuais da América Latina, julgue os itens a seguir.

8. A crise econômica diante de uma economia hiperinflacionária e da alta penetração do dólar norte-americano no país fez o governo venezuelano decretar reconversão ou perda de zeros em sua desvalorizada moeda.

COMENTÁRIOS:

Uma questão cobrando um fato pontual sobre a Venezuela. No nosso curso, estudamos sobre a gravidade da situação econômica e social da Venezuela. O país sofre com uma hiperinflação e escassez de gêneros básicos.

Em mais uma tentativa de conter a inflação, no segundo semestre de 2021, o Banco Central do país instituiu uma nova moeda, o bolívar digital, com o corte de seis zeros em relação à moeda anterior, o bolívar soberano.

Gabarito: Certo

9. O descumprimento da quarentena contra a disseminação do coronavírus e a prestação de informações sanitárias falsas por jogadores argentinos fez os agentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) entrarem em campo durante uma partida de futebol entre Brasil e Argentina e interditar essa partida válida pelas eliminatórias da Copa de 2022.

COMENTÁRIOS:

Uma partida de futebol entre Brasil e Argentina válida pelas eliminatórias da Copa de 2022, que seria realizada no dia 5 de setembro de 2021, foi interrompida por agentes da Anvisa devido ao descumprimento de jogadores argentinos das medidas sanitárias contra a disseminação do Coronavírus.

O governo brasileiro publicou no dia 23 de junho uma portaria no Diário Oficial da União com mudanças nas restrições para a entrada de estrangeiros por via aérea provenientes do Reino Unido, Irlanda do Norte, África do Sul e da Índia. A decisão foi um reflexo do avanço da variante Delta do novo Coronavírus pelo mundo.

De acordo com as regras, ficou vedada a entrada no país de qualquer estrangeiro procedente ou com passagem pelo Reino Unido sem antes passar por uma quarentena de 14 dias.

Os atletas Emiliano Martinez, Emiliano Buendia, Giovani Lo Celso e Cristian Romero informaram em formulário para a Anvisa que não estiveram no Reino Unido nos 14 dias anteriores à chegada ao Brasil. No entanto, estiveram presentes no compromisso de suas equipes entre 28 e 29 de agosto. Além de não poderem entrar no país, prestaram uma informação falsa às autoridades brasileiras. O desenrolar da situação terminou com a Anvisa interrompendo a partida de futebol e retirando os quatro jogadores de campo para



que retornassem ao hotel em que estavam hospedados e ficassem em isolamento até a resolução da situação de permanência no Brasil.

Gabarito: Certo

10. A crise catapultada pela pandemia de coronavírus, somada à crise econômica que os países já vinham enfrentando com a baixa no preço das commodities, fez o Brasil ter um percentual de pobreza material similar ao da Argentina e ao da Venezuela.

COMENTÁRIOS:

Está incorreto o que se afirma na questão. O Brasil teve retração econômica em 2020 relacionada à pandemia do Coronavírus. Os níveis de pobreza aumentaram, mas não atingiram uma condição similar de pobreza ao da Argentina e da Venezuela, que tiveram perdas maiores ao longo de 2020, e antes da pandemia já viviam situações econômicas difíceis.

Mesmo com a crise econômica mundial de 2020, o preço das *commodities* se manteve elevado, não sendo um fator responsável por essa crise, que foi causada pela pandemia do Coronavírus.

Gabarito: Errado

11. O referendo votado no Chile em 2020, no intuito de mudar a antiga Constituição, e aprovado por uma maioria expressiva teve como premissa um novo modelo de país e futuros debates sobre direitos sociais.

COMENTÁRIOS:

Em outubro de 2020, foi realizado um plebiscito no Chile para decidir mudar ou não a Constituição e que tipo de órgão deve escrever o novo documento.

Quase 80% dos eleitores votaram a favor da elaboração de um novo texto constitucional. Também foi definido que a nova Constituição será redigida por meio de uma convenção constitucional (assembleia constituinte exclusiva) composta por 155 membros que foram eleitos por votação direta em maio de 2021.

Esse plebiscito ocorreu após longos ciclos de protestos iniciados em 2019, com demandas por mais direitos sociais e menos desigualdade social.

Gabarito: Certo

(QUADRIX/CREFONO 4ª REGIÃO/2021 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O grande tema de 2020, em escala global, foi a pandemia da covid-19. A primeira morte causada pela doença foi anunciada em janeiro, em uma província chinesa. De lá para cá, o número de infectados e de mortes cresceu exponencialmente. Uma corrida para a produção de vacinas para enfrentar a pandemia envolveu países, instituições e cientistas. Paralelamente, a questão ambiental viu ampliada a sua presença na agenda do mundo contemporâneo.

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.



12. A América, incluído o Brasil, permanece sendo uma das regiões do mundo menos afetadas pela pandemia.

COMENTÁRIOS:

A América foi a região mais afetada pela pandemia. Estados Unidos e Brasil são, respectivamente, os dois países que registraram o maior número de mortes (setembro de 2021), e ambos estão localizados no continente americano.

O México é o 4º país com o maior número de mortes. Peru, Colômbia e Argentina estão na lista dos 15 países com o maior número de mortes. O Peru é o país com o maior número de mortes por milhão de habitantes. Todos esses também são países que estão no continente americano.

Gabarito: Errado

13. No Brasil, a pandemia evidenciou, nos mais diversos níveis, a solidez e a capacidade de atendimento do sistema público de saúde do País.

COMENTÁRIOS:

A pandemia não evidenciou a solidez e a capacidade do sistema público de saúde. Ainda que tenha tido papel fundamental no combate à doença, o sistema público de saúde não estava completamente preparado para enfrentar uma possível pandemia. Foi necessária uma ampliação emergencial temporária de sua estrutura, com a criação de hospitais de campanha para ofertar mais vagas. Nos momentos mais críticos da pandemia, o sistema ficou superlotado, para além de sua capacidade de atendimento, com pessoas esperando vagas em leitos de UTI, falta de ventilação mecânica, entre outros aspectos.

Gabarito: Errado

14. O isolamento social também foi adotado pelo Brasil para enfrentar a covid-19, mas templos religiosos e escolas mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento.

COMENTÁRIOS:

O isolamento social foi adotado no Brasil para enfrentar a covid-19. As escolas ficaram fechadas a maior parte do tempo, sendo reabertas somente após o segundo semestre de 2021. O fechamento dos templos religiosos foi uma questão polêmica, inclusive julgada pelo STF, que decidiu, no mês de abril de 2021, que estados e municípios poderiam restringir cultos e missas durante a pandemia.

Gabarito: Errado

15. A coordenação mundial do monitoramento e do combate à pandemia ficou a cargo da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU).

COMENTÁRIOS:



A Organização Mundial da Saúde (OMS), uma agência especializada da ONU, coordenou ações de monitoramento e de combate à pandemia, sobretudo, na busca por medicamentos e vacinas contra a doença, integrando grupos de pesquisa em diversos países do mundo.

Gabarito: Certo

16. Na atualidade, fortes correntes migratórias vinculam-se à necessidade de fugir de guerras e de perseguições políticas e religiosas e à busca de sobrevivência de grupos humanos que vivem em áreas de pobreza extrema.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo para as pessoas migrarem é o econômico. Os imigrantes buscam migrar para países em que possam ter uma melhor condição de vida e de renda. Muitos desses migrantes são originários de áreas de extrema pobreza, como os haitianos, venezuelanos e de países da África e da Ásia. A fuga de guerras e de perseguições políticas e religiosas é outro fator que leva às pessoas a migrarem; são chamados de **refugiados**, grupo específico de imigrantes que teve que fugir do seu país, pois a sua sobrevivência física estava ameaçada.

Gabarito: Certo

(QUADRIX/CREFONO 4ª REGIÃO/2021 – FONOAUDIÓLOGO FISCAL) Relativamente ao cenário mundial da atualidade, julgue os itens a seguir.

17. O enfrentamento da atual pandemia da covid-19, paradoxalmente, não tem contado com o concurso da ciência, talvez pelo fato de não haver interesse dos grandes grupos financiadores de pesquisa em investir na saúde.

COMENTÁRIOS:

O enfrentamento da pandemia da covid-19 contou com o papel imprescindível da ciência. A comunidade científica internacional se mobilizou como nunca antes na história para enfrentar a doença. A velocidade do processo de busca de uma vacina para a covid-19 superou tudo o que já foi visto até hoje na área de desenvolvimento de imunizantes, normalmente um processo demorado e trabalhoso, que envolve várias rodadas de testes em animais e avaliações de toxicidade antes das três fases obrigatórias de testes com pessoas.

Houve muito interesse de grandes grupos financiadores de pesquisa para investir na saúde, uma vez que o enfrentamento da pandemia também representou uma vitória geopolítica, na medida em que as economias nacionais que largaram na frente do combate ao vírus conseguiram recuperar suas economias com mais rapidez.

Gabarito: Errado

18. Uma das razões para a perda de importância da Organização das Nações Unidas (ONU) no atual cenário mundial é o fato de que ela, até o momento, foi incapaz de criar, em sua estrutura, agências especializadas para tratar da saúde, da educação, do desenvolvimento e do meio ambiente.



COMENTÁRIOS:

A ONU tem em sua estrutura agências especializadas para tratar da saúde, da educação, do desenvolvimento e do meio ambiente.

Na área da saúde, existe a Organização Mundial da Saúde (OMS). Na área da educação, existe a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na área do desenvolvimento, há o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Na área do meio ambiente, há o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Gabarito: Errado

19. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS-SP/2021 - ASSISTENTE SOCIAL) O Instituto Butantã de São Paulo está desenvolvendo outra vacina (Butanvac) contra o Covid 19 usando a mesma plataforma da vacina da influenza, ou seja, a Butanvac empregará a mesma tecnologia utilizada no imunizante da gripe. Todos os processos produtivos, desde a qualificação dos ovos embrionados até o envase serão realizados pelo Butantã. Entretanto, o vetor usado pela vacina tem origem em tecnologia desenvolvida por um instituto

(lg. Disponível em <https://bityli.com/iQrxl>. Acesso em 02.03.2021. Adaptado)

- A) chinês.
- B) estadunidense.
- C) inglês.
- D) russo.
- E) indiano.

COMENTÁRIOS:

A Butanvac é uma vacina contra a COVID-19, desenvolvida pelo Instituto Butantan. A vacina usa o vírus da doença de NewCastle, desenvolvido por cientistas nos Estados Unidos na *Icahn School of Medicine no Mount Sinai* em Nova York. A proteína S estabilizada do vírus SARS-Cov-2, utilizada na vacina com tecnologia HexaPro, foi desenvolvida na Universidade do Texas em Austin.

Gabarito: B

20. (VUNESP/PM-SP/2021) As principais praças do país ficaram lotadas na noite de domingo, 26 de outubro de 2020, depois que os eleitores deram amplo apoio ao plano de descartar a atual Constituição em favor de uma nova Carta que será escrita pelos cidadãos.

Na praça, foco de gigantescos e muitas vezes violentos protestos no ano passado, fogos de artifício foram lançados em meio a uma multidão de dezenas de milhares de pessoas gritando em uníssono a palavra “renascimento”.



Com mais de três quartos dos votos apurados, 78,12% dos eleitores optaram por uma nova Constituição. Muitos manifestaram esperanças de que um novo texto vai moderar um viés amplamente capitalista com garantias de mais direitos iguais na saúde, aposentadorias e educação.

(<https://bit.ly/39zb2aE>. Acessado em 31.01.2021. Adaptado)

O excerto trata

(A) da Bolívia.

(B) do Chile.

(C) do Peru.

(D) da Argentina.

(E) da Venezuela.

COMENTÁRIOS:

O excerto trata do Chile, nação sul-americana que foi muito comentada na imprensa ao longo de 2019 e 2020. Grandes protestos eclodiram no país ao final de 2019, tendo como estopim o aumento da passagem do metrô da capital, Santiago. O reajuste foi revogado, mas os protestos continuaram e englobaram outras pautas, como a elaboração de uma nova Constituição que substitua o texto atual, elaborado durante a ditadura militar.

Os clamores que ecoaram nas ruas foram ouvidos. O presidente chileno, Sebastián Piñera, e o Congresso aprovaram um acordo para convocar um plebiscito, em que a população decidiria mudar ou não a Constituição e que tipo de órgão deveria escrever a nova versão: uma “convenção constitucional mista” ou uma “convenção ou assembleia constitucional”.

Esse plebiscito foi realizado no dia 26 de outubro. Quase 80% dos eleitores votaram a favor da elaboração de um novo texto constitucional. Também foi definido que a nova Constituição será redigida por meio de uma convenção constitucional (assembleia constituinte exclusiva) composta por 155 membros. A convenção constitucional terá paridade de gênero com cotas especiais para os membros dos povos originários.

As eleições estavam previstas para ocorrer em 2020, mas foram adiadas para abril de 2021 e posteriormente para 15 e 16 de maio, quando ocorreram.

Esse é um tema que vai ser cobrado novamente em provas de Atualidades da VUNESP, pelo resultado da eleição e pela própria elaboração da nova Constituição. Preste atenção!

Gabarito: B

21. (QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) A dependência de muitos países, até mesmo os ricos, como os Estados Unidos, em relação aos suprimentos médicos produzidos pela China ficou patente durante a pandemia.



COMENTÁRIOS:

A China é o maior fabricante de produtos industrializados do mundo. Ao lado da Índia, o país é tradicionalmente um grande fornecedor global de princípios ativos para a fabricação de remédios. Mesmo antes da pandemia, a China já era a principal fornecedora internacional de escudos faciais de proteção, roupas, equipamento de proteção para boca e nariz, luvas e óculos.

A pandemia expôs a significativa dependência global para com a China, de suprimentos fundamentais para o enfrentamento da Covid-19, como o de respiradores mecânicos.

Nos meses de março e abril, quando o vírus se propagou aceleradamente pelos Estados Unidos, esse país comprou uma grande quantidade de equipamentos médicos chineses, oferecendo preços elevados para tê-los prioritariamente em relação a outros países que também necessitavam, como a França e o Canadá. Assim, rompeu as barreiras da então guerra comercial travada entre ambos, tornando patente a dependência americana de suprimentos médicos produzidos pela China.

Gabarito: Certo

22. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

- (A) Gordon Brown.
- (B) Thomas Hamilton.
- (C) Thereza May.
- (D) Boris Johnson.
- (E) Richard Spark.

COMENTÁRIOS:

O primeiro-ministro do Reino Unido é Boris Johnson. Ele foi infectado pelo novo coronavírus e contraiu a doença Covid-19 em abril de 2020, mas conseguiu se recuperar.

Gabarito: D

23. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do “sair” desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – <https://bit.ly/2Y7LQ3Z>. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança



- (A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.
- (B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.
- (C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.
- (D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.
- (E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

COMENTÁRIOS:

O enunciado fala sobre uma mudança aprovada pelo Reino Unido que esteve dentre as principais bandeiras dos que defenderam a saída do país da União Europeia, no processo chamado de Brexit. Neste caso, não era necessário saber o fato específico, mas o seu contexto. Dito isto, vamos analisar as alternativas:

a) Incorreto. Invenção do examinador. Não é o que foi estabelecido pela mudança citada no fragmento da notícia que introduz a questão.

b) Correto. A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos do Brexit. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais. Para os defensores do Brexit, deve-se endurecer as regras de imigração. Isso de fato ocorreu no mês de fevereiro. O Reino Unido endureceu as regras à entrada de migrantes poucos qualificados. O enunciado utiliza esse fato como base para a questão.

O novo "sistema de migração baseado em pontos" dará prioridade máxima àqueles que tiverem "as mais altas qualificações e os maiores talentos", incluindo cientistas, engenheiros e acadêmicos. Os candidatos deverão comprovar serem qualificados na área em que trabalham, seu nível de inglês, a profissão que exercem e que receberam uma proposta de emprego de uma empresa britânica que ofereça um salário anual mínimo de 25.600 libras (cerca de R\$ 145.000, ou R\$ 12.100 por mês).

Esse piso salarial pode ser maior, dependendo da ocupação do postulante —quanto maior o nível de qualificação, maior o valor mínimo da remuneração.

O sistema de pontos permite compensações entre alguns requisitos. Um candidato que não tenha doutorado pode substituir os dez pontos atribuídos a essa categoria por uma oferta de salário mais alta que o piso, por exemplo. No entanto, três requisitos devem obrigatoriamente ser atendidos e não podem ser compensados por pontos extras nos demais: ter fluência mínima de inglês para o trabalho que exercerá, ter recebido uma oferta de emprego e que o cargo ofertado seja compatível com o nível de qualificação. Solicitantes de baixa qualificação seguirão as mesmas regras —não haverá um processo específico para eles.

c) Incorreto. A criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa não esteve entre as bandeiras em prol do Brexit. Como ideia, também nunca foi proposta e trabalhada no debate público. Invenção do examinador.



d) Incorreto. O incentivo às relações comerciais com a França e a Alemanha não esteve entre as bandeiras a favor do Brexit. O Reino Unido já realiza um significativo fluxo comercial com França e Alemanha, que figuram dentre seus principais parceiros comerciais.

e) Incorreto. Nenhum outro país saiu da União Europeia. O Reino Unido foi o primeiro. Foi uma saída inédita. Questão sem fundamento. Mais uma invenção do examinador.

Gabarito: B

24. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;

II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.



III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

Gabarito: D

25. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outras demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacam manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: <http://bit.ly/39iWbxM>>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

- (A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.
- (B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.
- (C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.
- (D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.
- (E) os protestos começaram após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

COMENTÁRIOS:

As grandes manifestações ocorridas em Hong Kong, no segundo semestre de 2019, começaram após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de seus cidadãos suspeitos para serem julgados na China continental, pelo Judiciário da China, e não mais de Hong Kong. O governo local suspendeu a apreciação do projeto por tempo indeterminado e depois o retirou em definitivo do Poder Legislativo. Contudo, os protestos continuaram com outras pautas, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

As medidas de restrição de circulação adotadas em função da pandemia de Covid-19 levou ao fim a sequência de meses de protestos neste importante centro econômico e financeiro da Ásia.



Gabarito: D

26. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.

(G1. <https://glo.bo/2PnJ0ng>. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

- a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.
- b) os conflitos entre países do Oriente Médio.
- c) a instabilidade monetária dos países emergentes.
- d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.
- e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo apontado pela OCDE para a redução do crescimento da economia mundial são as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.

O contexto de guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo – Estados Unidos e China – reduziu o crescimento do comércio mundial, ocasionado também por uma desaceleração da economia chinesa, que, durante vários anos, teve seu crescimento econômico muito acima do crescimento da economia mundial.

Gabarito: A

27. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Em novembro de 2019, após três semanas de protestos contra sua polêmica reeleição e depois de perder o apoio das Forças Armadas e da Polícia, anunciou renúncia do cargo:

- (A) Nicolás Maduro, Presidente da Venezuela.
- (B) Lenín Moreno, Presidente do Equador.
- (C) Martín Vizcarra, Presidente do Peru.
- (D) Evo Morales, Presidente da Bolívia.
- (E) Iván Duque Márquez, Presidente da Colômbia.

COMENTÁRIOS:



O enunciado está se referindo a Evo Morales, ex-presidente da Bolívia.

Em outubro de 2019, Evo foi eleito para o seu quarto mandato presidencial. A oposição contestou a apuração dos votos e o resultado final, com suspeita de fraude. Protestos se espalharam por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição. A OEA realizou uma auditoria no processo eleitoral constatando fraude, orientando a realização de novas eleições e a destituição dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral, o que foi acatado por Evo Morales.

Diante da continuidade das grandes manifestações, a pressão pela renúncia e a perda de apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário, Evo Morales renunciou à presidência do país

Gabarito: D

28. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS/GUARDA MUNICIPAL – 2020) Neste sábado, 13, o governo anunciou que em setembro começará a produzir grandes lotes de uma vacina contra a covid-19. “Os testes clínicos serão realizados em julho, o registro estatal em agosto e a produção começará em setembro”, disse Tatyana Golikova, vice-primeira-ministra, em entrevista coletiva. De acordo com o Kremlin, 50 soldados – 45 homens e cinco mulheres – ofereceram-se para participar dos testes clínicos. O Centro Nacional de Investigação em Epidemiologia e Microbiologia Gamalei, que trabalha em cooperação com o Ministério da Defesa, será o responsável pela produção.

(Veja. <https://cutt.ly/VfRlXmO>. Publicado em 13.06.2020. Adaptado)

De acordo com a notícia, o anúncio sobre a produção de vacina contra a covid-19 foi feito

- (A) pelos E.U.A.
- (B) pela Inglaterra.
- (C) pela China.
- (D) pela Rússia.
- (E) pela Itália.

COMENTÁRIOS:

O anúncio sobre a produção da vacina contra a covid-19 foi feito pela Rússia. A questão traz uma dica importante quando cita o Kremlin, que é um termo utilizado para se referir à casa do governo da Rússia.

A Rússia foi o primeiro país a anunciar o registro de um imunizante contra a covid-19 e a vacinação de sua população. Quando do anúncio do registro, os testes não estavam concluídos e a vacina não recebeu o respaldo internacional dos cientistas.

Gabarito: D

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) “Desmatador não faz home office”, alerta o biólogo Paulo Moutinho, que é cientista sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); ele diz



que ações ilegais avançam na floresta enquanto o governo reduz operações durante a pandemia do coronavírus.

Internet: <<https://epoca.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre temas correlatos, julgue os itens.

29. As populações indígenas da Amazônia, em decorrência de um relativo isolamento geográfico, não foram afetadas pelo novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

Mesmo com o relativo isolamento geográfico, as populações indígenas da Amazônia foram afetadas pelo coronavírus. Mais de 25 mil indígenas, de várias comunidades, testaram positivo para a Covid-19, e algumas centenas de mortes foram registradas, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib (dados do mês de agosto de 2020).

As diferenças no perfil epidemiológico de povos indígenas, somadas ao distanciamento dos centros de saúde, faz com que sejam ainda mais vulneráveis à doença.

Gabarito: Errado

30. Trabalhadores informais, os que mais sofreram redução de renda durante a pandemia do novo coronavírus, são maioria entre os que aderiram ao home office.

COMENTÁRIOS:

A crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus colapsou diversos setores do mercado de trabalho, diminuiu a renda média do brasileiro e gerou centenas de milhares de novos desempregados.

Os trabalhadores informais foram os mais afetados e os que mais sofreram redução de renda, conforme mostraram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Também foi no setor informal que ocorreu o maior número de postos de trabalho encerrados.

Pela natureza de seu trabalho, os informais geralmente são os mais afetados em épocas de crise, devido à precariedade dos seus direitos trabalhistas.

Caso um trabalhador informal seja despedido, ele ficará sem acesso ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e sem acesso ao seguro-desemprego. Da mesma forma, se um trabalhador informal fica doente ou precisa ficar em quarentena por ter tido contato com alguém que foi contagiado, ele não tem garantias legais, como licença médica remunerada.

Assim, os trabalhadores informais ficam sem acesso à rede de proteção social que os empregados formais têm. Para quem trabalha sem carteira de trabalho assinada, perder o emprego significa basicamente ficar sem renda e sem benefícios, possivelmente tendo de limitar seu consumo. Isso significa que o trabalhador informal foi o que ficou mais vulnerável aos efeitos negativos da crise econômica decorrente da pandemia.



Trabalhadores informais, em sua grande maioria, não tiveram como recorrer ao home office. Esse recurso foi utilizado basicamente por trabalhadores formais e de serviços de escritório.

Gabarito: Errado

31. Há controvérsias, entre os especialistas, a respeito de se as vantagens e os benefícios recebidos pelos trabalhadores em condições normais, como o auxílio-alimentação, podem ser suspensos caso a empresa opte pelo sistema de teletrabalho.

COMENTÁRIOS:

O teletrabalho, popularmente conhecido como home office, ainda é uma modalidade de trabalho recente no país. Contudo, frente aos avanços tecnológicos, o teletrabalho tende a se tornar cada vez mais comum. É um processo que está se desenvolvendo aos poucos, em fase de transição. Com a pandemia, esse processo foi acelerado, frente às necessidades de distanciamento social.

Mas ocorre que ainda não há uma legislação extensa, detalhista e bem organizada sobre os termos do teletrabalho, como ocorre com outras formas de trabalho.

A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo nela a nova disciplina do teletrabalho. Contudo, seus termos são abreviados, necessitando de aprofundamento. Além disso, a Justiça do Trabalho ainda não atuou com muitos casos de teletrabalho para fornecer um panorama concreto sobre o tema. É uma lacuna que deve ser preenchida dentro da legislação trabalhista.

Desta forma, há muitas controvérsias, entre os especialistas, a respeito das vantagens e benefícios recebidos pelos trabalhadores em condições em relação aos trabalhadores que optam pelo sistema de teletrabalho. Muitas questões se inserem nesse debate, que certamente se aprofundará ao longo dos próximos anos. Ao passo que se aponta o não pagamento de vale-alimentação, por exemplo, também se discute sobre o custeio de aparelhos eletrônicos, como um computador, e internet, que são utilizados no teletrabalho.

Durante a pandemia, a decisão ficou a cargo individual de cada empresa ou por meio de acordos feitos entre o trabalhador e o empregador.

Gabarito: Certo

32. Segundo especialistas, o sistema de home office, criado durante a pandemia, é apenas uma fase passageira no mercado de trabalho e deverá sofrer substancial redução após o controle do novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

A pandemia de coronavírus trouxe à tona e acelerou vertiginosamente alguns processos que ocorriam de forma lenta no mundo. Uma dessas alterações drásticas diz respeito ao trabalho nos escritórios, com a adoção do home office para equacionar a produtividade durante o período de distanciamento social. O home office passou a ser aplicado em boa parte das empresas e também no serviço público, e, em muitos casos, tem funcionado bem. Sua utilização já era crescente no Brasil e no mundo todo, mas aumentou intensamente devido à pandemia, sendo apontado como uma tendência que veio para ficar.



Existe a possibilidade de que, ao se obter pleno controle do coronavírus, o home office diminua e o trabalho presencial retorne as atividades. Contudo, muitas empresas também continuarão adotando esse sistema. Não é uma fase passageira. É um novo paradigma do mercado de trabalho e do mundo moderno.

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) Um vírus é bem mais poderoso que qualquer um de nós, embora alguns posem de super-heróis. Nenhuma ação isolada resolve um problema coletivo, embora cada um de nós seja responsável por tudo e por todos, lição que Dostoiévski nos deu muito antes do coronavírus – aliás, está aí um daqueles projetos para se colocar em prática: ler o escritor russo na quarentena.

Internet: <<https://www.greenme.com.br>> (com adaptações).

Acerca das consequências da pandemia do novo coronavírus para o mundo e para o Brasil, julgue os itens.

33. Imagens de satélites mostraram uma diminuição da poluição atmosférica em várias regiões do mundo, relacionada à desaceleração econômica provocada pela pandemia.

COMENTÁRIOS:

Com base em imagens de satélites e outras tecnologias de monitoramento, diversos centros de pesquisas ao redor do mundo constataram que houve diminuição da poluição atmosférica, em função da desaceleração das atividades econômicas, relacionados, sobretudo, à menor atividade industrial e à diminuição na utilização de automóveis. O dióxido de nitrogênio (NO₂), emitido pela combustão dos motores à explosão, foi um dos compostos que mais apresentou reduções desde o início das quarentenas.

Essa redução foi temporária e ocorreu em várias regiões do mundo, durante vários meses do ano de 2020.

Gabarito: Certo

34. No dia 16 de março último, ocorreu, no Brasil, a primeira morte pelo novo coronavírus, no estado de São Paulo, sendo a vítima um homem sem histórico de viagem ao exterior.

COMENTÁRIOS:

Inicialmente, foi amplamente divulgado que a primeira morte pelo coronavírus em território brasileiro ocorreu no dia 16 de março, no estado de São Paulo. A vítima foi um homem de 62 anos que tinha histórico de diabetes e hipertensão. Ele não possuía histórico de viagem ao exterior.

Contudo, após uma análise de exames laboratoriais realizada pelo Ministério da Saúde, o órgão confirmou, durante o mês de junho, que a primeira morte devido ao novo coronavírus no Brasil aconteceu em **12 de março** – e não em 16 de março, como se acreditava. A vítima foi uma paciente de 57 anos em São Paulo.

Gabarito: Errado

35. Diversas autoridades brasileiras, como o presidente do Senado, governadores e ministros de Estado, estão entre as pessoas que contraíram o novo coronavírus.



COMENTÁRIOS:

Diversas autoridades brasileiras como governadores, ministros, senadores e deputados contraíram o novo coronavírus. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, testou positivo para a Covid-19 no mês de março de 2020, mas se recuperou sem problemas. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, foi outra autoridade que contraiu o vírus e adoeceu de Covid-19. Entre os governadores, Wilson Witzel, governador temporariamente afastado do Rio de Janeiro, foi o primeiro a divulgar que estava contaminado, no dia 14 de abril.

O presidente Jair Bolsonaro testou positivo para o novo coronavírus e ficou em isolamento por dezenove dias no mês de julho de 2020.

Gabarito: Certo

36. Um livro publicado nos Estados Unidos, em 1981, trazia, em sua primeira edição, a possibilidade de surgimento de um vírus em 2020, na cidade de Wuhan, na China, com características de letalidade e transmissão idênticas às do novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

A questão é uma grande invenção do examinador, não há nenhum livro publicado nos Estados Unidos em 1981 que trazia a possibilidade de surgimento de um vírus em 2020 na China.

Há muitas teorias da conspiração e notícias falsas sobre as origens do coronavírus. Contudo, a hipótese mais aceita e para qual as evidências apontam é de que o seu surgimento foi natural, isto é, o vírus surgiu na natureza e foi transmitido de animais silvestres para humanos – algo bem comum e frequente ao longo da história humana.

Gabarito: Errado

37. Em março último, o presidente norte-americano, Donald Trump, acusou o governo alemão de tentar se apropriar de um projeto de vacina desenvolvido por uma empresa dos Estados Unidos contra o novo coronavírus.

COMENTÁRIOS:

No mês de março de 2020, o que ocorreu foi justamente o contrário do que afirma a questão. O examinador trocou os fatos.

O governo da chanceler alemã, Angela Merkel, acusou o presidente americano Donald Trump de tentar se apropriar de um projeto de vacina contra o coronavírus desenvolvido por um laboratório da Alemanha.

Gabarito: Errado

38. (IBAM/PREFEITURA DE SANTOS/2020 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Leia atentamente as informações contidas nos itens a seguir.



I. Alguns analistas avaliam que a epidemia de coronavírus, em virtude de seus efeitos na economia global, deve contribuir para a desaceleração da atividade no Brasil.

II. O Coronavírus pertence a uma família de vírus que infectam apenas seres humanos; os animais são imunes a infecção viral.

III. Apesar do alarde da imprensa, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já anunciou que o coronavírus só é preocupante na China, não configurando um caso de “emergência de saúde pública internacional.

IV. No final de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia em Wuhan, na China. O vírus parecia desconhecido, mas, poucos dias depois, as autoridades confirmaram a identificação de um novo coronavírus.

Considerando o noticiado pela imprensa em geral sobre o coronavírus, podemos considerar correto o anotado:

- a) nos itens I e III, apenas.
- b) nos itens I e IV, apenas.
- c) nos itens II e IV, apenas.
- d) no item II, apenas.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A pandemia do novo coronavírus, que surgiu em dezembro na China, infectou milhões de pessoas ao redor do mundo. O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica global.

Na China, devido aos efeitos da quarentena, houve paralisação em atividades de empresas e indústrias. Além disso, há também os efeitos nas exportações e importações, que diminuiriam seu ritmo. A China é um importante comprador de commodities brasileiras e também relevante fornecedor para a indústria local, especialmente a de produtos eletroeletrônicos. Isso impactou diretamente a economia brasileira.

Em razão da pandemia de coronavírus, a economia global sofrerá uma profunda recessão em 2020, segundo organismos econômicos internacionais. Em um mundo onde a economia está profundamente conectada, o coronavírus tem causado impactos econômicos em todo o planeta.

II - Incorreta. Os coronavírus são uma grande família viral. Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos. Animais não são imunes aos coronavírus.

III - Incorreta. O coronavírus é preocupante em outros países, não somente na China. Foram registrados casos em mais de 150 países, incluindo centenas de milhares de mortes, fora do território chinês. Em razão dos seus desdobramentos, em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou **emergência de saúde pública de interesse internacional**. Contudo, com o contínuo avanço do vírus pelo mundo, em março de 2020, a OMS declarou pandemia de coronavírus.



IV - Correta. Em dezembro de 2019, uma pneumonia de causas desconhecidas começou a se espalhar por Wuhan, uma metrópole da região central da China com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei. Por meio de estudos, descobriu-se que os sintomas eram causados por um novo tipo de coronavírus.

Gabarito: B

39. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) Autoridades sanitárias da China confirmaram neste sábado (18 de janeiro), quatro novos casos da misteriosa pneumonia viral detectada (...), na região central do país. O surto da doença, iniciado em dezembro, é causado por um tipo de coronavírus semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

(G1, 18/01/2020. Disponível em: < [https:// https://glo.bo/3bhs4c2](https://glo.bo/3bhs4c2)>. Adaptado)

O surto da misteriosa doença teve início na cidade de:

- (A) Pequim.
- (B) Wuhan.
- (C) Xangai
- (D) Dongguan
- (E) Nanjing

COMENTÁRIOS:

O surto da Covid-19, doença causada por um novo tipo de coronavírus, teve início na cidade de Wuhan, capital da província chinesa de Hubei.

Gabarito: B

40. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) A OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou nesta terça-feira (14) que a Tailândia registrou o primeiro caso do novo coronavírus que já causou uma morte e deixou dezenas de doentes na China.

(R7, 14/01/2020. Adaptado)

Sobre o novo tipo de coronavírus é possível afirmar:

- (A) são uma família de vírus com taxa de letalidade maior que a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS).
- (B) apesar do maior número de casos ter sido registrado na China, especialistas apontam que sua origem é a Índia.
- (C) são uma família viral conhecida e que costumam causar infecções respiratórias de leve a moderada em seres humanos, muito semelhantes a resfriados.



(D) a OMS informou que a maioria dos casos confirmados foram de pessoas que não se vacinaram contra o vírus.

(E) a OMS informa que é possível combater rapidamente a epidemia pelo fato de o vírus não apresentar variações genéticas.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. A Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, apresenta taxa de letalidade menor que a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Entretanto, causa um número mais elevado de mortes, sobretudo devido ao fato de sua taxa de transmissão ser muito maior do que o SARS.

b) Incorreto. A origem do novo coronavírus foi a cidade de Wuhan, na China.

c) Correto. Os coronavírus são uma família viral conhecida e que costumam causar infecções respiratórias de leve a moderada em seres humanos, muito semelhantes a resfriados.

d) Incorreto. Ainda não há vacina que previna do novo coronavírus.

e) Incorreto. Não tem sido rápido o combate ao SARS-CoV-2. Devido a sua alta taxa de transmissão e capacidade de disseminação, tem sido muito difícil combatê-lo em todo o mundo. Variações genéticas do vírus, ainda estão sendo pesquisadas.

Gabarito: C



LISTA DE QUESTÕES

(QUADRIX/CREFONO 4ª REGIÃO/2021 – FONOAUDIÓLOGO FISCAL) Tudo indica que o que foi dito em relação ao século XX – “uma era dos extremos” – também se aplica às duas primeiras décadas do século XXI. As mudanças se processam com extrema rapidez e convivem com um extraordinário avanço científico e com exemplos dramáticos de intolerância, desigualdade e fanatismo. Relativamente ao cenário mundial da atualidade, julgue os itens a seguir.

1. A denominada globalização resulta de um processo histórico que atravessa séculos, cujo início pode ser identificado na expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna (séculos XV e XVI).
2. A partir da Revolução Industrial, o moderno capitalismo se disseminou pelo mundo afora e, impulsionado pela corrida imperialista, foi moldando o mundo aos seus interesses e às suas necessidades, gerando o que hoje é chamado de globalização.
3. Entre as principais características da ordem global dos dias atuais, avulta a grande circulação de capitais, mercadorias e pessoas, diluindo, em certa medida, o antigo conceito de fronteiras nacionais.
4. Há consenso de que o domínio do conhecimento é essencial nesta ordem global, o que explica a fundamental importância da ciência e da tecnologia no presente estágio da economia mundial.
5. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) O termo globalização gera intenso debate quanto ao seu significado e suas características centrais. Em meio a essa acalorada discussão, no entanto, foi possível chegar a alguns consensos e um deles refere-se ao fato de que, apesar de a globalização ser um fenômeno mundial, seus impactos são locais e regionais, impulsionando mudanças que se desenvolvem de diferentes formas e com intensidade variada.

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

A globalização como um fenômeno mundial, mas de rebatimentos locais e regionais, tem como consequências

- A) o pleno emprego e o crescimento econômico, com a minimização das desigualdades.
- B) a competitividade e o consumo, com a geração de maiores danos ao meio ambiente.
- C) o atraso tecnológico e maior fluidez nas comunicações internas.
- D) a alimentação mais natural e saudável e o surgimento de muitos vírus com mais poder de contágio.
- E) o fechamento dos países ao investimento externo e o bloqueio econômico.

6. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) A formação de blocos regionais que surgiram através da integração econômica se caracteriza, na verdade, como um processo, o qual, normalmente, se distingue por várias etapas. Quando tais etapas são projetadas para o âmbito social e



político dão à formação do bloco a característica de união total. Internet: <trilhante.com.br> (com adaptações).

Acerca da formação e da integração econômica dos blocos regionais, assinale a opção correta.

- A) Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.
- B) A finalidade é sempre chegar a uma união aduaneira, último estágio da formação de um bloco, que permite a circulação de produtos, pessoas, bens, capitais e força de trabalho.
- C) Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, com destaque para o Reino Unido, sua maior potência econômica.
- D) A estabilidade política e econômica do Mercosul chama a atenção do mundo para seus membros efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
- E) O Brasil, devido a sua riqueza mineral e natural e seu maior parceiro comercial ser a China, faz parte do bloco regional que envolve países da Ásia e do Pacífico.

7. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia sobre o pós-Brexit chegam sem definição hoje ao prazo convencionado pelo premiê Boris Johnson e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para um acerto. A três semanas da data limite, as discussões estagnadas preocupam empresas e autoridades, diante da possibilidade de haver escassez de produtos, engarrafamentos, portos bloqueados e fábricas fechadas. Desde o início da semana, federações industriais alertaram sobre o que pode ocorrer a partir de janeiro.

Empresas Reagem a Indefinição do Brexit. Jornal O Estado de São Paulo, Internacional, 13 dez. 2020, p. A11. Adaptado.

Em 1º de janeiro de 2021, o Reino Unido tomou a seguinte decisão em relação à União Europeia:

- (A) manter seus representantes no Parlamento Europeu.
- (B) realizar novo referendo junto aos cidadãos britânicos.
- (C) deixar a condição de país-membro do bloco regional.
- (D) liberar a exigência de visto para trabalhadores do bloco.
- (E) adotar novas medidas para ingresso na zona do euro.

(QUADRIX/CFT/2021 – JORNALISTA) O fim da segunda década do século chega diante de um profundo desafio sanitário, social e econômico global. Os impactos sociais, políticos e econômicos da pandemia de covid-19 aprofundaram os problemas da América Latina, a região mais desigual do mundo segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

Internet: <<https://www.brasildefato.com.br>>.



Com relação aos aspectos políticos e econômicos atuais da América Latina, julgue os itens a seguir.

8. A crise econômica diante de uma economia hiperinflacionária e da alta penetração do dólar norte-americano no país fez o governo venezuelano decretar reconversão ou perda de zeros em sua desvalorizada moeda.

9. O descumprimento da quarentena contra a disseminação do coronavírus e a prestação de informações sanitárias falsas por jogadores argentinos fez os agentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) entrarem em campo durante uma partida de futebol entre Brasil e Argentina e interditar essa partida válida pelas eliminatórias da Copa de 2022.

10. A crise catapultada pela pandemia de coronavírus, somada à crise econômica que os países já vinham enfrentando com a baixa no preço das commodities, fez o Brasil ter um percentual de pobreza material similar ao da Argentina e ao da Venezuela.

11. O referendo votado no Chile em 2020, no intuito de mudar a antiga Constituição, e aprovado por uma maioria expressiva teve como premissa um novo modelo de país e futuros debates sobre direitos sociais.

(QUADRIX/CREFONO 4ª REGIÃO/2021 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O grande tema de 2020, em escala global, foi a pandemia da covid-19. A primeira morte causada pela doença foi anunciada em janeiro, em uma província chinesa. De lá para cá, o número de infectados e de mortes cresceu exponencialmente. Uma corrida para a produção de vacinas para enfrentar a pandemia envolveu países, instituições e cientistas. Paralelamente, a questão ambiental viu ampliada a sua presença na agenda do mundo contemporâneo.

Considerando o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

12. A América, incluído o Brasil, permanece sendo uma das regiões do mundo menos afetadas pela pandemia.

13. No Brasil, a pandemia evidenciou, nos mais diversos níveis, a solidez e a capacidade de atendimento do sistema público de saúde do País.

14. O isolamento social também foi adotado pelo Brasil para enfrentar a covid-19, mas templos religiosos e escolas mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento.

15. A coordenação mundial do monitoramento e do combate à pandemia ficou a cargo da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU).

16. Na atualidade, fortes correntes migratórias vinculam-se à necessidade de fugir de guerras e de perseguições políticas e religiosas e à busca de sobrevivência de grupos humanos que vivem em áreas de pobreza extrema.

(QUADRIX/CREFONO 4ª REGIÃO/2021 – FONOAUDIÓLOGO FISCAL) Relativamente ao cenário mundial da atualidade, julgue os itens a seguir.



17. O enfrentamento da atual pandemia da covid-19, paradoxalmente, não tem contado com o concurso da ciência, talvez pelo fato de não haver interesse dos grandes grupos financiadores de pesquisa em investir na saúde.

18. Uma das razões para a perda de importância da Organização das Nações Unidas (ONU) no atual cenário mundial é o fato de que ela, até o momento, foi incapaz de criar, em sua estrutura, agências especializadas para tratar da saúde, da educação, do desenvolvimento e do meio ambiente.

19. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS-SP/2021 - ASSISTENTE SOCIAL) O Instituto Butantã de São Paulo está desenvolvendo outra vacina (Butanvac) contra o Covid 19 usando a mesma plataforma da vacina da influenza, ou seja, a Butanvac empregará a mesma tecnologia utilizada no imunizante da gripe. Todos os processos produtivos, desde a qualificação dos ovos embrionados até o envase serão realizados pelo Butantã. Entretanto, o vetor usado pela vacina tem origem em tecnologia desenvolvida por um instituto

(Ig. Disponível em <https://bitly.com/iQrxl>. Acesso em 02.03.2021. Adaptado)

A) chinês.

B) estadunidense.

C) inglês.

D) russo.

E) indiano.

20. (VUNESP/PM-SP/2021) As principais praças do país ficaram lotadas na noite de domingo, 26 de outubro de 2020, depois que os eleitores deram amplo apoio ao plano de descartar a atual Constituição em favor de uma nova Carta que será escrita pelos cidadãos.

Na praça, foco de gigantescos e muitas vezes violentos protestos no ano passado, fogos de artifício foram lançados em meio a uma multidão de dezenas de milhares de pessoas gritando em uníssono a palavra “renascimento”.

Com mais de três quartos dos votos apurados, 78,12% dos eleitores optaram por uma nova Constituição. Muitos manifestaram esperanças de que um novo texto vai moderar um viés amplamente capitalista com garantias de mais direitos iguais na saúde, aposentadorias e educação.

(<https://bit.ly/39zb2aE>. Acessado em 31.01.2021. Adaptado)

O excerto trata

(A) da Bolívia.

(B) do Chile.

(C) do Peru.



(D) da Argentina.

(E) da Venezuela.

21. (QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) A dependência de muitos países, até mesmo os ricos, como os Estados Unidos, em relação aos suprimentos médicos produzidos pela China ficou patente durante a pandemia.

22. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

(A) Gordon Brown.

(B) Thomas Hamilton.

(C) Thereza May.

(D) Boris Johnson.

(E) Richard Spark.

23. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do “sair” desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – <https://bit.ly/2Y7LQ3Z>. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança

(A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.

(B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.

(C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.

(D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.

(E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

24. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

I. restringir a entrada de imigrantes no país;



II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;

III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;

IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

(A) I e IV, apenas.

(B) I, II e III.

(C) II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, II, III, IV.

25. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) O plano foi visto como uma ameaça às liberdades individuais no território autônomo e acabou revogado. O movimento passou a englobar outras demandas do povo, que vê interferência crescente do regime chinês e também pede a responsabilização de agentes que atacaram manifestantes durante os atos, os maiores ocorridos ali desde 1997.

(Folha, 02/11/2019. Disponível em: <http://bit.ly/39iWbxM>>. Adaptado)

A notícia trata das manifestações ocorridas em Hong Kong no segundo semestre de 2019, sobre estes episódios é correto afirmar que:

(A) as manifestações começaram com o aumento da tarifa do transporte público.

(B) a revolta começou após sucessivos escândalos de corrupção e cortes no fornecimento de combustível.

(C) os atos de protesto começaram a partir da imposição de restrições à propriedade privada.

(D) a revolta começou após o anúncio de um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental.

(E) os protestos começam após a China apresentar um projeto de lei que sobretaxaria os produtos de Hong Kong.

26. (VUNESP/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ/2020 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) No dia 19 de outubro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu de maneira considerável as previsões de crescimento da economia mundial, passando a projetar um crescimento de 2,9% em 2019 e 3% em 2020, após uma expansão de 3,6% em 2018.



(G1. <https://glo.bo/2PnJ0ng>. Acesso em 02.dez.2019. Publicado em 01.10.2019. Adaptado)

Entre os motivos apontados para a redução das projeções, é possível destacar

- a) as tensões comerciais e a desaceleração da economia global.
- b) os conflitos entre países do Oriente Médio.
- c) a instabilidade monetária dos países emergentes.
- d) a escalada de governos autoritários na Ásia e na África.
- e) a elevação dos preços dos combustíveis: carvão e petróleo.

27. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Em novembro de 2019, após três semanas de protestos contra sua polêmica reeleição e depois de perder o apoio das Forças Armadas e da Polícia, anunciou renúncia do cargo:

- (A) Nicolás Maduro, Presidente da Venezuela.
- (B) Lenín Moreno, Presidente do Equador.
- (C) Martín Vizcarra, Presidente do Peru.
- (D) Evo Morales, Presidente da Bolívia.
- (E) Iván Duque Márquez, Presidente da Colômbia.

28. (VUNESP/PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS/GUARDA MUNICIPAL – 2020) Neste sábado, 13, o governo anunciou que em setembro começará a produzir grandes lotes de uma vacina contra a covid-19. “Os testes clínicos serão realizados em julho, o registro estatal em agosto e a produção começará em setembro”, disse Tatyana Golikova, vice-primeira-ministra, em entrevista coletiva. De acordo com o Kremlin, 50 soldados – 45 homens e cinco mulheres – ofereceram-se para participar dos testes clínicos. O Centro Nacional de Investigação em Epidemiologia e Microbiologia Gamalei, que trabalha em cooperação com o Ministério da Defesa, será o responsável pela produção.

(Veja. <https://cutt.ly/VfRlXmO>. Publicado em 13.06.2020. Adaptado)

De acordo com a notícia, o anúncio sobre a produção de vacina contra a covid-19 foi feito

- (A) pelos E.U.A.
- (B) pela Inglaterra.
- (C) pela China.
- (D) pela Rússia.



(E) pela Itália.

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) “Desmatador não faz home office”, alerta o biólogo Paulo Moutinho, que é cientista sênior do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam); ele diz que ações ilegais avançam na floresta enquanto o governo reduz operações durante a pandemia do coronavírus.

Internet: <<https://epoca.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre temas correlatos, julgue os itens.

29. As populações indígenas da Amazônia, em decorrência de um relativo isolamento geográfico, não foram afetadas pelo novo coronavírus.

30. Trabalhadores informais, os que mais sofreram redução de renda durante a pandemia do novo coronavírus, são maioria entre os que aderiram ao home office.

31. Há controvérsias, entre os especialistas, a respeito de se as vantagens e os benefícios recebidos pelos trabalhadores em condições normais, como o auxílio-alimentação, podem ser suspensos caso a empresa opte pelo sistema de teletrabalho.

32. Segundo especialistas, o sistema de home office, criado durante a pandemia, é apenas uma fase passageira no mercado de trabalho e deverá sofrer substancial redução após o controle do novo coronavírus.

(QUADRIX/CRB-1/2020 – BIBLIOTECÁRIO FISCAL) Um vírus é bem mais poderoso que qualquer um de nós, embora alguns posem de super-heróis. Nenhuma ação isolada resolve um problema coletivo, embora cada um de nós seja responsável por tudo e por todos, lição que Dostoiévski nos deu muito antes do coronavírus – aliás, está aí um daqueles projetos para se colocar em prática: ler o escritor russo na quarentena.

Internet: <<https://www.greenme.com.br>> (com adaptações).

Acerca das consequências da pandemia do novo coronavírus para o mundo e para o Brasil, julgue os itens.

33. Imagens de satélites mostraram uma diminuição da poluição atmosférica em várias regiões do mundo, relacionada à desaceleração econômica provocada pela pandemia.

34. No dia 16 de março último, ocorreu, no Brasil, a primeira morte pelo novo coronavírus, no estado de São Paulo, sendo a vítima um homem sem histórico de viagem ao exterior.

35. Diversas autoridades brasileiras, como o presidente do Senado, governadores e ministros de Estado, estão entre as pessoas que contraíram o novo coronavírus.

36. Um livro publicado nos Estados Unidos, em 1981, trazia, em sua primeira edição, a possibilidade de surgimento de um vírus em 2020, na cidade de Wuhan, na China, com características de letalidade e transmissão idênticas às do novo coronavírus.



37. Em março último, o presidente norte-americano, Donald Trump, acusou o governo alemão de tentar se apropriar de um projeto de vacina desenvolvido por uma empresa dos Estados Unidos contra o novo coronavírus.

38. (IBAM/PREFEITURA DE SANTOS/2020 – OFICIAL ADMINISTRATIVO) Leia atentamente as informações contidas nos itens a seguir.

I. Alguns analistas avaliam que a epidemia de coronavírus, em virtude de seus efeitos na economia global, deve contribuir para a desaceleração da atividade no Brasil.

II. O Coronavírus pertence a uma família de vírus que infectam apenas seres humanos; os animais são imunes a infecção viral.

III. Apesar do alarde da imprensa, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já anunciou que o coronavírus só é preocupante na China, não configurando um caso de “emergência de saúde pública internacional.

IV. No final de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia em Wuhan, na China. O vírus parecia desconhecido, mas, poucos dias depois, as autoridades confirmaram a identificação de um novo coronavírus.

Considerando o noticiado pela imprensa em geral sobre o coronavírus, podemos considerar correto o anotado:

- a) nos itens I e III, apenas.
- b) nos itens I e IV, apenas.
- c) nos itens II e IV, apenas.
- d) no item II, apenas.

39. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) Autoridades sanitárias da China confirmaram neste sábado (18 de janeiro), quatro novos casos da misteriosa pneumonia viral detectada (...), na região central do país. O surto da doença, iniciado em dezembro, é causado por um tipo de coronavírus semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars).

(G1, 18/01/2020. Disponível em: < [https:// https://glo.bo/3bhs4c2](https://glo.bo/3bhs4c2)>. Adaptado)

O surto da misteriosa doença teve início na cidade de:

- (A) Pequim.
- (B) Wuhan.
- (C) Xangai
- (D) Dongguan



(E) Nanjing

40. (IBADE/IDAF-AC/2020 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO) A OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou nesta terça-feira (14) que a Tailândia registrou o primeiro caso do novo coronavírus que já causou uma morte e deixou dezenas de doentes na China.

(R7, 14/01/2020. Adaptado)

Sobre o novo tipo de coronavírus é possível afirmar:

- (A) são uma família de vírus com taxa de letalidade maior que a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS).
- (B) apesar do maior número de casos ter sido registrado na China, especialistas apontam que sua origem é a Índia.
- (C) são uma família viral conhecida e que costumam causar infecções respiratórias de leve a moderada em seres humanos, muito semelhantes a resfriados.
- (D) a OMS informou que a maioria dos casos confirmados foram de pessoas que não se vacinaram contra o vírus.
- (E) a OMS informa que é possível combater rapidamente a epidemia pelo fato de o vírus não apresentar variações genéticas.



GABARITO

GABARITO



- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. C | 16. C | 31. C |
| 2. C | 17. E | 32. E |
| 3. C | 18. E | 33. C |
| 4. C | 19. B | 34. E |
| 5. B | 20. B | 35. C |
| 6. A | 21. C | 36. E |
| 7. C | 22. D | 37. E |
| 8. C | 23. B | 38. B |
| 9. C | 24. D | 39. B |
| 10. E | 25. D | 40. C |
| 11. C | 26. A | |
| 12. E | 27. D | |
| 13. E | 28. D | |
| 14. E | 29. E | |
| 15. C | 30. E | |



RESUMO

Globalização

Processo de integração entre povos, empresas, governos e mercadorias ao redor do planeta. Um mundo globalizado é aquele em que **eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e onde um acontecimento em um lugar tem a capacidade de ecoar por todo o globo.**

Origem da globalização remonta as grandes navegações e ao colonialismo europeu do século XV.

A partir dos anos 1990, acentua-se a integração da economia global por meio da revolução tecnológica, especialmente no setor de telecomunicações, que possibilitou uma veloz circulação do capital e das informações pelo globo.

Globalização atual é um processo em curso, uma nova fase do capitalismo financeiro, comandada pelos países ricos e por grandes empresas transnacionais.

Características da fase atual da globalização

Diminuição do poder dos Estados nacionais em detrimento às grandes corporações multinacionais/transnacionais.

Multipolaridade, com distintos centros de poder, exercendo influência no campo político, econômico e militar: Estados Unidos, União Europeia, China e Japão.

Nova Divisão Internacional do Trabalho: Os países subdesenvolvidos industrializados (inclui os emergentes) fornecem produtos primários, produtos industrializados, capitais, remessas de lucros e royalties para as sedes das multinacionais e juros da dívida. Os países desenvolvidos fornecem produtos industrializados (em geral de tecnologia superior), tecnologia e capitais (empréstimos, investimentos produtivos e especulativos nos mercados financeiros).

Predomínio do capitalismo financeiro: O grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

Predomínio de práticas neoliberais que visam a uma maior liberdade econômica e a menor participação possível do estado nas atividades econômicas e na regulação da economia.

Integração mundial do mercado financeiro, possibilitada pela revolução nas telecomunicações que propiciou a realização on-line de operações financeiras e a interdependência do segmento financeiro.

Troca instantânea de informações, que também foi possibilitada pela revolução nas telecomunicações.

Aumento do comércio mundial, que cresce em níveis maiores do que o PIB mundial.

Proliferação de blocos econômicos

Seletividade das migrações, com muitos obstáculos, a migração de trabalhadores de baixa renda e qualificação em direção aos países ricos e uma facilidade de ingresso e residência de mão de obra altamente qualificada, nesses países.

Aumento das desigualdades entre países e desigualdades sociais: A distância que separa os países ricos dos países pobres aumentou e há uma maior concentração de riqueza em um número muito pequeno de pessoas no mundo.



Emergência de uma sociedade civil global. Os problemas passam a ser vistos globalmente, o que leva a atuação em rede e com pautas globais por organizações da sociedade civil.

Neoliberalismo

Conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia.

Princípios:

a) Liberdade de mercado com a eliminação de todos os dispositivos que atrapalhem o livre funcionamento dos investimentos e do comércio.

b) Mínima participação do Estado na economia: Crença de que o Estado é ineficiente, atrapalha o livre funcionamento dos mercados, administra mal os recursos e, ao não se modernizar no mesmo ritmo das empresas privadas, suas empresas geram menos lucros e ofertam produtos de pior qualidade.

c) Redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos: Crença de que o Estado desperdiça muito dinheiro com direitos sociais, o que provoca aumento de impostos, que serão pagos pela sociedade a fim de gerar recursos destinados à assistência aos mais pobres. A manutenção desses gastos do Estado significa premiar os fracassados e punir com impostos os competentes.

d) Livre circulação de capitais, visando garantir a livre entrada e saída de capitais em qualquer país e permitir que o mesmo dinheiro seja aplicado e remunerado em operações financeiras, como, por exemplo, na bolsa de valores, e não somente na produção ou na geração de empregos.

e) Flexibilização do mercado de trabalho, podendo-se contratar e demitir livremente os empregados e reduzir o dispêndio das empresas com seus funcionários.

f) Abertura dos mercados internos para produtos estrangeiros com a eliminação de qualquer protecionismo econômico.

Contestações à globalização

A globalização não beneficiou a todos. A pobreza diminuiu, mas aumentou a desigualdade entre os países e as pessoas. Um grupo reduzido de países e de pessoas concentram a maior parte da riqueza mundial.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe à tona os problemas da globalização. A recessão causada por essa crise levou diversos países a rever suas políticas econômicas. Para proteger os empregos e a produção local, muitos governos passaram a questionar o livre-comércio, os blocos econômicos, a livre circulação de pessoas, a imigração, os estrangeiros. A crise ampliou a disputa por empregos e renda entre os trabalhadores e muitos passaram a identificar nos estrangeiros que residem e trabalham nos seus países como competidores que estariam “roubando” os empregos dos nacionais e contribuindo para uma redução das suas rendas.

A resposta de muitos governos à crise foi a adoção de políticas nacionalistas, baseadas na exploração do sentimento de identidade nacional para se posicionar na disputa global com outros países. Nesse contexto, partidos e segmentos de extrema direita crescem na Europa, nos Estados Unidos e em outros países pelo mundo. A plataforma dessas agremiações e segmentos privilegia a soberania sobre a economia e as fronteiras e um discurso anti-imigratório e, especialmente, em favor da saída dos países e/ou mudanças substanciais nos blocos econômicos que fazem parte.

As causas da crise de 2008 não residem nos trabalhadores nacionais, nem nos estrangeiros, mas na excessiva liberdade que foi concedida ao mercado financeiro norte-americano, cujas instituições



realizaram operações de elevado risco de calote. Tudo isso em busca de um maior lucro. Como o mundo está cada vez mais globalizado e interdependente, a crise se espalhou pelo planeta.

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.
- **União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.
- **Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**.

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande influxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de



seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Brexit é a abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Theresa May** assumiu como primeira-ministra.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, o que não aconteceu. Sem conseguir aprovação do acordo com o Parlamento britânico, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, que conseguiu aprovar a saída do Reino Unido da **União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos com a União Europeia, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira.

Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**.

Direitos de pesca em mares britânicos: pescadores europeus continuarão a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.



Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Parceria Econômica Regional Abrangente

Maior associação comercial do mundo, formada por China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, juntamente com os dez países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O acordo elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, com o objetivo de se opor à Parceria Transpacífica (TPP), grande bloco comercial estruturado no governo de Barack Obama, que contava com importantes países da América e Ásia. Ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

Guerra Fria 2.0

A Guerra Fria “original” foi uma disputa entre duas superpotências na segunda metade do século XX, que disputavam áreas de influência no mundo e apoiavam militarmente países e grupos aliados. Os Estados Unidos, liderando o bloco de países capitalistas, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liderando o bloco de países socialistas. Este período de intensa competição geopolítica, teve início em 1947, logo após o término da 2ª Guerra Mundial, e terminou em 1991, com a dissolução da União Soviética.

A crescente tensão entre Estados Unidos e China, - as duas maiores economias do planeta -, tem sido denominada Guerra Fria 2.0. Também é uma disputa geopolítica e por áreas de influência no mundo, mas não tem como cenário principal a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo. É sobretudo uma disputa de poder econômico, com tentativas de dificultar a evolução do oponente também no desenvolvimento de novas tecnologias e inteligência artificial.



Estados Unidos

Nas eleições presidenciais de 2020, **Joe Biden** candidato do **Partido Democrata**, foi eleito presidente dos Estados Unidos, derrotando o então presidente, **Donald Trump**, do **Partido Republicano**. **Joe Biden** foi vice-presidente de **Barack Obama**, que governou o país de 2009 a 2017. Biden tem como vice-presidente a ex-senadora **Kamala Harris**, negra, filha de imigrantes, o pai é jamaicano e a mãe é indiana.

As eleições de 2020, registraram um número **recorde de votos antecipados e de votos pelo correio**. Houve, também, um **recorde o número de eleitores registrados que votaram, em números absolutos e percentuais**. Joe Biden recebeu 306 votos no colégio eleitoral e Donald Trump recebeu 232 votos.

Joe Biden foi o candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos. Mesmo perdendo a eleição, Donald Trump foi o segundo candidato a presidente mais votado da história dos Estados Unidos.

Donald Trump e a sua campanha fizeram várias denúncias de supostas fraudes na votação e na contagem dos votos, contestando o resultado final. Sem apresentar provas consistentes, as alegações foram rejeitadas pelas autoridades eleitorais e pelos poderes judiciários estaduais. As denúncias que chegaram a Suprema Corte americana, também foram rejeitadas.

No dia 6 de janeiro de 2021, partidários do ex-presidente, Donald Trump, invadiram o Capitólio dos Estados Unidos. Um segundo impeachment foi aberto contra Trump, acusado de incitar a insurreição. O ex-presidente foi absolvido pelo Senado.

Joe Biden iniciou o seu governo, revertendo uma série de medidas tomadas no governo de Donald Trump.

Covid-19: As principais medidas são o incentivo ao **uso de máscaras de proteção**, obrigatoriedade do uso nas propriedades federais (prédios, repartições públicas etc.) e aceleração da vacinação. Não há falta de doses de vacinas nos EUA.

Migração: fim do veto à entrada de cidadãos de países muçulmanos nos EUA e a paralisação da construção do muro na fronteira com o México.

Meio Ambiente: retorno dos Estados Unidos ao Acordo do Clima de Paris e organização da Cúpula dos Líderes sobre o Clima.

Economia: medidas de estímulo a atividade econômica - aprovação do Plano de Resgate Americano, que destinou recursos a estados, municípios e empresas, ampliou auxílios desemprego e promoveu pagamentos diretos à população. Apresentação do Plano de Emprego Americano, projeto para a infraestrutura que visa promover a criação de postos de trabalho e estimular a economia verde, além de propor grandes mudanças na matriz energética norte-americana com foco na energia limpa.

Política Externa: Os Estados Unidos buscam retomar um papel de líder ativo nas relações internacionais, reestabelecendo entendimentos com os seus principais parceiros históricos, por meio do multilateralismo e da atuação nos organismos internacionais, como a ONU e a OMC.

China

Em valores totais, o PIB da China é o segundo maior do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de "socialismo de mercado".



O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Hong Kong é uma **Região Administrativa Especial** que possui um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Grandes protestos ocorreram na região, entre fevereiro de 2019 e março de 2020, contra uma proposição legislativa para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental. O governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Em maio de 2020, a China instituiu uma **nova lei de segurança nacional** para Hong Kong, que desencadeou uma nova onda de grandes protestos na região. Com base nessa lei, ativistas políticos foram presos e estão sendo processados e órgãos de imprensa têm sido alvo de repressão das autoridades chinesas.

Afeganistão - Taliban retoma o poder

O Taliban é uma milícia islâmica fundamentalista, da vertente sunita. Foi fundado em 1994 e chegou ao poder em 1996, ao conquistar a capital, Cabul. No poder, o Taliban instituiu um rígido regime, baseado em uma versão radical da **Sharia**, a lei islâmica e deu abrigo e proteção à rede terrorista **Al Qaeda**, liderada por **Osama bin Laden**, que realizou os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Em resposta aos atentados terroristas, os Estados Unidos (governo George W. Bush) invadiram o Afeganistão e retiraram o Taliban do poder. **Bin Laden foi morto em 2011, no Paquistão, em uma ação de forças especiais dos Estados Unidos**. Mas a ocupação estrangeira foi incapaz de derrotar o grupo, que seguiu controlando regiões do interior do país e enfrentando os americanos.

Em 2020, os EUA (governo Donald Trump) e o Taliban assinaram um acordo de paz que estabeleceu a retirada progressiva das tropas norte-americanas do país. Em contrapartida, o Taliban deveria interromper suas conexões com grupos terroristas internacionais e impedir que eles utilizem o Afeganistão para realizar ataques contra os EUA.

Pelo acordo, a saída total das tropas estava prevista para até 1º de maio de 2021, mas foi adiada para 11 de setembro de 2021, coincidindo com a lembrança simbólica dos 20 anos dos bárbaros atentados terroristas.



À medida que as tropas estrangeiras foram deixando o país, o Talibã foi avançando. Em poucos meses, conquistou grande parte do território afegão. O exército nacional ofereceu pouca resistência. No dia 15 de agosto de 2021, chegou na capital, Cabul, e retomou o poder no país.

O retorno do Talibã ao poder levou dezenas de milhares de pessoas a fugirem do Afeganistão. O ex-presidente, Ashraf Ghani, também deixou o país.

No poder, o Talibã declarou que o Afeganistão passa a se chamar **Emirado Islâmico do Afeganistão**, e a lei será a Sharia, sistema jurídico baseado no Alcorão.

Com a saída das últimas tropas, em 30 de agosto de 2021, encerrou-se a mais longa guerra dos Estados Unidos.

América Latina

Argentina – A chapa peronista, do Partido Justicialista, venceu as eleições presidenciais de 2019 no primeiro turno. Alberto Fernández é o atual presidente, tendo como vice-presidente, Cristina Kirchner, que já presidiu o país.

A Argentina fechou 2018 e 2019 com crescimento negativo do PIB, em recessão econômica. O desemprego é elevado e a pobreza cresceu. O país teve que recorrer, em 2018, a um empréstimo de US\$ 57 bilhões junto ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros.

Uruguai – Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita foi eleito presidente no segundo turno das eleições, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla, de esquerda, encerrando um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai. O presidente eleito teve como principais bandeiras a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e um maior enfrentamento da criminalidade, a modernização da educação e um enxugamento dos gastos públicos. Lacalle Pou assumiu a presidência em 01/03/2020.

Bolívia – Evo Morales, primeiro indígena a chegar ao cargo de presidente, governou o país de 2006 a 2019. Foi eleito para o seu quarto mandato presidencial, no primeiro turno, nas eleições de outubro de 2019. A oposição contestou a apuração dos votos e o resultado final, com suspeita de fraude. Protestos se espalharam por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição. A OEA realizou uma auditoria no processo eleitoral constatando fraude, orientando a realização de novas eleições e a destituição dos juizes do Tribunal Superior Eleitoral, o que foi acatado por Evo Morales.

Diante da continuidade das grandes manifestações, a pressão pela renúncia e a perda de apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário, Evo Morales renunciou à presidência do país e exilou-se no México e posteriormente foi para a Argentina, onde recebeu o status de refugiado. Toda a linha sucessória do ex-presidente também renunciou. Assumiu como presidente a senadora Jeanine Añez, que era a segunda vice-presidente do Senado.

Novas eleições presidenciais tinham sido marcadas para 3 de maio de 2020, mas foram adiadas em função da pandemia de coronavírus. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição. Realizadas em outubro de 2020, Luis Arce, do Movimento ao Socialismo, aliado de Evo Morales, foi eleito como novo presidente da Bolívia.

Chile – Um ciclo de protestos se disseminou pelo país nos meses de outubro e novembro de 2019, refletindo a insatisfação da população chilena com a sua situação socioeconômica. O estopim foi o aumento das passagens do metrô da capital, Santiago, em 3,75% nos horários de pico. Devido a atos de violência realizados por alguns grupos minoritários, como o incêndio a um prédio que sediava a maior



companhia de energia do país, em determinados dias e cidades foi decretado o estado de emergência e toque de recolher.

O aumento foi revogado, mas os protestos continuaram, agregando outras reivindicações que refletem insatisfações da população com a situação econômica e social no país, como a elevada desigualdade social; a privatização e os altos custos dos serviços básicos, como da eletricidade e da água e do sistema de previdência social e a demanda pela elaboração de uma nova Constituição.

Em resposta às reivindicações dos manifestantes, o presidente do país, Sebastian Piñera, e o Congresso anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados. Afastou oito de seus ministros. Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em abril de 2020 para decidir mudar ou não a Constituição. O plebiscito foi adiado para 25 de outubro de 2020, em função da pandemia global de Covid-19.

No pleito, quase 80% dos eleitores votaram a favor da elaboração de um novo texto constitucional. Também foi definido que a nova Constituição será redigida por uma convenção constitucional composta por 155 membros, eleitos por votação direta em 11 de abril de 2021. A convenção constitucional terá paridade de gênero e cotas especiais para os membros dos povos originários.

A eleição foi marcada pelo bom desempenho tanto de candidatos independentes quanto de candidatos de esquerda e centro-esquerda. O setor progressista garantiu uma maioria folgada em relação aos partidos de direita.

Em dezembro de 2021, o povo chileno elegeu seu novo presidente, **Gabriel Boric**, de esquerda, ex-líder estudantil. Com 35 anos, é o presidente mais novo do Chile. Durante a agitação social que abalou o Chile em outubro de 2019, Boric teve papel protagonista ao firmar o acordo político para convocar o plebiscito para reformar a Constituição herdada da ditadura.

Ecuador – O conservador Guillermo Lasso se sagrou vencedor das eleições presidenciais realizadas em abril de 2021. Ele terá seu grande desafio na área econômica: o país encontra-se com um severo déficit fiscal, falta de liquidez e uma enorme dívida externa, que chega a cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Peru – Os quatro últimos presidentes eleitos pelo voto direto estão envolvidos em casos de corrupção relacionados à construtora brasileira Odebrecht, revelados pela Operação Lava Jato. Alejandro Toledo está preso nos Estados Unidos, Ollanta Humala já esteve preso e está respondendo as acusações em liberdade, Pedro Pablo Kuczynski está preso e Alan García tentou suicídio quando iria ser preso, vindo a falecer no hospital. A líder da oposição Keiko Fujimori também está envolvida em corrupção relacionada à Odebrecht.

Pedro Pablo Kuczynski (PPK) renunciou às vésperas de uma segunda votação de impeachment. O vice-presidente **Martín Vizcarra** assumiu o governo. Durante o seu mandato, dissolveu o Congresso, que relutava em votar as reformas políticas propostas por ele. Esse mecanismo está previsto na Constituição do Peru.

Em resposta à medida de Vizcarra, o Congresso, mesmo suspenso, tentou destituí-lo do cargo. Com apoio popular e das forças armadas, Martín Vizcarra conseguiu se manter no poder e convocou novas eleições legislativas para janeiro de 2020.

Em novembro de 2020, o Congresso do Peru conseguiu aprovar um impeachment de Vizcarra, baseado em denúncias de corrupção. Em seu lugar, assumiu Manuel Merino, que renunciou ao cargo menos de



uma semana após ser empossado, em razão de forte pressão política e popular. Para o seu lugar, o Congresso elegeu Francisco Sagasti como presidente do país.

As eleições presidenciais pelo voto popular foram realizadas em abril (primeiro turno) e junho de 2021 (segundo turno). Foram para o segundo turno a direita Keiko Fujimori e o esquerdista Pedro Castillo, que foi a grande surpresa das eleições. O candidato de esquerda venceu com menos de meio por cento de vantagem, revelando uma intensa polarização política no país. Ele também venceu com boa vantagem nas regiões rurais, da Amazônia e do interior do país. Mas perdeu nas regiões economicamente mais desenvolvidas, nas maiores concentrações populacionais e no voto dos peruanos residentes no exterior. Um contraste entre o Peru pobre e rural, historicamente relegado, e um Peru urbano e com melhor condição socioeconômica.

Cuba - Único país socialista das Américas. O Partido Comunista é o único existente em Cuba. O atual presidente, Miguel Díaz-Canel, foi o primeiro nascido depois da Revolução Cubana de 1959.

Primeiro país da América Latina a ter a sua própria vacina contra a Covid-19, denominada Abdala, que começou a ser aplicada em maio de 2021.

Protestos contra o governo e Covid-19 - O turismo, que gera boa parte das receitas do país, foi diretamente afetado pela pandemia de Covid-19. Em 2020, o PIB cubano sofreu retração de -11%. Cuba passa por uma situação de escassez de remédios, longas filas para acesso a alimentos, cortes de energia elétrica e inflação crescente.

Em meio à essa situação, em julho de 2021, manifestantes foram às ruas protestando contra o governo de Miguel Díaz-Canel e a crise econômica que assola a ilha. O presidente culpou o embargo econômico e os Estados Unidos pelas manifestações e pela crise no país, convocando apoiadores para irem às ruas. A internet foi cortada, bem como linhas telefônicas nas regiões onde houve protestos.

Haiti - É o país mais pobre das Américas e figura entre os mais pobres do mundo. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupa a 170ª entre 189 posições.

Desde 1994, a comunidade internacional, liderada pelo governo estadunidense, tem realizado uma série de intervenções no território haitiano para tentar diminuir os conflitos internos e promover a democratização do país.

A principal ação foi a realização da **MINUSTAH** - Missão de Estabilização das Nações Unidas, de 2004 a 2017, na qual o Brasil assumiu papel de liderança. Na prática a missão foi pouco eficiente em fortalecer as instituições haitianas. Desde a saída da ONU, o Haiti retomou seu ciclo de instabilidade política e institucional.

Em meio a este contexto, no dia 7 de julho de 2021, **o presidente Jovenel Moïse foi assassinado a tiros em sua residência privada**. A acusação dos autores do crime recai sobre mercenários colombianos e haitianos. Seu governo vinha enfrentando protestos, com a oposição acusando-o de autoritarismo e de tentar instalar uma ditadura ao prolongar seu mandato.

O assassinato do ex-presidente coloca o país em uma nova espiral de instabilidade e caos. A pandemia de Covid-19 agravou a situação de pobreza e precariedade econômica. Até a morte de Jovenel, a vacinação não tinha sido iniciada, pela falta de imunizantes. As primeiras doses só chegaram, por doação, na segunda quinzena de julho de 2021.



Venezuela

Hugo Chávez governou o país de 1999 até sua morte, em 2013. Durante seu governo, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza e a desigualdade, financiados em boa parte com as receitas do petróleo, que atingia altos valores na época.

Com a sua morte, Nicolás Maduro, seu sucessor, assumiu o poder. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, e a deterioração econômica do país acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

O país enfrenta uma grave crise econômica, marcada pela **alta inflação, recessão e escassez de alimentos**.

O petróleo responde por 96% das receitas de exportação do país. A queda do preço do barril de petróleo impactou diretamente o abastecimento do mercado venezuelano, uma vez que, sem dinheiro, o governo parou de comprar itens básicos do cotidiano da população.

Itens básicos, como medicamentos, alimentos e papel higiênico, não são encontrados facilmente nos supermercados, e, quando são encontrados, seus preços são exorbitantes. A pobreza e a fome cresceram significativamente no país.

A Venezuela é um dos países com os maiores índices de violência da América Latina.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos.

Além disso, o país enfrenta uma crise política, decorrente, sobretudo, da guinada ao autoritarismo de Maduro.

A oposição foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional de 2015, é majoritária no Poder Legislativo.

Maduro foi reeleito em 2018, em um processo eleitoral considerado ilegítimo e permeado de irregularidades, segundo opositores. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse mandato não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também não reconhece o governo de Maduro.

Em 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo o estabelecimento de um governo de transição e da organização de eleições livres e democráticas.

Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.

A crise política, econômica e humanitária que atingiu a Venezuela fez com que sua população procurasse refúgio em nações vizinhas. Quase três milhões de venezuelanos já fugiram do país desde 2015, e acredita-se que, até o fim de 2019, esse número possa alcançar a quantidade de cinco milhões de pessoas.

Os dois países que mais receberam refugiados venezuelanos foram Colômbia e Peru. A entrada de refugiados venezuelanos no Brasil resultou em uma crise migratória em Roraima, estado de poucos recursos localizado no norte do país.



Suspensão do MERCOSUL – Em dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas, afetando o direito do país de votar, ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco.

Grupo de Lima – Criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do Brasil e do Peru, mais 11 países integram o grupo.

Coronavírus

Os coronavírus são uma grande família viral, transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos. O novo vírus, SARS-CoV-2, é o causador da doença Covid-19. Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a SARS-CoV e MERS-CoV, que já causaram surtos com mortes no passado recente.

Suspeita-se que o SARS-CoV-2 foi transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais, na metrópole de Wuhan, capital da província de Hubei, na China, onde se iniciou o surto da atual pandemia atual.

Os sintomas da doença são febre, tosse (geralmente seca), dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar, falta de ar e perda de paladar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Pesquisas de remédios e vacinas - A OMS coordena o projeto **Solidarity** (Solidariedade), com o objetivo de encontrar um tratamento eficaz para casos mais sérios de Covid-19. O projeto conta com a participação de dezenas de países no desenvolvimento dos ensaios clínicos com pacientes hospitalizados.

Não há um medicamento específico para combater o vírus. O tratamento é feito combatendo os sintomas enquanto o próprio corpo se cura da infecção. Pacientes com quadros mais graves precisam ficar internados em UTIs, respirando com a ajuda de um respirador mecânico.

Os medicamentos mais citados para o tratamento da doença foram a **hidroxicloroquina** e o **remdesivir**. Contudo, não há sólidas evidências científicas sobre a eficácia dessas substâncias. A Organização Mundial da Saúde anunciou que ambos não demonstraram efeitos significativos na redução da mortalidade de doentes por Covid-19, apesar disso, a Anvisa liberou o remdesivir para tratamento da Covid-19.

A **dexametasona** foi apontada pela OMS como um medicamento capaz de reduzir a mortalidade dos pacientes em estado grave, mas que deve ser utilizado somente para pacientes nesses casos.

Também são frequentemente apontados como medicamentos a **ivermectina** e a **azitromicina**. Ambos não possuem consenso científico e o seu uso não foi indicado pela OMS e nem pela Anvisa.

A velocidade do processo de busca de uma vacina para a Covid-19 superou tudo o que já foi visto até hoje na área de desenvolvimento de imunizantes, normalmente um processo demorado e trabalhoso, que envolve várias rodadas de testes em animais e avaliações de toxicidade antes das três fases obrigatórias de testes com pessoas.

A produção de vacinas ocorre de forma desigual no planeta, concentrada em poucos países, sobretudo os desenvolvidos. **Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Alemanha e Reino Unido lideram a produção de vacinas.**



A **Rússia** foi o primeiro país a anunciar uma vacina contra a Covid-19, batizada de **Sputnik 5**, mas a decisão foi questionada, já que foi registrada antes da conclusão dos estudos que comprovassem a segurança e eficácia da vacina.

Até o momento em que este texto foi escrito, a OMS aprovou os seguintes imunizantes para uso emergencial:

- **Pfizer/BioNTech:** desenvolvida pela farmacêutica norte-americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech, **foi a primeira vacina com estudos concluídos a ser aplicada.**
- **Covishield:** desenvolvida pela farmacêutica anglo-sueca AstraZeneca, com a Universidade de Oxford, da Inglaterra;
- **Janssen:** desenvolvida pela norte-americana Johnson & Johnson, é a única vacina aplicada em apenas uma dose;
- **Moderna:** imunizante da farmacêutica norte-americana Moderna;
- **Sinopharm:** produzida pelo laboratório chinês Sinopharm; e
- **CoronaVac:** desenvolvida pela chinesa Sinovac Biotech.

Cuba foi o primeiro país latino-americano a desenvolver o seu próprio imunizante, a vacina **Abdala**.

Assim como a produção de vacinas, o processo de vacinação também ocorre de forma desigual no mundo, concentrado nos países desenvolvidos que possuem expressiva produção ou poder de compra. **Os cinco países que mais vacinaram sua população são Canadá, Reino Unido, Espanha, Itália e França (dados de agosto de 2021).**

Para melhor distribuir as vacinas no mundo, a OMS coordena a **Aliança Covax Facility**, uma coalizão universal que visa acelerar o desenvolvimento de vacinas e garantir um acesso equitativo às doses contra a Covid-19, levando-as sobretudo a nações mais pobres.

No Brasil, a vacinação começou em janeiro de 2021, com a CoronaVac, desenvolvida pela SinoVac em parceria com o Instituto Butantan, do governo do Estado de São Paulo. **Até o momento, a Anvisa aprovou quatro vacinas para uso no Brasil: AstraZeneca, CoronaVac, Pfizer e Janssen. A vacina mais utilizada no Brasil é a AstraZeneca/Oxford**, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do governo federal, por meio de acordo com a farmacêutica anglo-sueca.

Baseado na disseminação de informações falsas e teorias conspiratórias sobre imunizantes, cresceram os movimentos antivacina, contra os imunizantes para a Covid-19. Para estimular a população a se vacinar, diversos órgãos governamentais e até empresas privadas têm oferecido uma forma de benefício às pessoas que se imunizarem.

Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus:

Distanciamento social - restringe a aproximação entre as pessoas de forma voluntária.

Isolamento - recomendação de isolamento, não obrigatória. Voltada sobretudo para pessoas que tiveram contato com alguém infectado ou para quem está esperando o resultado de testes.

Isolamento vertical - destinado somente a pessoas dos grupos de risco. Menos efetivo no combate ao vírus, mas causa menos danos à economia.

Isolamento horizontal - destinado a toda população, envolve a paralisação de todas as atividades consideradas "não essenciais". Mais eficiente no combate ao vírus, mas causa mais danos econômicos.



Quarentena - medida obrigatória, estabelecida pelas autoridades (pode ser em escala municipal, estadual ou federal) na qual todas as atividades não essenciais são paralisadas.

Lockdown - imposto por um decreto, lei ou decisão judicial. Paralisação total dos fluxos não essenciais e restrições à circulação de pessoas nas ruas. Governo pode usar as forças policiais e aplicar multas e detenções para quem desrespeitar a medida.

- **O alcance mundial da doença:** No mundo globalizado, com incessante circulação de pessoas entre os países, o vírus se propagou rapidamente pelo planeta. Foram registrados casos de coronavírus em quase todos os países, em todos os continentes.

Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês. No momento em que este texto foi escrito, os Estados Unidos são o país com o maior número de pessoas infectadas e com o maior número de mortes.

O Brasil é o segundo país com o maior número de mortes e o terceiro com o maior número de casos. São Paulo foi o estado mais atingido.

Impactos econômicos - Para conter a propagação do vírus, muitas empresas e fábricas paralisaram suas atividades e reduziram sua produção, afetando a atividade econômica como um todo. O Banco Mundial divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) global teve queda de 5,2% em 2020. Porém, o banco projeta uma forte recuperação econômica global em 2021.

O Brasil fechou o ano de 2020 com crescimento negativo do PIB: -4,1%. Foi o pior desempenho econômico desde o ano de 1996.

A inevitável recessão tem levado governos e bancos centrais de todo o mundo a liberar grandes volumes de estímulos fiscais e monetários, além de outras medidas de apoio para as economias nacionais, que sofrem com a pandemia de coronavírus. No Brasil, a principal medida foi o auxílio emergencial.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.